



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **A POLÍTICA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA. SEGURANÇA E COOPERAÇÃO**

**CARMEN VERÓNICA DO SACRAMENTO MENDES FRADE**

**ORIENTADORA:**

**PROFESSORA DOUTORA SANDRA MARIA RODRIGUES BALÃO**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE  
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Lisboa**  
2013

À minha Mãe,  
a quem devo tudo o que sou, o que sei e o que conquistei.

ÍNDICE DE FIGURAS .....	6
AGRADECIMENTOS .....	7
LISTA DE ACRÓNIMOS .....	8
INTRODUÇÃO .....	10
NOTA METODOLÓGICA .....	16
1. MEDIDAS A NÍVEL MULTILATERAL: A PERSPECTIVA <i>MACROSCÓPICA</i> .....	20
1.1. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA .....	20
1.2. OSCE.....	22
1.3. NAÇÕES UNIDAS.....	22
1.4. TRATADO DA CARTA DE ENERGIA .....	24
2. PAÍSES FORNECEDORES E DE TRÂNSITO: UMA RELAÇÃO CRUCIAL PARA A UNIÃO EUROPEIA .....	25
2.1. UCRÂNIA .....	25
2.2. TURQUIA.....	27
2.3. OPEP .....	30
2.4. A (INTER)DEPENDÊNCIA DA RÚSSIA .....	33
3. SEGURANÇA NO FORNECIMENTO ENERGÉTICO À UE: RISCOS E DESAFIOS .....	37
3.1. RISCOS NA SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO .....	39
3.2. OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA UNIÃO EUROPEIA .....	42
3.2.1. DESAFIO I: PRODUÇÃO DOMÉSTICA LIMITADA E GRANDE DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO .....	42
3.2.2. DESAFIO II: A FIABILIDADE DOS FORNECEDORES DE ENERGIA DA UE .....	45
3.2.3. DESAFIO III: PROBLEMAS NAS INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS .....	47
3.2.4. DESAFIO IV: A FALTA DE UMA ABORDAGEM COMUM PARA OS FORNECEDORES DE ENERGIA .....	48
4. SOLUÇÕES PARA GARANTIA DE SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA UNIÃO EUROPEIA .....	51
4.1. MEDIDAS EXISTENTES AO NÍVEL DA POLÍTICA DE CADA ESTADO-MEMBRO .....	51

4.1.1.	DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA.....	51
4.1.2.	DIÁLOGOS BILATERAIS E CONTRATOS DE LONGO PRAZO COM OS PAÍSES PRODUTORES .....	53
4.2.	MEDIDAS AO NÍVEL DA COMUNIDADE.....	55
4.2.1.	DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ABASTECIMENTO E AS ROTAS DE TRÂNSITO..	55
4.2.1.1.	BACIA DO CÁSPIO E ÁSIA CENTRAL.....	56
4.2.1.2.	BAKU-TBILISI-CEYHAN (BTC) .....	59
4.2.1.3.	PROJECTO NABUCCO VS SOUTH STREAM .....	61
4.2.1.4.	INTERCONECTOR TURQUIA-GRÉCIA-ITÁLIA .....	65
4.2.1.5.	O PIPELINE DO CÁUCASO MERIDIONAL (BAKU-TBILISI-ERZURUM PIPELINE)	66
4.2.1.6.	A REGIÃO DO GOLFO.....	67
5.	NORTE DE ÁFRICA: A ALTERNATIVA ENERGÉTICA? .....	69
5.1.	ARGÉLIA .....	71
5.1.1.	POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS.....	71
5.1.2.	ENERGIA .....	72
5.2.	EGIPTO.....	73
5.2.1.	POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS.....	73
5.2.2.	ENERGIA .....	75
5.3.	LÍBIA .....	76
5.3.1.	POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS.....	76
5.3.2.	ENERGIA .....	77
6.	PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA COMUM NA UNIÃO EUROPEIA .....	78
6.1.	PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÓMICA DO SECTOR ENERGÉTICO NA UNIÃO EUROPEIA	78
6.2.	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA .....	82
6.3.	O USO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS .....	86
6.4.	O MERCADO INTERNO DA ELECTRICIDADE E DO GÁS .....	88
6.5.	CAPACIDADES DE ARMAZENAMENTO E STOCKS DE EMERGÊNCIA.....	91
6.6.	POLÍTICA ENERGÉTICA EXTERNA .....	93
6.7.	POLÍTICA ENERGÉTICA COMUM.....	96
	CONCLUSÃO .....	100

BIBLIOGRAFIA ..... 106

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - BAKU-TBILISI-CEYHAN (BTC) .....	66
FIGURA 2 – PROJECTO NABUCCO .....	68
FIGURA 3 – SOUTH STREAM .....	71
FIGURA 4 - INTERCONECTOR TURQUIA-GRÉCIA-ITÁLIA .....	71
FIGURA 5 - O PIPELINE DO CÁUCASO MERIDIONAL (BAKU-TBILISI- ERZURUM PIPELINE) .....	73

## AGRADECIMENTOS

É com grande satisfação que termino a minha dissertação, e ao longo destes dois anos foram muitas as pessoas que me ajudaram. Para elas vão as minhas palavras de agradecimento: o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na figura do seu Presidente, Professor Catedrático Doutor Manuel Meirinho Martins; Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara e da sua Presidente do Conselho Pedagógico, Professora Doutora Catarina Casanova. Em particular, ao Coordenador da unidade de coordenação científica e pedagógica Relações Internacionais, Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara, pelo empenho e dedicação demonstrados para com todos os seus alunos.

À Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, orientadora da elaboração desta dissertação, pelo seu interesse, ajuda, dedicação e amizade.

A todos os meus professores, pelo saber e conhecimento que me transmitiram ao longo dos dois anos lectivos.

À família, sem a qual não teria conseguido terminar esta etapa. Aqui vai o meu sincero agradecimento aos meus queridos avós que sempre estiveram presentes, mesmo os que já partiram.

À minha querida amiga Vanessa por sempre me ter incentivado, motivado, ajudado e acreditado em mim durante este Mestrado. Não teria conseguido sem todos os momentos que compartilhamos juntas.

À Nádía pelo apoio inestimável e pela preciosa ajuda informática

Às amigas de sempre: Ana Palmela, Catarina Palmela, Joana Palmela, Pedro Pereira, Joana Jordão, Luís Custódio, Mónica Alves e Filipa Pereira.

Ao Teatro do Rio por todos os ensinamentos transmitidos.

A todos o meu bem-hajam.

## **Lista de Acrónimos**

AIE - Agência Internacional de Energia

BTC - BAKU-TBILISI-CEYHAN

CCG - Conselho de Cooperação do Golfo

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

COMECON – Council for Mutual Economic Assistance

ECT - Energy Charter Treaty

EUROPIA - European Petroleum Industry Association

FIS - Front Islamique du Salut

GNL - Gás Natural Liquefeito

Mm/c - Metros Cúbicos Anuais

Mm/ b - mil milhões de barris

Mtoe – milhões de toneladas anuais

NATO/OTAN - Atlantic Treaty Organization

NOC - National Oil Company

OMC - Organização Mundial de Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PEV - Política Europeia de Vizinhança

PIB - Produto Interno Bruto

RTE-E - Redes Transeuropeias

TCE - Tratado da Carta da Energia

Tmc - triliões de metros cúbicos

UE- União Europeia

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o corolário do II Ciclo de Estudos em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. A questão energética em geral e a segurança energética em particular, tem suscitado sempre grande interesse no domínio das Relações Internacionais, na medida em que as questões associadas à segurança continuam a estar no topo das preocupações, das discussões e das agendas – à escala nacional, regional e, também, mundial.

Assim, o objecto de estudo da nossa dissertação prende-se com a assumpção do facto de ser fundamental que a União Europeia (UE) não seja tão dependente de países terceiros na produção e armazenamento de energia para fazer face às suas necessidades.

A energia é um dos elementos vitais para o funcionamento das sociedades modernas e industrializadas. A União Europeia, considerada uma das economias mais prósperas do mundo (pelo menos até ao início da actual crise financeira e económica que hoje se apresenta como global), necessita de aproximadamente 1800 milhões de toneladas anuais de petróleo (Mtoe) para garantir o bem-estar dos seus cidadãos e o normal funcionamento do seu aparelho industrial<sup>1</sup>. Apesar da sua generosa extensão e heterogeneidade territorial, a União Europeia é pobre em recursos energéticos: o levantamento mais recente quanto à matéria prima do sector energético europeu dá conta de apenas 1,3% das reservas mundiais de gás e somente 0,5% das reservas mundiais de petróleo<sup>2</sup> – uma percentagem insuficiente para satisfazer as necessidades crescentes do segundo maior consumidor de energia do mundo<sup>3</sup>. No entanto, entre 2005 e 2009 a Comissão Europeia apostou fortemente na definição de uma estratégia para o Oceano Ártico<sup>4</sup> para assim procurar assegurar uma maior diversificação de fontes potenciais de fornecimento dos recursos naturais identificados como vitais.

Esta escassez de recursos energéticos na União Europeia, designadamente de hidrocarbonetos, tem sido colmatada com importações ‘crónicas’ de produtos daquela natureza provenientes de países geograficamente próximos, como a Rússia ou a Argélia.

---

<sup>1</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *EU energy and transport in figures - Statistical Pocketbook 2010*. Luxembourg, Publications Office of the European Union, Bruxelas, 2010.

<sup>2</sup> Cfr. BP, *BP Statistical Review of World Energy*, London, June 2011.

<sup>3</sup> Cfr. WOOD, S., *Europe's Energy Politics*, in **Journal of Contemporary European Studies**, Vol. 18, N.º 3, Setembro, 2010.

<sup>4</sup> Cfr. BALÃO, Sandra, *A PESC, A PESD, A PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico*, in **Revista Debater a Europa**, Europe-Direct, Aveiro, 2012.

O ataque ao campo de extração de gás no centro-leste do país é indicador de grande interesse que a Argélia suscita enquanto grande produtor de gás e petróleo. O complexo de *In Amenas* representa 18 % das exportações da matéria-prima e permite àquele Estado encaixar receitas no valor de 3 mil milhões de euros por ano<sup>5</sup>. No entanto, esta é uma situação que, aliada ao crescente consumo, tem vindo a traduzir-se num agravamento da dependência externa da Argélia que se considera que tenderá a aumentar nos próximos anos. Por seu lado, segundo estimativas da Comissão Europeia, a dependência da UE face às importações de energia passará dos actuais 50% do consumo energético total para os 65% em 2030 com, designadamente, um aumento de 57% para 84% das importações de gás natural e de 82% para 93% das importações de petróleo<sup>6</sup>. Esta possibilidade suscita, desde logo, um conjunto de interrogações quanto à futura sustentabilidade, crescimento e prosperidade da economia europeia, já que acarreta elevados custos políticos e económicos e uma elevada dependência face a países terceiros ainda que a mesma possa vir a ser colmatada através da promoção da eficiência energética e da aposta em fontes de energia renováveis, o que poderá contribuir, por sua vez, para um crescimento ecológico, para uma economia sustentável e competitiva e para fazer face às alterações climáticas na medida em que contribuirá para a segurança do aprovisionamento energético e ajudará a limitar a crescente dependência comunitária de energia importada<sup>7</sup>.

A Comissão identificou o problema e tem vindo a desenvolver esforços que apontam no sentido da criação de uma política comum de energia que terá como meta principal garantir a possibilidade de atenuar esta tendência de crescente aumento de dependência da União relativamente ao exterior, nomeadamente através da concretização de três objectivos: segurança do aprovisionamento, competitividade e sustentabilidade<sup>8</sup>. Destes três objectivos, a segurança do aprovisionamento é aquele que maior atenção tem merecido por parte dos dirigentes europeus na medida em que, a UE é particularmente dependente dos fornecimentos da Rússia, um país geograficamente próximo e rico em recursos energéticos. Esta dependência é sobretudo acentuada nos novos Estados-membros, uma vez que para estes o nível de dependência pode oscilar

---

<sup>5</sup> Cfr. Euronews, <http://pt.euronews.com/2013/01/19/gas-e-a-joia-da-coroa-da-argelia>, consultado a 30/01/2013 às 20:00.

<sup>6</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Registration of Crude Oil Imports and Deliveries in the European Union*, Directorate-General for Energy, Brussels, 2011.

<sup>7</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a execução do Programa Energético Europeu para o Relançamento*, Bruxelas, 2011.

<sup>8</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 6**.

entre os 50% e os 100%<sup>9</sup>. Esta é uma situação com contornos complexos e alguma gravidade na medida em que o governo russo já demonstrou, em diversas ocasiões, não ter pruridos em cortar os abastecimentos destes recursos, seja por motivos operacionais, burocráticos ou, até mesmo e sobretudo políticos. Os diversos episódios de escassez no fornecimento de gás natural vividos no seio do mercado europeu, por exemplo, evidenciaram as fragilidades e vulnerabilidades energéticas da União Europeia, o que levou a Comissão a iniciar e consolidar parcerias com outras regiões produtoras de gás natural e petróleo<sup>10</sup>, com vista senão a resolver, pelo menos a minimizar o problema e o risco associados a este *status quo*.

Assim, a análise da dependência energética da União Europeia face aos países vizinhos, como a Rússia ou a Líbia constitui um dos pontos centrais no tratamento do objecto de estudo – Política Energética Europeia - enunciado para o presente trabalho de investigação. Esta questão tem atraído a atenção de diversos especialistas e gerado inúmeros estudos, na comunidade académica internacional, no seio da própria UE, e até mesmo em Portugal. De entre estes, vale a pena destacar as contribuições de Michael T. Klare (*Energy Security*, 2009), Sam Raphael & Doug Stokes (*Energy Security*, 2007), V. Socoor (*The Caspian-Black Sea region: a key to diversifying Europe's energy supplies*, 2006), Gareth Winrow (*Geopolitics and Energy Security in the Wider Black Sea Region*, 2007), John M. Roberts (*The Black Sea and European Energy Security*, 2006), Oscar Pardo Sierra (*A corridor through thorns: EU energy security and the Southern Energy Corridor*, 2010) e Pedro Fonseca (*Segurança Energética e Segurança Climática: Dois mundos em colisão*, Lisboa, 2011). No entanto, apesar da importância destes trabalhos – que surgem, na sua esmagadora maioria, em formato de *artigo* –, o tratamento da questão continua a conhecer algumas lacunas que consideramos importantes (o que nos parece incompreensível face à ‘gravidade’ do problema) no que toca ao seu estudo aprofundado, bem patente na escassez da bibliografia que conseguimos identificar e consultar. A escassez de fontes primárias poderá ser justificada por razões associadas ao segredo de Estado<sup>11</sup> que, segundo Norberto Bobbio

---

<sup>9</sup> Cfr. BALMACEDA, M. M., *EU Energy Policy and Future European Energy Markets: Consequences for the Central and East European States*, **Forschungsschwerpunkt Konflikt- und Kooperationsstrukturen** in Osteuropa an der Universität Mannheim, Mannheim, 2002.

<sup>10</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 6.

<sup>11</sup> “Aquilo que nós, para resumir, chamamos estado representativo teve sempre que se confrontar com o Estado administrativo, que é um Estado que obedece a uma lógica de poder completamente diferente, descendente e não ascendente, secreta e não pública, hierarquizada e não autónoma, pendente ao

se constitui como um dos principais obstáculos à implementação de uma Democracia plena. Esta ideia, aplicada por analogia ao nosso objecto de estudo, ajuda a explicar, a nosso ver de forma significativa pelo menos algum deste desconhecimento acentuado sobre a matéria energética da União Europeia, agravado ainda mais pela inexistência de uma política comum de energia.

Posto isto, este trabalho procura colmatar algumas dessas lacunas, ainda que de forma exploratória, incidindo essencialmente sobre o papel crucial da energia no seio da UE, designadamente sobre o conceito do “aprovisionamento energético” – que se coloca em torno dos problemas da segurança que a ele surgem associados –, pelo que são por nós equacionadas, também, medidas que possam assegurar que o mesmo seja garantido e consolidado como forma de ultrapassar os constrangimentos associados a esta questão vital. Por conseguinte, consideramos relevante salientar o facto de que o mais importante objectivo a ser garantido no domínio dos problemas da segurança no fornecimento de energia é o de proporcionar a segurança do seu aprovisionamento, assim como o de assegurar condições adequadas a uma transferência segura de energia desde o produtor até aos países consumidores. Assim se compreende que garantir a segurança no abastecimento de energia tenha sido (e continue a sê-lo) uma das principais prioridades da União Europeia na medida em que, hoje em dia, quase todos os membros desta organização padecem de uma realidade que se caracteriza por uma produção doméstica de energia a uma escala limitada, tendo como consequência um muito elevado nível de importação. Por isso, as preocupações em relação à segurança no respectivo abastecimento têm sido uma constante com tendência para aumentar em virtude do crescente grau de instabilidade que se verifica na sociedade global contemporânea<sup>12</sup>.

É interessante destacar, ainda, que achámos necessário ao longo do trabalho de investigação que desenvolvemos procurar conhecer com algum detalhe a realidade que envolve alguns recursos energéticos, tais como: o gás natural, o petróleo, os combustíveis fósseis, a energia nuclear e, mais recentemente, as energias renováveis. De entre os recursos energéticos analisados, os combustíveis como o petróleo e o gás natural são os que se apresentam como predominantes. Neste sentido, os actores estatais

---

imobilismo e não dinâmica, conservadora e não inovadora (...). BOBBIO, Norberto, *O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*, Paz e Terra, Brasil, 6ª edição, 1997, p. 42.

<sup>12</sup> Sobre esta questão considera-se, por exemplo, BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *A Matriz do Poder*, Ed. MGI, Lisboa, 2011.

que possuem petróleo e reservas de gás afirmaram-se como assumindo o papel de principais protagonistas do mercado internacional de energia, da economia internacional e da política internacional. Por esta razão, a competição entre os diferentes Estados de diferentes regiões para obter o acesso aos recursos energéticos constitui uma das principais prioridades da agenda política e económica internacional, e o mesmo se verifica relativamente à agenda da UE<sup>13</sup>.

Julgamos ser pertinente, apesar de não inédito, o desenvolvimento deste trabalho no domínio das Relações Internacionais uma vez que a complexa multidimensionalidade do problema da segurança energética exige uma abordagem multifacetada, pautada pelo realismo político, no sentido de melhor compreender a importância associada à necessidade imperativa de serem asseguradas as condições para que a União Europeia consiga competir no novo jogo de poder no mercado energético global, pautado pela competição avassaladora por recursos energéticos com a decorrente instabilidade geopolítica nos países produtores e de trânsito uma vez que põem em causa a segurança no abastecimento energético em geral e da União Europeia, em particular. Por sua vez, há que considerar que o mar do Ártico, segundo uma estimativa da United States Geological Survey<sup>14</sup>, possui cerca de 22% das reservas mundiais de petróleo ainda inexploradas e exploráveis. Esta região do mundo já está a ser cobiçada por muitos e é já explorada por empresas russas<sup>15</sup>. O facto é que ela pode vir a garantir o abastecimento de muitos países da UE, substituindo nesse papel alguns países que desempenham hoje o papel de fornecedores daquele espaço de integração regional.

Finalmente, e no que se refere à estrutura interna deste trabalho de investigação, ela compreende seis capítulos. Depois de apresentado o objecto de estudo, a sua actualidade e relevância no contexto das Relações Internacionais, incluímos uma nota metodológica, na medida em que qualquer trabalho de natureza científica não pode, sequer, ambicionar sê-lo ou aproximar-se de tal condição se não tiver preocupações profundas com os seus alicerces, as suas fundações e edifício de sustentação<sup>16</sup>. O corpo do trabalho propriamente dito, o seu núcleo central, é composto por um primeiro capítulo em que nos debruçamos sobre as medidas que ao nível multilateral podem ser

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Cfr. United States Geological Survey, <http://www.usgs.gov/newsroom/>, consultado a 13/05/2012 às 12:00.

<sup>15</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 4.

<sup>16</sup> Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *A Fórmula do Poder*, ISCSP, Lisboa, 2001.

equacionadas para que a sustentabilidade e a segurança no aprovisionamento energético no seio da União Europeia possam ser asseguradas de modo a que se possa ficar com uma perspectiva mais abrangente sobre o quadro de referência macro que, de algum modo, estabelece os limites e explica o *statu quo* do nosso objecto de estudo. Em seguida, o principal objetivo consistiu em analisar e avaliar as relações cruciais dos Estados-membros da UE com os países produtores e de trânsito de recursos energéticos para, em articulação com o primeiro capítulo, compreender qual é o “ponto de situação” existente neste domínio, o que nos coloca em estreita ligação com o terceiro capítulo cujo estudo incide sobre os principais riscos e desafios ao fornecimento de energia. O quarto e quinto capítulos estão intimamente ligados quer entre si, quer com os anteriores uma vez que são apresentadas algumas propostas de medidas que parecem desenhar-se num horizonte mais ou menos próximo em termos temporais, tendo em vista assegurarem o abastecimento de energia daquele espaço político. Por fim, o sexto capítulo apresenta uma visão global da actual situação energética da UE, enfatizando o contexto histórico dos problemas da energia no seio daquela organização, assim como das atitudes dos Estados-membros quanto à possibilidade de uma política energética comum. Esta investigação termina com uma conclusão em que buscamos assegurar uma perspectiva crítico-analítica e uma bibliografia.

## NOTA METODOLÓGICA

O principal objectivo deste trabalho consiste em analisar o percurso que a UE tem vindo a percorrer no sentido de criar as condições necessárias para poder vir a concretizar a institucionalização de uma política energética europeia. Assim, um dos primeiros propósitos da investigação que desenvolvemos consistiu, precisamente, em buscar identificar quais os objectivos que a UE pretende alcançar com a eventual institucionalização de uma política de segurança energética consistente.

A nossa pergunta de partida: “Quais são as principais ameaças à segurança do fornecimento energético à União Europeia?” suscitou, da nossa parte, a formulação de várias hipóteses de trabalho que, à partida, e tendo por base aquelas que são as nossas inferências relativamente ao assunto em análise, procuraremos validar.

A opção pelo enunciar das hipóteses que procuraremos verificar e comprovar tem como base aquela que também é a convicção do Professor Adriano Moreira: o facto de que a hipótese é o “pressentimento possível dos factos<sup>17</sup>”, e daí o interesse em que esses mesmos “pressentimentos” sejam equacionados com vista a uma eventual verificação e validação.

Assim, as hipóteses por nós enunciadas são as seguintes:

**Hipótese 1.** A energia pode ser utilizada como uma componente do desenvolvimento económico e político de um país (país produtor, país de trânsito e país consumidor), daí a competição pelo acesso aos recursos dessa natureza;

**Hipótese 2.** Uma política energética competitiva é fundamental para aumentar o interesse das empresas em investir num sistema de energia sustentável, baseado em tecnologias pouco poluentes;

**Hipótese 3.** A sustentabilidade e a competitividade do sector energético contribuirão para aumentar a segurança e a eficácia energéticas na UE, e ao mesmo tempo para a redução da dependência energética face ao exterior;

---

<sup>17</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996, p. 66.

**Hipótese 4.** Uma política energética comum contribuirá para o aumento da segurança e eficácia energética na UE.

**Hipótese 5.** A UE possui no seu seio demasiados “anti-corpos” que são impeditivos em si mesmos de possibilitar a institucionalização de uma política energética comum.

De acordo com o Professor Diogo Moreira “o uso da informação disponível, qualquer que seja o seu carácter documental, é praticamente indispensável em investigação social”<sup>18</sup>. E, de facto, foi o que connosco se verificou ao longo deste trabalho de investigação que a seguir apresentamos, com a recolha de dados, subsequente leitura, tratamento e análise dos mesmos, assim como com o registo das conclusões, de que resultou o documento que aqui apresentamos na sua forma final.

A interdisciplinaridade é uma das matrizes principais na qual se baseia o ensino e investigação na Escola secular que é o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, no seio da qual fizemos o nosso percurso académico no Ensino Superior e no âmbito do qual se inscreve a elaboração e submissão desta dissertação. Tendo isto em linha de conta, também nós aprendemos a considerar a interdisciplinaridade como o método mais apropriado de fazer investigação na área das Ciências Sociais. Assim, para o desenvolvimento da nossa investigação e elaboração desta dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, socorremo-nos de contributos de áreas do Saber tão distintas como a Geopolítica, Ciência Política, História, Relações Internacionais e Economia para melhor podermos sustentar o documento que aqui apresentamos até porque, de acordo com o Professor Sousa Lara “(...) o primeiro método geral consiste na fixação das ciências auxiliares em função da ciência central em apreço, rodando desta última posição auxiliar, supletiva e derivada de qualquer das ciências em função do enfoque específico que se escolhe como determinante<sup>19</sup>”.

Para este trabalho optamos por uma análise qualitativa, de base documental, muito embora nos tenhamos socorrido de alguns dados estatísticos com o propósito de,

---

<sup>18</sup> Cfr. MOREIRA, Carlos Diogo, *Teorias e Práticas de Investigação*, UTL-ISCSP, Lisboa, 2007, p. 7.

<sup>19</sup> Cfr. LARA, António de Sousa, *Ciência Política-Estudo da Ordem e da Subversão*, Pedro Ferreira-Editor, Sintra, 2004, p. 31.

onde se justificasse e fosse possível, poder complementar a análise e ilustrar de modo mais concreto e objectivo alguns aspectos do presente trabalho.

No que se refere às fontes, é importante referir que a recolha de informação em sites de instituições públicas e privadas com dados úteis para a elaboração e sustentação deste trabalho foi uma mais-valia. Deu-se primazia, sempre que possível, a fontes primárias para a obtenção de informação e de outros os elementos relevantes, com vista à sustentação da nossa análise.

Assim, ao longo desta investigação, a consulta de artigos, monografias, estudos e livros, bem como conteúdos disponíveis na Webgrafia e a que foi possível ter acesso através da Internet como, por exemplo, as páginas de entidades consultadas incluídas na dissertação, assim como as de outros conteúdos encontrados a respeito da temática da Segurança Energética e das questões que têm a ver com a sua política foram, igualmente, consideradas. No mesmo sentido, embora sejam consideradas igualmente contributos de fontes secundárias, existe na presente dissertação um claro predomínio das fontes primárias, o que desde logo implica uma análise mais realista, bem como uma especial atenção a todos os perigos associados à consideração de fontes documentais emanadas directamente dos órgãos de Poder, como é o que sucede no âmbito da nossa investigação nomeadamente com os dados obtidos junto da Comissão Europeia. Por isso, as cautelas relativas à imagem, silêncio e falta de autenticidade do Poder, de que nos fala o Professor Adriano Moreira quando aponta as suas características têm que estar particularmente activas.

Ainda de acordo com o Professor Adriano Moreira “(...) existe uma discussão sobre a necessidade da formulação de conceitos que orientem a investigação, havendo quem negue, como Freud, que eles devam preceder a acção e quem sustente, como Schattsschneider, que sem uma conceituação prévia não existe investigação possível”<sup>20</sup>. Assim, á medida que foram surgindo na elaboração e desenvolvimento deste trabalho, os conceitos centrais foram sendo operacionalizados ao longo do texto, devidamente alicerçados em fontes bibliográficas de sustentação.

Em termos de perspectiva de análise das Relações Internacionais considera-se na sua essência o recurso a uma linha realista no sentido em que o sistema internacional é

---

<sup>20</sup> Cfr. MOREIRA, Adriano, *Ciência Política, Reimpressão*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, p. 10.

anárquico e permanentemente competitivo-conflitual, pelo que o Estado é não só o principal actor como a referência quase exclusiva de segurança - ou seja, segurança do Estado e pelo Estado assumindo, ainda, que: “o interesse nacional deve ser suficientemente forte para o poder ser então usado em nome dos valores”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup>Cfr. MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 2011, 7ª edição, p. 160.

## **1. MEDIDAS A NÍVEL MULTILATERAL: A PERSPECTIVA MACROSCÓPICA**

A energia esteve sempre no centro das preocupações e prioridades da Europa. Quando, em 1951, foi fundada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o objetivo fundamental era responder precisamente a um problema energético. Assim, por exemplo, aos franceses faltava o carvão para fabricar o aço, aos alemães, para quem o carvão era uma matéria-prima abundante, faltavam os minérios de ferro<sup>22</sup>. A CECA, uma associação europeia para a produção de carvão e aço veio, assim, ajudar a enfrentar este e outros desafios numa Europa estilhaçada pela guerra. Sessenta anos volvidos, os desafios são outros, mas a energia permanece um motivo de séria preocupação.

A questão energética é também uma grande prioridade na agenda global. De facto, a segurança no fornecimento de energia tem vindo a assumir uma importância crescente tanto para a UE como para instituições internacionais. Cujas maioria tem levado a cabo algumas iniciativas para garantir a segurança no abastecimento.

Além disso a União Europeia colabora igualmente com algumas organizações internacionais no sentido de melhorar a segurança energética. A AIE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), as Nações Unidas (ONU) e o Tratado da Carta da Energia (TCE).

### ***1.1. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA***

As preocupações em relação à segurança energética no mundo ocidental parecem ter surgido pela primeira vez durante a crise do petróleo de 1973-74. Os efeitos tremendos desta crise enfraqueceram a segurança energética dos consumidores ocidentais, devido ao reforço da posição dominante na OPEP. Por conseguinte, esta má experiência pode ser considerada como uma chamada de atenção para os consumidores advertindo-os para a importância de tomar as medidas pertinentes e adequadas para enfraquecer os efeitos destruidores da crise. Uma vez que quase todos os países ocidentais parecem ter sofrido significativamente com o impacto provocado por esta

---

<sup>22</sup> Cfr. COSTA, C. G., *Economia e Política da Construção Europeia - Os desafios do processo de integração*. Lisboa: Terramar, 2004.

crise, perceberam que a sua segurança energética não podia ser melhorada apenas a nível nacional. Assim, concordaram entre si sobre a necessidade de apostar numa assistência multilateral para procurar resolver os problemas em curso e para estabilizar o mercado energético internacional. Para o efeito, a Agência Internacional de Energia foi criada em 1974 por 26 membros (são hoje 28 membros). Os objectivos comuns destes 28 membros consistem na promoção da segurança no abastecimento energético, para diminuir os riscos relacionados ao petróleo, aumentar o mercado de energia<sup>23</sup>. A criação da AIE parece ser, no fundo, o único resultado positivo das crises do petróleo de 1973.

À luz dos objetivos acima referidos, o principal objetivo parece ser a garantia da segurança energética entre os seus membros. Neste caso, a AIE concentra-se principalmente no desenvolvimento da capacidade de manutenção de stock de petróleo para evitar todo o tipo de efeitos de rupturas de petróleo e crises imprevistas relacionadas. Assim, os membros da AIE têm que manter a sua capacidade de armazenamento de petróleo num nível pelo menos igual à quantidade prevista para colmatar as necessidades de um período de cerca de 90 dias (no mínimo) tendo por base a referência dos níveis de importação de petróleo do ano anterior<sup>24</sup>. Esta medida parece ser significativamente eficiente não só para os membros da AIE, mas também para a UE. Portanto, todas as medidas tomadas a nível da AIE afetam diretamente a política da UE, uma vez que são ao mesmo tempo membros da AIE. Para ilustrar essa estreita relação, é relevante destacar que tal como sucedo no seio da AIE, os membros da UE também têm de manter um mecanismo de armazenagem de petróleo suficiente para 90 dias. Esta medida análoga relativa aos mecanismos das reservas de petróleo que mostra que a UE e a AIE interagem no campo energético. Especialmente para a UE, essa interação óbvia é necessária e bastante eficiente para evitar os efeitos negativos de uma crise inesperada de petróleo e promover a sua segurança no abastecimento energético.

Em conclusão, o diálogo estreito entre a AIE e a UE parece contribuir iniciativas com o objectivo de procurar melhorar a segurança no abastecimento energético e para consolidar a própria segurança energética. Ao tomar as medidas neste sentido a AIE promove a estabilidade no mercado de energia ocidental.

---

<sup>23</sup> Cfr. BELGRAVE, R., *Energy Security to 2000*, Aldershot:Gower, 1987;

<sup>24</sup> Cfr. International Energy Agency, [http://www.iea.org/subjectqueries/keyresult.asp?KEYWORD\\_ID=4103](http://www.iea.org/subjectqueries/keyresult.asp?KEYWORD_ID=4103); consultado em 23/03/2011 14:30.

## **1.2. OSCE**

A OSCE, conta com 55 Estados-Membros e é uma das maiores instituições de segurança à escala regional. Não se limita a ser uma organização europeia. É também responsável pelos problemas na América do Norte, Bacia do Mediterrâneo e Ásia a questões relacionadas com energia. Assim, a sua zona de influência é consideravelmente grande. O objetivo principal desta organização é garantir a segurança nestas áreas de grande dimensão, através de diferentes medidas. Assim, optando por uma política bem coordenada, a OSCE favorece especialmente uma abordagem abrangente de segurança. Não se concentra apenas no plano militar e político, mas também incentiva a estabilidade relativa questões económicas e ambientais.

Interpretando a questão da segurança a partir de diferentes aspectos o objectivo da OSCE orienta a sua acção também no sentido da segurança energética. Desta forma, para promover a segurança energética, a OSCE tem centrado a sua atenção na construção de uma sociedade sustentável, e de um fornecimento de energia confiável e seguro. Para esse objectivo, é essencial favorecer a aposta na segurança no abastecimento e na procura energética, o diálogo reforçado sobre energia entre os consumidores e os países produtores, o lançamento de novas iniciativas em direção à eficiência energética, o uso das energias renováveis, a estabilidade e a confiabilidade do mercado internacional de energia e a diversificação dos fornecedores de energia e de rotas de trânsito<sup>25</sup>.

Para concluir, é relevante destacar que todos estes objectivos cumprem as prioridades definidas pela UE no que se refere os problemas. Tanto a OSCE como a UE são, assim, a favor de uma política energética forte para garantir um abastecimento energético fiável e acessível com vista a promover a assegurar a segurança energética.

## **1.3. NAÇÕES UNIDAS**

Entre as organizações intergovernamentais, as Nações Unidas é a maior organização que favorece a igualdade nos seus princípios orientadores, paz e

---

<sup>25</sup> Cfr. Organization for Security and Co-operation in Europe, *Integrating Global Energy Markets . Providing Energy Security*, Ashgabat, 2011.

prosperidade no mundo. A sua esfera de actividade é bastante grande, e por isso a actividade da ONU tem sido frequentemente desenvolvida em muitas áreas, um pouco por todo o mundo. Uma tão vasta zona de influência apresenta-se como é uma grande vantagem também para a UE uma vez que, todos os membros da UE são partes do sistema da ONU. Portanto, também neste contexto se pode assumir que existe uma estreita interação entre a ONU e a UE.

Devido a esta relação, é habitual que a ONU e UE partilhem alguns objetivos que torna a sua relação ainda mais comum na medida em que as suas prioridades e iniciativas políticas são semelhantes. Especificamente, uma destas prioridades comuns é a segurança energética. Sob a égide da ONU, a questão energética tem sido tratada no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável. De acordo com esta iniciativa estas duas organizações visam garantir um acesso seguro para os recursos energéticos buscando garantir a sua segurança e fiabilidade enquanto apostam no aumento da utilização de energias renováveis e na melhoria da eficiência energética como forma de diminuir o consumo total e assegurar a crescente poupança de energia<sup>26</sup>.

À luz destes objetivos, pode inferir-se que, pelo menos no domínio formal a ONU e a União Europeia perseguem os mesmos objetivos no campo da energia. Ambos têm despendido esforços consideráveis nesta matéria.

Assim, as interações entre a UE e a ONU neste domínio parecem ter contribuído para pavimentar o caminho no sentido da criação no seio desta Organização Intergovernamental de uma comissão específica para os assuntos económicos na Europa, que é chamada a Comissão Económica da ONU para a Europa. Esta comissão é um fórum no seio do qual os países europeus têm a oportunidade de conhecer, discutir e avaliar os problemas com vista a procurar soluções para estes desafios.

Para resumir: é relevante destacar que parece ser do interesse intrínseco da União Europeia deve prestar muita atenção às suas relações com as Nações Unidas. A assistência financeira e política desta organização proporciona grandes vantagens para garantir os seus objetivos. Especialmente, no campo da energia, o apoio da ONU é necessário para a UE fazer face aos desafios energéticos em curso.

---

<sup>26</sup> Cfr. Nações Unidas, <http://www.un.org/en/>, consultado em 24/03/2012, às 16:00.

#### ***1.4. TRATADO DA CARTA DE ENERGIA***

O Tratado da Carta da Energia, assinado por 51 países, é um acordo resultante de problemas relacionados com a energia que incide principalmente sobre questões de investimento, comércio e trânsito. Num sentido mais amplo, o TCE foi baseado em dois factores principais: incentivar o investimento em infra-estruturas adequadas e melhorar a segurança no trânsito de energia. Assim, o principal objetivo deste tratado surge relacionado com a segurança energética, procurando definir as regras mais adequadas para minimizar os riscos relativos ao investimento e comércio. Basicamente, destaca o papel crucial do investimento em infra-estruturas de energia e de segurança energética.

A este respeito, o Tratado exige que cada Estado deve aceitar o investimento estrangeiro directo em níveis diferentes, desde que todos os investimentos sejam igualmente acessíveis, transparentes e eficientes<sup>27</sup>. Além disso, o TCE também lida com a segurança de trânsito de energia no âmbito da segurança no abastecimento energético. Ele destaca especialmente que os países de trânsito devem tomar medidas adequadas para evitar qualquer perturbação no abastecimento e garantir a continuidade do fornecimento de energia seguro e confiável<sup>28</sup>. Uma vez que as prioridades de ambos os lados são muito semelhantes, o diálogo energético entre o conteúdo do TCE e os Estados participantes e membros da UE tinha sido muito mais elevado.

Assim, o diálogo aproximado de energia da UE com as diferentes organizações é uma forma eficiente de promover a segurança do abastecimento energético. À medida que estas organizações mantêm instrumentos políticos eficientes e uma grande zona de influência, seria eficiente se os membros da UE encorajassem a cooperação e respeitassem as decisões tomadas a este nível.

---

<sup>27</sup> Cfr. Energy Charter, <http://www.encharter.org/index.php?id=4>, consultado em 24/02/2012 às 17:00.

<sup>28</sup> Idem.

## 2. PAÍSES FORNECEDORES E DE TRÂNSITO: UMA RELAÇÃO CRUCIAL PARA A UNIÃO EUROPEIA

### 2.1. UCRÂNIA

Apesar dos problemas políticos e económicos, a Ucrânia é um dos actores mais importantes na região do Mar Negro<sup>29</sup>. Devido à sua localização e proximidade do mercado de energia russo e europeu, a Ucrânia é considerada como um importante país de trânsito<sup>30</sup>.

A produção nacional da Ucrânia é mais concentrada em petróleo e gás. Infelizmente, o país não é capaz de dar resposta à procura total destes produtos. Devido à insuficiente produção de petróleo nacional, a Ucrânia tem de importar grandes quantidades de petróleo a partir de fontes externas. Assim, em 2011, por exemplo, a produção nacional respondeu apenas a 20% do consumo total. Os seus principais fornecedores de petróleo são a Rússia e o Cazaquistão. Sendo que as estimativas apontam para maiores quantidades importadas a partir da Rússia por comparação ao montante importado do Cazaquistão<sup>31</sup>.

A situação é similar também para o gás natural. Os seus principais fornecedores são a Rússia e o Turquemenistão. Entre o Turquemenistão e a Ucrânia, os acordos energéticos assumem a forma de contratos de energia a longo prazo. Assim, por exemplo o actual contrato abrange o período compreendido entre 2007 e 2032. No entanto, e apesar destes acordos e contratos assinados com o Turquemenistão, o actor dominante no mercado de gás ucraniano ainda é a Rússia, sendo que através da Ucrânia tem transitado cerca de 78% do gás russo destinado à Europa<sup>32</sup>.

Portanto, quer as condições de estabilidade existentes quer as perspectivas deste país para o futuro assumem uma relevância muito significativa tanto para a Rússia quanto para a UE. Qualquer crise inesperada na Ucrânia pode interromper o fornecimento de gás aos países europeus e danificar a sua situação energética, enquanto por outro lado, para reduzir este tipo de preocupações, a UE aposta em concentrar-se, da forma mais eficiente, em tomar medidas destinadas a fortalecer o ambiente político,

---

<sup>29</sup> Cfr. CELIKPALA, Mitat, *Security in the Black Sea Region, Policy Report II*, Alemanha, 2010.

<sup>30</sup> Cfr. TASSINARI, Fabrizio, *A Synergy for Black Sea Regional Cooperation: Guidelines for an EU Initiative, n° 105*; CEPS, Bruxelas, 2006.

<sup>31</sup> Cfr. EIA, [www.eia.doe.gov/EUEM/cabs/Ucrânia/NaturalGas.html](http://www.eia.doe.gov/EUEM/cabs/Ucrânia/NaturalGas.html), 12/04/2011, às 12:00.

<sup>32</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 30.

económico e social na Ucrânia. A este respeito, a Política de Vizinhança Europeia (PEV) assume um papel relevante, enquanto instrumento passível de se revelar facilitador do aumento da estabilidade naquele país.

No entanto, em comparação com a Turquia, a Ucrânia não é uma opção estável e segura como já se verificou anteriormente com o corte de abastecimento de gás russo<sup>33</sup>. É óbvio que a segurança no transporte é essencial para garantir a segurança no abastecimento energético. Se algum problema ocorrer durante o processo de transporte devido a problemas políticos ou técnicos, o abastecimento de petróleo e gás pode ser interrompido. Este tipo de cenário já foi vivido em janeiro de 2009 quando a situação de surgida entre a Rússia e a Ucrânia, fornecimento de gás natural para os Estados-membros da UE foi interrompido<sup>34</sup>.

Esta foi uma experiência muito negativa para a maioria dos consumidores da UE, especialmente, para aqueles que se situam na parte Central do continente europeu, bem como para os membros os membros do Leste, que tal como os primeiros também são dependentes da Rússia. Também a Ucrânia como um país de trânsito, sofreu muito com a interrupção no fornecimento de gás. Esta crise tem sido um exemplo marcante para a UE. De facto, no período pós-crise, a confiabilidade e a segurança da Ucrânia passou a ser questionada e a UE percebeu que não apenas os fornecedores, mas também os países de trânsito têm que ser estáveis, seguros e protegidos de modo a assegurar um fornecimento de energia consolidado e reforçado.

No entanto, e apesar das preocupações em relação a este país, a Ucrânia é ainda considerada e equacionada como uma das principais linhas de trânsito. Por isso, a UE tem procurado melhorar as suas relações com este país. Ainda a respeito, em 2005, os dois actores para consolidar as suas relações entraram em acordo mútuo relativamente a quatro pontos específicos e essenciais sobre campos de energia para consolidar suas relações. Estes pontos asseguram sobretudo em questões que garantir a segurança da energia nuclear, para aumentar a contribuição do sector do carvão para a protecção do ambiente, proporcionar a interligação do gás e da electricidade ucraniana com o mercado europeu e, finalmente, promover a segurança do abastecimento energético<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Cfr. Publico, in <http://www.publico.pt/Mundo/ucrania-corte-no-abastecimento-de-gas-russo-leva-indignacao-e-preocupacao-as-ruas-de-kiev-1354736>, consultado em 23/02/2012 às 12:35.

<sup>34</sup> Cfr. SHI, Chunyang, *Perspective on Natural Gas Crisis between Russia and Ukraine*, China, 2009.

<sup>35</sup> Cfr. EUROEPAN COMMISSION, *European Neighbourhood and Partnership Instrument*, Ukraine – Country Strategy Paper 2007-2013, Bruxelas, 2006.

De entre eles, o ponto que se apresenta como mais importante é aquele que se refere a garantir a segurança da UE no fornecimento de energia.

Em conclusão, é importante salientar que a União Europeia tem outros países fornecedores de trânsito que são igualmente relevantes. Entre os fornecedores, há que destacar a Noruega e entre os países de trânsito, a Turquia é o que se apresenta como o país mais seguro e o mais confiável relativamente ao conjunto das opções que a UE tem para o abastecimento em segurança de recursos energéticos. Para esse fim, torna-se evidente um diálogo reforçado e bem coordenado com os países produtores representa uma contribuição significativa para a segurança no abastecimento energético da União Europeia.

Finalmente, a União Europeia parece perceber muito bem os obstáculos que ameaçam a segurança do seu abastecimento energético. A este respeito, é seu objectivo e estratégia apostar em medidas que permitam reduzir e evitar os obstáculos decorrentes da situação do seu mercado interno de energia assim como os problemas relacionados com os países fornecedores e de trânsito como já foi atrás referido.

## **2.2. TURQUIA**

Devido à sua localização geoestratégica, a Turquia tem sido uma ponte política, económica e social entre os países orientais e ocidentais. Esta importância estratégica não surge apenas das suas forças políticas e militares, mas também da sua diversidade social e cultural<sup>36</sup>.

Muito sucintamente, a Turquia está localizada entre o próspero, democrático, liberal Ocidente e os pobres e instáveis países do Oriente. Devido a esta situação frágil, a Turquia tem sido geralmente o principal actor político “usado” na transferência de valores ocidentais modernos para esses instáveis países orientais como forma de promover estas áreas. Exemplo disto foram os protestos no mundo árabe - Primaverares Árabes- entre 2010-2011 em países do Médio Oriente e do Norte de África<sup>37</sup>.

No entanto, apesar do papel crucial assumido pelos recursos energéticos, a Turquia não é capaz de produzir um nível suficiente de petróleo e gás para atender ao

---

<sup>36</sup> Cfr. ROBERTS, J., *The Turkish gate: Energy transit and security Issues*. *Turkish Political Quarterly*. Volume 3. Number 4, 2004.

<sup>37</sup> Cfr. The Economist, <http://www.economist.com/topics/arab-spring>, consultado em 23/03/2012 às 12:00.

seu consumo interno. Assim, a Turquia tem sido principalmente confrontada com a capacidade de produção a nível local, bem como pelo elevado nível de dependência relativamente ao petróleo e ao gás. Deste modo, 70% do petróleo e do gás consumido é importado e estima-se que este nível de dependência relativamente ao exterior continuará a subir e ultrapassará os 80% até o ano de 2030. Entre os hidrocarbonetos, com uma quota de 40% do consumo total, o petróleo é a fonte de energia predominante para o cabaz energético deste país. Para satisfazer essa procura de petróleo, a Turquia importa quantidades significativas dos países do Médio Oriente e da Rússia, representando estes fornecedores representam cerca de 90% das importações totais de petróleo<sup>38</sup>.

Na UE, para além do petróleo, existe uma procura crescente de gás natural, também. Em 2001, a quota do gás natural no consumo total foi de 19%, e de acordo com as expectativas, esta percentagem aumentou até cerca 32% em 2012. Para responder a essa crescente procura, a Turquia tem que importar quantidades significativas a partir de diferentes fontes externas. Apesar da variedade de fornecedores, a maioria do gás é importado da Rússia<sup>39</sup>.

Na sequência do que anteriormente foi referido, a existência de uma segurança energética consolidada é essencial para os consumidores ocidentais de modo a assegurar também a sustentabilidade e a continuidade no fornecimento de energia. Assim, uma vez que a Turquia mantém uma proximidade geográfica com a maior parte das reservas de gás e de petróleo do mundo, é um actor que representa uma opção considerada eficiente no que se refere à necessidade de diversificar as fontes energéticas e de proporcionar um transporte seguro de petróleo e de gás. Especialmente depois do fim da Guerra Fria, o acesso aos recursos energéticos na região do Cáspio e da Ásia Central foram liberalizados e disponibilizados no mercado mundial de energia. Esta linha evolutiva tende a aumentar a importância geopolítica da Turquia vis-à-vis dos consumidores ocidentais.

Na medida em que já foi sublinhado, a União Europeia encontra-se significativamente dependente de fornecedores externos, instáveis e pouco confiáveis. Portanto, para procurar possíveis consequências negativas resultante de tal situação de dependência, a UE tem procurado novos fornecedores alternativos e confiáveis para

---

<sup>38</sup>Cfr. *Op. cit.* Nota 36.

<sup>39</sup>Idem.

garantir também a segurança no seu abastecimento energético. Neste caso, parecem não subsistir dúvidas quanto à necessidade de a UE encontrara um país de trânsito para chegar a diversos países da Ásia Central, do Cáspio ou às reservas de hidrocarbonetos do Oriente Médio.

Deste modo, parece restar à UE duas opções principais já aqui enunciadas e “exploradas” Turquia ou a Ucrânia. Em comparação com a Ucrânia, a Turquia parece apresentar mais vantagens no que se refere a garantir a segurança no fornecimento energético da UE. A sua proximidade geográfica relativamente aos recursos de petróleo e de gás, as suas estreitas relações com membros da UE e a sua estabilidade política figuram como condições que asseguram o aumento da confiabilidade e a credibilidade da Turquia relativamente à União Europeia. A este respeito, predomina a perspectiva que considera que a Turquia é a opção mais segura, como um país de trânsito durante o transporte dos recursos do Mar Cáspio e da Ásia Central para a Europa. Segundo Pamir, “Turkey's strategic location makes it a natural "Energy Bridge" between major oil producing areas in the Middle East and Caspian Sea regions in the East and big consumer markets in Europe and in further West. This is why a parallel and integrated system of oil and gas pipelines known as the “East West Corridor” is underway to transit those resources first to Turkey and then further to the western markets<sup>40</sup>.”. Este autor também destaca importância da Turquia para a UE<sup>41</sup>.

Como afirma Pamir, a localização estratégica da Turquia faz com que este país seja uma "ponte de Energia" natural entre as principais áreas produtoras de petróleo situadas no Médio Oriente e nas regiões do Mar Cáspio com os grandes mercados consumidores da Europa e em particular do Ocidente em geral. É por isso que um sistema paralelo e integrado de oleodutos e gasodutos conhecido como o "Corredor Este-Oeste" está a ser desenvolvido para assegurar o trânsito desses recursos, primeiro para a Turquia e posteriormente para os mercados ocidentais.

---

<sup>40</sup> “A localização estratégica da Turquia faz com que seja uma "ponte de Energia" natural entre as principais áreas produtoras de petróleo no Médio Oriente e regiões do Mar Cáspio e do Oriente com os grandes mercados consumidores da Europa e do extremo Ocidente. É por isso que um sistema paralelo e integrado de oleodutos e gasodutos conhecido como o "Corredor Este-Oeste" está em andamento para o trânsito desses recursos primeiro a Turquia e posteriormente para os mercados ocidentais.”, in PAMIR, N., *Energy (In) Security and The Most Recent Lesson: The Russia-Ukraine Gas Crisis*, Center for European Strategic Studies, Ankara, 2005, pp. 19-20.

<sup>41</sup> Cfr. PAMIR, N. *Energy (In) Security and The Most Recent Lesson: The Russia-Ukraine Gas Crisis*, Center for European Strategic Studies, Ankara, 2005.

Assim, parece inquestionável o facto de, a Turquia ter vindo a ser considerada como um actor essencial para garantir a sustentabilidade e a segurança do fornecimento de energia para uma maior segurança energética. Este *status quo* é mutuamente interessante para as partes, podendo configurar uma certa situação de interdependência. Embora esta interdependência ofereça à UE a possibilidade de diversificar os seus fornecedores e países de trânsito em simultâneo, ele também representa para a Turquia de oportunidade de se integrar num mercado maior para vender o gás disponibilizado por seu intermédio.<sup>42</sup>

A confirmar a relevância deste *status quo*, novos projetos de oleodutos foram lançadas para incentivar essa interdependência proveitosa e para assegurar a posição da Turquia rumo à UE. Podem destacar-se os seguintes projectos: o oleoduto do Sul do Cáucaso, o Gasoduto Turquia-Grécia, e o Projeto de Nabuco. Além destes novos projetos, a Turquia é também membro do consórcio responsáveis pelo oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan-Baku, Gasoduto Tbilisi-Erzurum, Oleoduto Kirkuk-Yumurtalik, do Gasoduto Rússia-Turquia Western, o Gasoduto *Blue Stream* e do Gasoduto Irão - Turquia<sup>43</sup>. Todos estes projetos de oleodutos aumentam a importância geopolítica da Turquia, tanto na região como também no mundo.

Finalmente, é importante salientar que em várias questões eram comuns os interesses da Turquia e da UE. O principal objetivo de ambos os lados consiste em garantir a sua segurança no fornecimento de energia, evitando os efeitos tremendos de dependência de grandes importações a um número excessivamente reduzido de fornecedores de modo a existir a uma situação de monopólio. Neste sentido, a melhor maneira de evitar as consequências negativas de tal dependência é lançar um maior diálogo, coordenado e estratégico, entre a Turquia e a UE e incentivar projetos relacionados da Turquia.

### **2.3. OPEP**

A OPEP, tendo um domínio vital e crucial no mercado internacional de energia, é um dos actores mais importantes do mundo. Neste caso, a OPEP ocupa assim, a posição de liderança na das relações com os países importadores de petróleo e de gás no

---

<sup>42</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 36.

<sup>43</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 30.

mercado energético em geral. Para assegurar uma melhor compreensão sobre a estrutura organizacional, é relevante nomear os seus onze membros: Argélia, Indonésia, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Entre eles, o membro que assume a posição mais dominante é a Arábia Saudita<sup>44</sup>.

Devido às suas grandes reservas de petróleo a Arábia Saudita, tem um papel fundamental no mercado internacional do petróleo. Portanto, este país, tal como outros membros da OPEP, possui igualmente uma posição crucial nos mercados dos consumidores. A este respeito, e uma vez que apenas têm a capacidade efectiva de fornecer grande e significativa quantidade de petróleo, os membros da UE têm acompanhado com especial atenção o comportamento destes actores energéticos.

Para esclarecer a questão crucial do vínculo, é importante notar que a OPEP fornece cerca de 40%<sup>45</sup> da procura total de petróleo da UE. Esta relação mostra como a UE está dependente desta organização para poder proporcionar a sustentabilidade e a confiabilidade no abastecimento de petróleo no seu mercado interno. Além desta alta dependência, as mudanças bruscas nos preços do petróleo e as preocupações em relação a estabilidade do mercado de petróleo têm exigido um diálogo energético constante entre a UE e a OPEP.

Este importante diálogo foi lançado em 2004 na tentativa de alcançar alguns objectivos comuns e de maximizar os interesses mútuos<sup>46</sup>. À luz desta afirmação, é relevante destacar que ter objectivos comuns e partilhar a mesma visão em determinados pontos é algo de grande importância quando se assegurar uma cooperação consolidada e benefícios diversificados para ambas as partes. Assim, os seus objectivos comuns baseiam-se essencialmente na estabilização das relações entre consumidores de petróleo e países produtores. Além disso, a possibilidade de manter um bom funcionamento entre produtor e consumidor, estabiliza o mercado de petróleo e assegura que os preços do petróleo e outras partes constituintes desse diálogo crucial sejam mais justos e mais aceitáveis. Além disso, é importante notar que o preço é um dos principais

---

<sup>44</sup>Cfr. OPEP, in [http://www.opec.org/opec\\_web/en](http://www.opec.org/opec_web/en), consultado em 12/03/2011 às 12:15.

<sup>45</sup>Idem.

<sup>46</sup>Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Towards a Secure Sustainable and Competitive European Energy Network Oil Infrastructures*. An assessment of the existing and planned oil infrastructures within and towards the EU, 2008.

factores determinantes deste diálogo energia como de todo o mundo dos negócios, de resto.

De facto, os consumidores sofrem muito com as mudanças inesperadas no mecanismo de preços. Um imprevisível e inesperado aumento nos preços, ou ao invés o seu declínio nos preços torna-se num acontecimento desesperadamente dramático e danifica a situação económica dos importadores. Portanto, para os consumidores, garantir a estabilidade de preços é igualmente essencial para manter a segurança do abastecimento energético.

Este diálogo bilateral de energia também é importante para aumentar a coordenação e interacção entre o consumidor de petróleo e os países produtores. Deste modo, aumenta a confiança mútua dos parceiros, apoiando a transparência e promovendo a eficiência no mecanismo de procura e oferta do mercado de petróleo<sup>47</sup>.

Conforme é mencionado anteriormente, apesar dos diferentes objectivos entre ambas as partes, produtor-consumidor, os interesses dos membros da OPEP e dos consumidores europeus são complementares. Enquanto a UE se concentra na estabilização dos preços no mercado de petróleo e em estabelecer e manter um diálogo estreito entre as partes fornecedoras e consumidoras, os membros da OPEP focam-se muito mais sobre o reforço dos seus interesses políticos e financeiros. Além disso, as partes também se preocupam com o investimento no mercado de petróleo e no desenvolvimento da capacidade de armazenamento deste recurso. Em termos de investimento, a OPEP tem insistido em investir especialmente no sector da refinaria, até porque é considerado como uma alta prioridade para as ações futuras no âmbito deste diálogo. Os argumentos defendem que qualquer aumento do investimento neste sector será, ao mesmo tempo, uma contribuição para a estabilidade e prosperidade do mercado mundial de petróleo<sup>48</sup>.

A capacidade de reposição, que promove o mecanismo de armazenamento de petróleo é uma forma muito eficiente de lidar com as interrupções inesperadas nos abastecimentos. Este mecanismo, apresenta-se como eficiente e necessário para as partes consumidoras e produtoras, uma vez que ambas são afectadas, caso se verificarem crises inesperadas. Portanto, a capacidade não utilizada também pode ser

---

<sup>47</sup> Cfr. *Op. Cit.* Nota 25.

<sup>48</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Transport, Telecommunications and Energy*, Brussels, 2006.

chamada como um “colete salva-vidas” tanto para os países produtores quanto para os consumidores. Se os países produtores possuírem grandes reservas de petróleo, mesmo que haja uma crise, poderão continuar a fornecer. Assim, as rupturas físicas de abastecimento poderão ser (ainda que durante um período temporal limitado) evitadas e a segurança do fornecimento de energia será promovida nos países consumidores<sup>49</sup>.

Conseqüentemente, os países consumidores da UE e os produtores da OPEP buscam desenvolver um diálogo coerente, confiável e estável. É claro que esses esforços vão promover a segurança de fornecimento de energia à Europa no futuro. Por isso se pode assumir que a União Europeia parece estar bastante consciente da necessidade de manter boas relações com os países produtores para minimizar os possíveis riscos e salvaguardar gerações de eventual interrupção no abastecimento de energia.

#### **2.4. A (INTER)DEPENDÊNCIA DA RÚSSIA**

A Rússia é um dos parceiros estratégicos mais importantes da União Europeia. Em primeiro lugar, é o país vizinho mais importante, com quem faz fronteira. Esta proximidade significa que ambos partilham vizinhos, com todas as oportunidades e problemas que daí resultam. Em segundo lugar, no plano económico, a UE é o maior parceiro comercial da Rússia e esta encontra-se em quinto lugar no *ranking* das relações comerciais da União. Em terceiro lugar, e no domínio que interessa a este trabalho, o da energia, a Rússia constitui o primeiro fornecedor de gás natural (40,8%) e petróleo (34%) para a UE e os Estados-membros são os primeiros compradores de energia russa<sup>50</sup>. Esta relação resulta da proximidade geográfica, mas também pelo facto da Rússia possuir as maiores reservas de gás natural do mundo (23,7%) e aproximadamente 5% das reservas mundiais de petróleo<sup>51</sup>.

Mesmo antes do colapso, a URSS era o maior produtor mundial, ao nível das indústrias extractivas, de gás natural e petróleo e o terceiro maior produtor de carvão mineral<sup>52</sup>. Porém, a instabilidade gerada pelo desmembramento da URSS, em 1991,

---

<sup>49</sup> Cf. EUROPEAN UNION, in [http://www.eu-un.europa.eu/articles/fr/article\\_6017\\_fr.htm](http://www.eu-un.europa.eu/articles/fr/article_6017_fr.htm), consultado em 23/02/2012 às 12:00.

<sup>50</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

<sup>51</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

<sup>52</sup> Cfr. REGO, H. C. *A Nova Rússia*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999.

levou a que o sector energético russo sofresse um declínio acentuado nos anos subsequentes. A recuperação da economia e, em particular, do sector energético só chegou no final dos anos 90, graças à estabilidade política gerada por Boris Yeltsin e do aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais. Como resultado, a produção russa de petróleo passou dos 6 mil para os 10 mil barris diários, entre 1997 e 2007. A produção de gás conheceu idêntica subida: cresceu de 532,6 para 607,4 mil milhões de metros cúbicos no mesmo período<sup>53</sup>.

Ligada à Europa por uma extensa rede de *pipelines* – construída na época do COMECON (Council for Mutual Economic Assistance), a organização que visava a integração económica das nações do leste europeu – a Rússia aproveitou este crescimento para aumentar a sua influência nos mercados de energia e ampliar a dependência europeia pelos seus fornecimentos. Aproveitou também a oportunidade para projectar o seu poder, encetando diversas crises energéticas, com o propósito de influenciar decisões políticas a seu favor. A História assim o demonstra: Estados Bálticos (1992); Ucrânia (1993, 1994); Bielorrússia (2004); Ucrânia e Bielorrússia (2005, 2006); Ucrânia (2009).

Por muitos anos, a Europa ignorou a possibilidade de Moscovo utilizar as exportações de energia e o monopólio dos *pipelines* como ferramentas da sua política externa, com a finalidade de intimidar e chantagear os países vizinhos e aumentar a sua influência estratégica junto dos antigos Estados da URSS e de novos Estados-membros<sup>54</sup>. Contudo, estes episódios afectaram de forma directa os fornecimentos de energia à UE e colocaram em evidência dois aspectos: a grande vulnerabilidade do sector energético europeu face aos abastecimentos russos e a potencialidade de utilização da energia como arma política. Esta percepção da realidade levou a Europa a equacionar alternativas aos tradicionais aprovisionamentos russos.

Foi assim que nasceu o projecto Nabucco (2002), um consórcio formado por companhias energéticas da Alemanha (RWE), Turquia (BOTAS), Bulgária (Bulgargaz), Roménia (Transgaz), Hungria (MOL) e Áustria (OMV), que se juntaram para construir um gasoduto para transportar gás natural através dos campos do Médio Oriente e do Cáspio através da Anatólia e do norte da Turquia até à Europa. O projecto, orçado em 7,85 mil milhões de euros, tem como finalidade diversificar os abastecimentos de gás

---

<sup>53</sup> Cfr. BAHGAT, G. *The geopolitics of energy: Europe and North Africa*, The Journal of North African Studies, 39-49, 2009.

<sup>54</sup> Cfr. UMBACH, F., *Global energy security and the implications for the EU*, Energy Policy nº 38, 1229-1240, 2010.

natural e as rotas de entrega, e conta com o patrocínio e o financiamento parcial da União Europeia. Talvez mais importante, o Nabucco, cuja conclusão é esperada em 2015, vem criar um corredor a sul para contornar o território russo e evitar a participação directa de empresas russas<sup>55</sup>. O Azerbaijão deverá ser o maior fornecedor, em cooperação com o Turquemenistão, Iraque, Egipto e Irão.

Contudo, a Rússia está a utilizar todos os meios para destruir este projecto optimista. Está a seduzir políticos influenciáveis e a recorrer à utilização do poder à moda antiga, sobretudo nos países que o Nabucco atravessa. Está a comprar posições em companhias energéticas europeias, frequentemente através de holdings, o que pode complicar os objectivos do projecto europeu. Está também a comprar gás natural na Ásia Central e no Cáspio a preços quatro vezes mais elevados que em anos anteriores, de forma a negar progressivamente os fornecimentos futuros ao Nabucco. E, por fim, propôs um gasoduto rival, chamado South Stream, para ligar a Rússia, através do Mar Negro, à Bulgária, onde daí bifurcaria para Itália e Áustria. O consórcio é constituído pela Gazprom (Rússia), mas também pela ENI (Itália), ao passo que a EDF (França) está a tentar adquirir uma participação<sup>56</sup>. Não menos importante, a Rússia iniciou projectos de cooperação com os maiores produtores de energia de África e da Ásia Central, com a finalidade de garantir a sua participação em actuais e futuros gasodutos. Em Setembro de 2008, a Gazprom assinou um memorando de entendimento com a empresa estatal nigeriana (NNPC) para a construção de um *pipeline* através do Deserto do Sahara até à costa mediterrânea da Argélia, com o objectivo de ligar a Nigéria à Europa através de um gasoduto já existente. Semelhante iniciativa foi tomada junto da Líbia<sup>57</sup>.

Todas estas manobras de ‘contra-ataque’ estão a minar as possibilidades de sucesso do projecto Nabucco. Para ser viável, a maioria dos especialistas concorda que o gás terá de vir do antigo Estado soviético do Azerbaijão (8,02 mil milhões de metros cúbicos de gás por ano). Contudo, a Rússia está a comprar o gás do Azerbaijão a preços acima do valor de mercado, embora a UE insista na possibilidade do projecto – no qual o Irão é inclusivamente mencionado como fornecedor de gás. Além do mais, o custo astronómico do projecto, cerca de 4,6 mil milhões de euros<sup>58</sup>, está a demover muitos interessados, especialmente quando o Nord Stream, um *pipeline* que transportará gás

---

<sup>55</sup> Cfr. PAILLARD, C.-A. *Russia and Europe's Mutual Energy Dependence*. *Journal of International Affairs, Spring/Summer, Vol.63 N.º 2*, 65-84, 2010.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 53.

<sup>58</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 6.

russo para a Alemanha via Mar Báltico, (custa menos 6 mil milhões de euros) enfrenta menos questões políticas. Porém, o maior entrave seja talvez as diferentes abordagens de cada Estado-membro relativamente à energia e aos abastecimentos russos. Nos antigos Estados-membros o nível de dependência numa única fonte não excede os 30%, ao passo que nos novos Estados-membros a dependência dos abastecimentos de gás russo oscila entre os 50 e os 100%. Esta diferença entre a Europa Ocidental e de Leste explica, em parte, o porquê da dificuldade em implementar uma verdadeira política energética comum, uma vez que as grandes potências europeias estão mais interessadas em apoiar as suas empresas energéticas (os seus campeões nacionais) a garantir boas oportunidades de negócio, o que tem beneficiado a abordagem russa do “divide e reina”.

Posto isto, podem ser retiradas algumas conclusões. Em primeiro lugar, a relação energética entre Bruxelas e Moscovo assenta na interdependência. A União Europeia necessita, como vimos, dos abastecimentos russos para satisfazer as suas necessidades energéticas, ao passo que a Rússia necessita das receitas provenientes do gás e do petróleo para manter o seu orçamento equilibrado. Como mostra Truscott<sup>59</sup>, em 2006, as receitas obtidas com a venda de energia à UE representaram praticamente 50% das receitas do Governo Federal Russo, assim como 60% das suas exportações. Muitos analistas temem que a Rússia diversifique o seu abastecimento energético, nomeadamente através da China, embora esse cenário seja improvável por duas razões: 1) a Rússia tem investido política e financeiramente numa estrutura de abastecimento à Europa; 2) a China vai continuar a utilizar os seus abundantes recursos de carvão, uma vez que não responde às obrigações do Protocolo de Kyoto<sup>60</sup>.

Em segundo lugar, apesar da sua riqueza em reservas energéticas, a produção russa está em declínio. Esta realidade resulta do aumento do custo de construção de novos campos de extracção e de novas infra-estruturas. Além do mais, a tecnologia disponível é antiquada e ineficiente. Por fim, o aumento do consumo interno de gás natural aumentou nos últimos anos, fruto do acelerado desenvolvimento da sociedade russa. Isto significa menos gás para comercializar ao exterior e, conseqüentemente, menos receitas.

---

<sup>59</sup> Cfr. TRUSCOTT, P. *Russia and European Energy Security*. *Whitehall Papers*, 2009.

<sup>60</sup> *Idem*.

### 3. SEGURANÇA NO FORNECIMENTO ENERGÉTICO À UE: RISCOS E DESAFIOS

*On the eve of World War I, First Lord of the Admiralty Winston Churchill made a historic decision: to shift the power source of the British navy's ships from coal to oil. He intended to make the fleet faster than its German counterpart. But the switch also meant that the Royal Navy would rely not on coal from Wales but on insecure oil supplies from what was then Persia. Energy Security thus became a question of national strategy. Churchill's answer? "Safety and certainty in oil," he said, "lie in variety and variety alone"<sup>61</sup>*

A eclosão da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, trouxe consigo uma autêntica revolução no consumo energético. Como sublinha Joaquim Ferreira Gomes<sup>62</sup>, antes do avanço industrial, a “produtividade do trabalho humano era extremamente reduzida, [uma vez que] era necessário que 85 a 90% da população activa trabalhasse, de sol a sol, no campo, para conseguir arrancar da terra os produtos mínimos que permitissem aos homens sobreviver”. O advento da revolução “substituiu a força muscular do homem (...) e contribuiu para o aumento da produtividade”. A energia tornou-se, assim, uma componente fundamental para o desenvolvimento das economias e permitiu ao homem concentrar o seu esforço noutras atividades, designadamente nos sectores secundário e terciário.

A energia tornou-se, também, uma prioridade política para as nações industrializadas, mais especificamente o garante de abastecimentos acessíveis, contínuos e ininterruptos, ganhando assim um lugar relevante na criação da política

---

<sup>61</sup> Cfr. YERGIN, D., *Ensuring Energy Security*. Foreign Affairs, Março/Abril, 2006.

<sup>62</sup> Cfr. GOMES, J. F., *Energia e Democracia*. In L. A. RAMOS, & J. M. RIBEIRO, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

externa de cada Estado. Porém, não existe ainda uma definição concreta do conceito, habitualmente designado pelos especialistas como ‘segurança energética’.

A Agência Internacional de Energia (AIE), cujos objectivos principais incluem a ‘segurança energética’<sup>63</sup>, define-o como “aprovisionamento adequado, acessível e seguro de energia (...). Pode ser dividido entre ‘segurança na procura’ e ‘segurança no aprovisionamento’. A ‘segurança no aprovisionamento’ é um conceito aplicado face à possibilidade de se verificarem interrupções no abastecimento de energia ao consumidor, ao passo que a ‘segurança na procura’ se aplica perante uma possível quebra na procura de abastecimentos de energia junto do produtor<sup>64</sup>”. A Comissão Europeia, por sua vez, identifica o conceito como “the availability of energy at all times in various forms, in sufficient quantities, and at reasonable and/or affordable prices<sup>65</sup>”. Outros investigadores preferem assumir a ‘segurança energética’ como “a condition in which a nation and all, or most, of its citizens and businesses have access to sufficient energy resources at reasonable prices for the foreseeable future free from serious risk of major disruption of service<sup>66</sup>”.

Em suma, a ‘segurança energética’ refere-se a um aprovisionamento sustentável e fiável de energia a um preço aceitável para o consumidor final (particular ou industrial). Ao longo da investigação que temos vindo a desenvolver procuramos operacionalizar o conceito tendo em conta cinco factores distintos:

– É importante que a definição de ‘segurança energética’ separe as ameaças geopolíticas das geológicas. É comumente aceite que existem reservas de energia (petróleo ou gás natural) suficientes para cobrir a procura global, embora o seu acesso possa ser condicionado por motivos políticos e/ou financeiros;

– O preço da energia é um componente da ‘segurança energética’, uma vez que este varia entre países;

---

<sup>63</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 31**.

<sup>64</sup> Cfr. HEDENUS, F., AZAR, C., & JOHANSSON, D. J., *Energy Security policies in EU-25 - The expected cost of oil supply disruptions*, Energy Policy 38 , 1241-1250, 2010.

<sup>65</sup> Cfr. CIEP, *Study on Energy Supply Security and Geopolitics*, Institute for International Relations 'Clingendael', 2014.

<sup>66</sup> Cfr. BARTON, B., REDGEWELL, A., RONNEL, A., & ZILLMAN, D., *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford University Press, 2004.

- A ‘segurança energética’ depende do nível de investimento e desenvolvimento (I&D). A disponibilidade de investimento varia e está intimamente ligada à estabilidade política da região/país produtor;
  
- A ‘segurança do aprovisionamento’ pode ser alcançada através da diversificação do abastecimento. Ou seja, o desenvolvimento de regiões produtoras de energia beneficia a ‘segurança energética’, uma vez que proporciona mais fontes energéticas e estimula a diversificação;
  
- A ‘segurança na procura’ integra também o conceito. Os produtores necessitam dos lucros da comercialização de energia. Desta forma, procuram garantir a ‘segurança na procura’, promovendo naturalmente uma relação de interdependência.

### **3.1. RISCOS NA SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO**

É inevitável considerar que a segurança e os riscos são, de facto, duas partes da mesma moeda. Estes conceitos estão bastante inter-relacionados. É possível equacionar que a segurança possa ser assegurada através da eliminação dos riscos, em especial, no campo da energia, em que a segurança no abastecimento parece ser potencialmente muito afectada por diferentes tipos.

O autor Christian Egenhofer cita, claramente os principais tipos de risco no seu artigo, “Integrating Security of Supply, Market Liberalization and Climate Change<sup>67</sup>”. Na sua perspectiva, os riscos podem ser classificados em termos de duração, ou seja, existem riscos de curto e longo prazo. A curto prazo, os riscos são geralmente inesperados que causando a ruptura no aprovisionamento, e podendo ser causados, por exemplo, por uma crise política inesperada e até mesmo por problemas técnicos. No entanto, a longo prazo os riscos são problemas mais previsíveis e com uma duração também mais longa, como resultando de situações a diferença entre a procura e a oferta,

---

<sup>67</sup> Cfr. Egenhofer, C. & Legge, T., *Security of energy supply a question for policy or the markets?*. CEPS Task Force Reports. Center for European Studies, Brussels, 2001.

a indisponibilidade de recursos por causa da falta de investimento e problemas nas infraestruturas<sup>68</sup>.

Para além dos argumentos de Christian Egenhofer, também o Livro Verde “Para uma estratégia europeia para a segurança do aprovisionamento energético<sup>69</sup>” classificou os riscos, dividindo-os em quatro pilares principais: os riscos físicos, os riscos económicos, os riscos sociais e ambientais. De acordo com o mesmo documento, os riscos físicos podem ser analisados como riscos permanentes e temporários. Os primeiros ocorrem geralmente quando a produção de um recurso energético vem de uma extremidade, ou seja, somos de facto dependentes de recursos energéticos provenientes de outros países. Isto é exactamente o que a União Europeia tem experimentado, uma vez que os seus recursos energéticos de gás e petróleo têm uma reserva limitada e o seu declínio está a ser acentuado, o fez que com que muitos Estados-membros se tenham tornado dependentes do exterior. Esta parece ser, assim, uma das maiores preocupações que a UE tem hoje sobre a segurança no aprovisionamento energético. Os riscos físicos temporários surgem relacionados com problemas políticos e económicos inesperados, problemas geopolíticos, ambientais ou danos naturais<sup>70</sup>. Assim, a crise energética entre a Rússia e a Ucrânia em janeiro de 2006 pode ser considerada um exemplo claro dos efeitos significativos provocados por riscos físicos no fornecimento de energia. Disso também parece ser exemplo os sucessivos acontecimentos recentemente verificados e designados “Primavera Árabe” em países do continente africano. Durante a fase mais acentuada da crise, provocada por tal situação, a Europa não pôde reabastecer-se de energia em quantidade suficiente e isso causou danos graves na situação energética da maioria dos seus membros<sup>71</sup>.

Para além dos riscos físicos, também existem riscos económicos que afectam a segurança no aprovisionamento energético uma vez que o preço é o principal factor a oscilar quando há uma crise económica ou até mesmo social o que por sua vez afecta o fornecimento energético. E as variações significativas dos preços afectam

---

<sup>68</sup>Cfr. *Op. cit.* **Nota 67.**

<sup>69</sup>Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Livro Verde, Para uma estratégia europeia para a segurança do aprovisionamento energético*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52000DC0769:EN:HTML>, Consultado em 23/03/2011 às 16:00.

<sup>70</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Livro Verde – Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura* [SEC (2006) 317]. Brussels:European Commission, 2006.

<sup>71</sup> Cfr. The Economist, <http://www.economist.com/topics/arab-spring>, consultado em 23/03/2012 às 23:00.

negativamente os consumidores. A dependência das importações em relação aos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo e o gás natural, faz com que os preços no mercado internacional se agravem o que por sua vez afecta o equilíbrio na procura mundial<sup>72</sup>. A elevada dependência de gás natural e petróleo por parte da maioria dos países do mundo aumenta o risco de ruptura especialmente para alguns fornecedores. Como já anteriormente houve oportunidade de mencionar, os dois maiores fornecedores destes combustíveis são a Rússia e os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Por isso, os seus mecanismos que estes países têm em relação aos preços no mercado afectam significativamente a segurança energética da UE.

As bruscas mudanças nos preços do petróleo e do gás são perigosas tanto para os países produtores como para os países fornecedores. O declínio no mercado energético é prejudicial, mas também a sua ascensão. Para a maioria dos países produtores a exportação de energia é uma das suas principais fontes de receitas, pelo que, um declínio acentuado nos preços destes afecta directamente a sua economia. Por outro lado, tal como sucede como os países produtores, os países consumidores também podem sofrer com a queda de preços. Acima de tudo, os baixos preços do petróleo constituem um perigo real para as empresas petrolíferas. Não é fácil o fornecimento de uma produção sustentável para estas empresas devido ao elevado custo de exploração de hidrocarbonetos. Portanto, estas empresas não podem atingir o seu custo total de produção com baixos preços. Para além destes resultados, o declínio no preço do petróleo tem outro efeito negativo porque está associado ao gás natural. Ou seja, o declínio no preço de um destes recursos pode causar um efeito directo de declínio também no preço do outro recurso<sup>73</sup>. Assim, parece evidente que, de facto, a alteração nos preços dos recursos energéticos produz efeitos negativos em todo o sector. De acordo com Christian Egenhofer, o ideal seria conseguir garantias de que os preços atingem um nível razoável e sustentável<sup>74</sup>.

De acordo com o Livro Verde<sup>75</sup>, outros factores de risco a considerar são os sociais e os ambientais. A energia é vital para os países, como já salientamos, e por esta

---

<sup>72</sup>Cfr. Clingendael Institute, *Study on energy supply security and geopolitics*, Final Report, The Hague, 2004.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Cfr. Friends of the Earth Europe, <http://www.foeeurope.org/search/foee/nuclear%20energy>, consultado em 23/03/2011 às 14:00.

<sup>75</sup> Idem.

razão a ruptura no fornecimento de energia pode causar um efeito dominó, uma vez que alguns países europeus dependem apenas de um único país fornecedor. Se de facto existir uma ruptura no fornecimento de energia muitos países poderão ser “contaminados” por esta situação<sup>76</sup>. Além disso, todos os riscos atrás referidos (políticos, económicos) também são afectados. Por outro lado, qualquer tipo de acidente ambiental como um tsunami, por exemplo, ou até as emissões de gases nocivos poluentes pode prejudicar o clima (como os gases de CO2 que podem ser considerados como riscos ambientais<sup>77</sup>).

Além destes tipos de riscos, também existem os riscos domésticos que cobrem essencialmente todos os problemas relacionados com a produção de energia a nível local, infraestruturas e capacidade tecnológica. A UE sofre, também com este tipo de risco uma vez que produção de gás natural é limitada, bem como a sua capacidade de armazenamento (UE), situação idêntica aquela que se verifica em relação ao petróleo.

### **3.2. Os PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA UNIÃO EUROPEIA**

Todos os riscos atrás mencionados produzem efeitos directos e indirectos na segurança do aprovisionamento energético. No entanto, para além destes riscos, há que salientar que existem quatro desafios-chave para a União Europeia que ameaçam a sua segurança no aprovisionamento energético. São eles:

1. A produção doméstica limitada e grande dependência da importação;
2. A confiabilidade dos fornecedores de energia;
3. Problemas nas infraestruturas energéticas;
4. A falta de uma abordagem comum no domínio da energia.

#### **3.2.1. DESAFIO I: PRODUÇÃO DOMÉSTICA LIMITADA E GRANDE DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO**

---

<sup>76</sup>Cfr. EUROPE LEGISLATION, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/european\\_energy\\_policy/127067\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/european_energy_policy/127067_pt.htm), consultado em 23/03/2012 às 23:00.

<sup>77</sup> Idem.

Já vimos que a UE tem sofrido por apenas possuir no seu seio uma capacidade muito limitada no que se refere à existência de recursos naturais de natureza energética, mas também com a dependência das importações. Actualmente, a política dos Estados-membros da UE apresenta-se essencialmente focada nas ameaças decorrentes da elevada dependência das importações. No entanto, estes desafios estão intimamente ligados, sendo que o último surge visualmente em consequência do primeiro. No entanto não há uma relação directa e proporcional entre a produção de energia doméstica e o consumo interno. Por exemplo, desde 1998, que em cada ano se tem verificado um aumento gradual na produção de energia<sup>78</sup>. No entanto, a produção doméstica limitada não tem condições para satisfazer um aumento na procura de recursos energéticos.

Na verdade, mesmo que a UE sofra com um com a capacidade de uma produção limitada, a sua localização geográfica é uma grande vantagem para este continente, que está cercado por dois grandes países produtores de energia: a Rússia e a Noruega. Por outro lado, tem facilidade em aceder a outros países que se encontram na Ásia central, no Médio Oriente e no Mar Cáspio pela sua vizinhança com países de Trânsito como sejam a Turquia e a Ucrânia. Tem igualmente acesso a recursos provenientes do Mediterrâneo e de países situados no Norte de África. A sua proximidade geográfica a estas regiões aumenta, a nosso ver, a oportunidade de fornecimento diversificado destes recursos. Hoje, a dependência de consumo energético da UE é de 50% mas, infelizmente e de acordo com as expectativas esta dependência tenderá a aumentar para 70% em 2030<sup>79</sup>. Os principais motivos apontados para justificar esta dependência são o elevado consumo de petróleo e de gás natural. O total das suas importações é de 80,2% e 54,4%<sup>80</sup> respectivamente. Além disso, o pior parece ser o facto de que a UE parece ter estado a satisfazer a sua procura a dois produtores com alguma relevância, ou seja a Rússia e à OPEP. A quota da OPEP representa cerca de 51% das importações totais de energia<sup>81</sup> da UE. Além disso, a Rússia tem também um papel relevante no fornecimento de gás para a Europa, uma vez que é o principal fornecedor de gás dos países europeus.

---

<sup>78</sup> Cfr. European Commission Directorate General for Energy and Transport, *Energy Infrastructures: Increasing the Security of Supply in the Union*, Memo, Brussels, 2003.

<sup>79</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 25.**

<sup>80</sup> Cfr. European Commission DG Energy and Transport, *TEN-E Guidelines Specify a European wide energy transmission network*, Brussels, 2006.

<sup>81</sup> Cfr. Global Change Research Institute, <http://www.globalchange.umd.edu/>, consultado em 24/03/2011 às 12:00.

A sua participação total na importação de gás representa cerca de 36,7%<sup>82</sup>. Estes dados demonstram claramente que a dependência das importações de recursos energéticos é um desafio a qual a UE terá que responder com sucesso, sobretudo quando se verifica um tão elevado grau de dependência face apenas alguns fornecedores.

Apesar das preocupações em relação à existência de uma forte dependência, não é fácil reduzir, sobretudo no curto prazo, o consumo de petróleo e de gás natural. A razão principal deste obstáculo – consumo de gás e petróleo por países da UE- é a sua forte posição e utilização de muitos sectores na vida quotidiana. O maior consumidor de energia é o sector dos transportes. Em 2007, o sector dos transportes apresentou um consumo total de energia de 30,7 %<sup>83</sup>. O petróleo é a fonte de energia predominante no sector dos transportes e a sua substituição por outro combustível apresenta-se como impossível<sup>84</sup>. Os esforços para reduzir o consumo do petróleo parecem bastante difíceis e insignificantes. O uso de fontes renováveis de energia pode ser considerado como uma alternativa para diminuir a predominância do petróleo neste sector.

Mas este é um desafio que afecta directamente a segurança no aprovisionamento energético e os seus elementos relativos. É de ressaltar, ainda, que “security of supply has two equally important constituent parts: physical availability and price<sup>85</sup>”. A disponibilidade física e a estabilidade nos preços da energia são elementos importantes para melhorar a segurança energética na óptica do fornecedor. No entanto, o acesso aos recursos e aos preços dos combustíveis importados pode ser facilmente afectado pelas mudanças políticas e económicas dos países fornecedores. É também possível que os países fornecedores possam aumentar os preços dos seus combustíveis ou cessar o seu fornecimento ou, ainda e em consequência, causar uma ruptura física do abastecimento para dos países consumidores. No entanto, parece ser a alteração dos preços que tem de um maior efeito destrutivo, uma vez que pode mesmo causar /agravar uma crise económica nos países consumidores. A este respeito, parece ser claro que a segurança no aprovisionamento energético se apresenta dotado de estreitas ligações com a disponibilidade física dos bens em causa, principalmente, no que toca às reservas de petróleo e de gás, afectando a estabilidade de preços. Possíveis problemas neste

---

<sup>82</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 80.**

<sup>83</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 41.**

<sup>84</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 67.**

<sup>85</sup> *Idem.*

domínio podem causar efeitos sérios e directos no abastecimento, podendo inclusive provocar ruptura no abastecimento.

Por outro lado, e apesar da UE ter enfrentado sérios desafios quanto ao seu cabaz energético, ela também tem tido oportunidade de o diversificar nomeadamente no que se refere aos seus fornecedores energéticos, sobretudo graças à proximidade geográfica que tem face a diferentes produtores alternativas. Esta vantagem tem vindo a apresentar-se como crucial para diminuir os riscos e ameaças que possam surgir neste domínio.

Em jeito de conclusão, a produção limitada de energia na UE e a sua grande dependência externa prejudicam o abastecimento energético sustentável, visto que os seus Estados-membros estão dependentes dos países exportadores de energia e, conseqüentemente, da sua estabilidade interna. No entanto, existem também possíveis soluções para lidar com estes desafios - produção energética limitada e alta dependência de importação. A diversificação de recursos energéticos e das rotas de abastecimento constituem-se como possíveis soluções para elevar a segurança do fornecimento europeu. Se for capaz de diversificar os seus fornecedores, a UE pode desta forma evitar a excessiva dependência perante países como a Rússia e alcançar, desta forma, um leque mais abrangente de fornecedores seguros e confiáveis.

### **3.2.2. DESAFIO II: A FIABILIDADE DOS FORNECEDORES DE ENERGIA DA UE**

Como já foi referido, os principais fornecedores da UE em matéria de energia são a Rússia, a Noruega, o Médio Oriente, os países do Golfo, os países do Norte de África e do Mediterrâneo. Para além destes, a UE também possui parcerias com os países da bacia do Mar Cáspio e da Ásia Central.

Entre eles, a Rússia e os países da OPEP continuam a ser os maiores fornecedores de gás e petróleo. Possuem, por isso as maiores quotas no mercado de importação total de energia. Este nível de dependência mostra como estes fornecedores têm uma forte posição no mercado energético europeu. Por outro lado, aqueles dois grandes gigantes representam as maiores ameaças para a segurança no aprovisionamento energético europeu. As suas fortes posições têm dois principais resultados negativos: em primeiro lugar, a Rússia e a maioria dos países da OPEP, como o Irão, o Iraque, a Nigéria, a Líbia e a Indonésia estão fortemente envolvidos em problemas políticos e económicos como, como se verificou com a “Primavera Árabe”.

A estabilidade interna não pode, assim, ser totalmente assegurada nestes países. Por esta razão é muito arriscado manter uma tão alta dependência de consumo de gás e petróleo destes países, uma vez que a sua “alimentação” pode ser facilmente interrompida pelas razões anteriormente referidas e também porque a verificar-se provocam um forte efeito nefasto ao nível económico e político nos países consumidores. Isto é tão mais importante quanto sabemos que os países que possuem grandes reservas energéticas obtêm automaticamente poder político significativo, e isto verifica-se claramente nos casos quer da Rússia quer da OPEP. De facto, estes dois principais fornecedores da UE têm política e economicamente muito a beneficiar da sua grandeza energética. Na verdade, eles não são fortes o suficiente na vida política e social, mas, as suas grandes reservas de petróleo e de gás natural leva-os directamente para o topo da cena internacional. Além disso, eles também parecem ter o poder de influenciar o processo de tomada de decisão relativamente ao fornecimento de países que são seus clientes. E se dúvidas subsistissem, aquando da disputa relativamente ao fornecimento de gás à Ucrânia, a Rússia parece tê-lo ilustrando-o de forma muito clara o que em outras questões pôs em causa o abastecimento europeu.

Por outro lado, embora a maioria dos países produtores não sejam confiáveis a UE ainda tem um fornecedor que se tem apresentado como bastante confiável e estável que é a Noruega. Sendo um membro da AIE, a Noruega possui um sector energético bastante confiável, estável e transparente. Além disso, a interligação do gás e electricidade norueguês e da electricidade e gás europeu fortaleceu a o diálogo entre a Noruega e a UE<sup>86</sup>.

Consequentemente, as preocupações com a estabilidade e confiabilidade dos fornecedores de energia é, assumidamente, um dos principais desafios do sector energético europeu. Diversificar os fornecedores e aumentar o número de países produtores de confiança apresenta-se como um dos objectivos-chave da UE para garantir o seu aprovisionamento no abastecimento energético.

---

<sup>86</sup> Cfr. International Energy Agency, *Stocks in IEA member countries since 1984. A Response System for Oil Supply Emergencies*, Paris, 2007.

### 3.2.3. DESAFIO III: PROBLEMAS NAS INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS

Também as infraestruturas são muito importantes para garantir a segurança no aprovisionamento energético. Qualquer problema neste contexto pode causar uma interrupção de curto ou de longo prazo no fornecimento de energia. O mercado europeu de electricidade e de gás inflacionou, por esta razão, a importância nas infraestruturas da UE. De facto, a existência de infraestruturas melhoradas e desenvolvidas são vistas como necessárias para reforçar a segurança energética e assim reduzir o risco de rupturas no abastecimento.

As infraestruturas são vistas e consideradas como um dos principais desafios devido a sérios problemas actuais, como por exemplo, o desenvolvimento de relações favoráveis com países terceiros que sejam países fornecedores e de trânsito de energia<sup>87</sup>. No entanto, devido às insuficientes infraestruturas, os problemas graves, como por exemplo, a instabilidade de alguns países de trânsito e de transporte<sup>88</sup>, ocorrem neste sistema e ameaçam a sustentabilidade no mercado de electricidade e do gás. Além disso, eles não podem ainda assegurar completamente o acesso à terceira parte ao mercado através de formas não-discriminatórias. A interligação dos mercados nacionais dos Estados-membros ainda não estão concluídas, e existem ainda algumas áreas que não estão integradas para o mercado europeu de gás e electricidade. Por isso, o congestionamento e os problemas de estrangulamento ainda não foram resolvidos, e ainda não há, também o nível de investimento necessário para garantir/assegurar desejáveis melhorias no mercado interno assim como o desenvolvimento transfronteiriço de infraestruturas<sup>89</sup>. Estes são os problemas gerais relativos às infraestruturas que usualmente são identificados. A este respeito, parece-nos relevante é analisar separadamente os problemas nas infraestruturas da electricidade e do gás.

Basicamente, no sector da electricidade e ao nível das infraestruturas, os principais problemas apontados são o baixo nível de intercomunicação em algumas áreas, o congestionamento e engarrafamento. Na UE há quatro principais níveis de interconexão. O maior deles verifica-se entre a Dinamarca, a Suécia, a Áustria, a Bélgica e a Holanda. Por outro lado, o menor nível de interconexão é o que se verifica existir entre o Reino Unido e a Espanha. Esta diferença impede a existência de um

---

<sup>87</sup> Cfr. Parlamento Europeu, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A7-2011-0226&language=PT>, consultado a 23/04/2012 às 17:00.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *An Energy Policy For Europe*, Brussels, 2007.

mercado de electricidade perfeitamente interligado na UE. Estes diferentes níveis de interconexão têm por sua vez ligação com o congestionamento, sendo que o principal risco dele resultante é o aumento dos preços precisamente porque aumenta o preço das interligações.

O preço das interligações aumenta quando há congestionamento, situação que se verificou entre a França e o Reino Unido, Dinamarca e Países Baixos<sup>90</sup>. O risco de estrangulamento é outro desafio para este sector. Na Europa, estão identificadas sete grandes áreas onde existem pontos de estrangulamento. Entre a Dinamarca e a Alemanha, na Irlanda, no Reino Unido, entre a Bélgica e a Holanda, entre França e Espanha, na Itália e na Grécia<sup>91</sup>. Todos esses desafios são apontados como os principais obstáculos para o mercado interno do gás e da electricidade.

Mas também, o sector do gás sofre com os problemas de natureza infraestrutural. O principal desafio neste sector é o aumento da sua procura, situação que acaba por ser um obstáculo face à capacidade da rede de gás que é limitada. Hoje, ela é suficiente para responder à procura do gás. Além, disso mesmo que haja uma forte e interligada rede de gás na UE, há ainda dois Estados-membros que ficam de fora desta rede: a Grécia e a Finlândia<sup>92</sup>.

Como foi mencionado anteriormente, estes desafios são importantes para as infraestruturas energéticas da UE, uma vez que o seu desenvolvimento e fortalecimento é fundamental para a eficácia do mercado europeu no domínio do gás e electricidade porque possuem uma maior sustentabilidade ao nível do fornecimento. Umhas infraestruturas bem estabelecidas de gás e electricidade diminuem, assim, o risco de interrupções de energia e melhoram a segurança no aprovisionamento energético dos Estados-membros da UE.

#### **3.2.4. DESAFIO IV: A FALTA DE UMA ABORDAGEM COMUM PARA OS FORNECEDORES DE ENERGIA**

Já foi possível referir anteriormente nesta investigação que na União Europeia existem abordagens fragmentadas em relação a políticas comuns e que nesse contexto, a

---

<sup>90</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, Directorate-General for Energy and Transport, *European Energy Infrastructure: Fighting Congestion and Building Links*, Luxembourg, 2002.

<sup>91</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/critical\\_en.htm](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/critical_en.htm), consultado em 23/10/2011 às 17:00.

<sup>92</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 48.

maioria das preocupações se tem concentrado na identificação da necessidade e relevância da criação de uma política energética comum. Também já se clarificou o facto de a maioria dos Estados-membros estar relutante sobre a transferência do seu poder nacional nessa matéria para uma autoridade supranacional, traduzida na vontade até aqui expressa no sentido de preservar a sua política nesse domínio como uma matéria de interesse nacional. Esta abordagem constitui o argumento básico apresentado por alguns Estados-membros. No entanto, e infelizmente, no entender da UE esses membros não estarão cientes das consequências negativas resultantes da falta de uma política energética. Por isso este é um dos grandes desafios para a segurança do abastecimento de energia na UE. Além disso, este é um sério obstáculo para garantir uma abordagem coerente e eficaz entre todos os Estados-membros em relação a esta matéria.

A Comissão Europeia sublinhou, igualmente, este problema sobre energia no Livro Verde<sup>93</sup>, onde constam três elementos principais: a segurança no abastecimento, a concorrência e a protecção ambiental. De acordo com este documento, todos estes elementos são inter-relacionados e têm um impacto significativo sobre a política energética na UE que se vier a tornar-se numa política comum tem que assegurar, desde logo, o respeito por estes objectivos. No entanto, devido aos diferentes interesses nacionais e às suas diferentes prioridades, não existe ainda uma política energética comum. A maioria dos esforços significativos neste sentido não passam de etapas sucessivas de um projecto não ratificado. No projecto da Constituição pode considerar-se que terá existido um esforço no sentido de criar um capítulo especial para a política energética. E por isso se considera que este foi um passo importante para a criação de uma política comum. De acordo com aquele documento, as questões energéticas devem ser de competência partilhada entre os Estados-membros. Se aquele tratado tivesse sido ratificado, a questão energética não teria sido uma política de natureza exclusiva nacional. Por isso é considerado tão importante para a UE<sup>94</sup>.

No entanto, os factos parecem apostar no sentido de os esforços em direcção a uma política comum terem vindo a enfraquecer sem que apesar disso, as preocupações em relação à segurança energética terem diminuído. Antes pelo contrário, alguns membros começam a mudar a sua abordagem em direcção a uma política energética

---

<sup>93</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 70.

<sup>94</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 70.

comum. Um dos aspectos relativamente ao qual, os Estados-membros parecem ter começado a sentir uma abordagem semelhante é que possam colmatar as ameaças à segurança do aprovisionamento energético. Assim, a falta de uma política energética comum é apontada como um dos principais entraves à segurança no abastecimento. A principal razão para tal parece assaltar no facto de não existir uma política comum enquanto não houver regras vinculativas, cada Estado pode prosseguir uma política autónoma tendo por base, exclusivamente, as suas próprias prioridades e preservando os seus próprios interesses. Considera-se por isso, que para evitar esta situação, os Estados-membros terão que criar uma política comum energética definindo regras especialmente orientadas para garantir a diminuição da dependência das importações. Este argumento não se refere a uma política comum no sentido mais restrito do termo, mas uma em que, pelo menos em algumas questões específicas e básicas, os Estados-membros coordenarem em realizarem em comum as iniciativas e fornecerem as medidas que forem consideradas necessárias para diminuir as importações, aumentar a utilização de combustíveis de livre carbono e ao mesmo tempo desenvolvendo o diálogo bilateral com os países produtores e diminuindo o consumo excessivo de energia. Estes são alguns dos objectivos considerados básicos e específicos de uma política energética comum.

Em resumo, a ausência de uma política comum energética é, assim assumida como um grande obstáculo que torna a situação energética da UE muito mais vulnerável do que eventualmente seria se existisse uma política comum neste domínio. Os seus efeitos negativos são hiperbolizados sobretudo no que toca à segurança no abastecimento. Por isso se argumenta no sentido de considerar que na política energética comum deve ser encorajada tendo como base de argumentação junto dos Estados-membros da UE os resultados positivos que a mesma em si tende a conter.

Como destacamos neste capítulo, existem diferentes riscos e desafios que afetam a segurança do aprovisionamento energético na UE. Especialmente, a produção limitada e local e elevada dependência das importações são apontadas como as principais ameaças para a UE na questão energética. A este respeito, as situações dos principais fornecedores de energia e dos países de trânsito, assim como o seu diálogo com a UE têm que ser analisados para garantir uma melhor compreensão.

#### **4. SOLUÇÕES PARA GARANTIA DE SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA UNIÃO EUROPEIA**

Há muitos factores que influenciam a segurança do abastecimento energético na UE, alguns deles são domésticos enquanto outros são factores externos<sup>95</sup>. No entanto, uns e outros estão concentrados na redução dos riscos que ameaçam a segurança no abastecimento energético. Portanto, as instituições da UE, empresas privadas, e até as famílias têm que fazer o máximo esforço para reduzir o seu consumo de energia na medida em que têm que poupar o seu consumo energético. À luz destes objectivos básicos, as possíveis medidas a equacionar tendo em vista estes objectivos podem ser tomadas em três níveis: nacional, a nível comunitário e multinacional. A nível nacional, os Estados- membros tomam as suas medidas de forma unilateral. Ao nível comunitário, as medidas são tomadas num contexto mais vasto da União Europeia. A nível multilateral<sup>96</sup>, a União Europeia coopera e interage com as organizações internacionais ou intergovernamentais multilateralmente.

##### **4.1. MEDIDAS EXISTENTES AO NÍVEL DA POLÍTICA DE CADA ESTADO-MEMBRO**

As medidas tomadas ao nível nacional são unilaterais. Há duas formas principais para promover a segurança no abastecimento energético a este nível: a diversificação da matriz energética e o acordo de longo prazo com os países produtores.

##### **4.1.1. DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA**

A diversificação da matriz energética constitui uma forma de aumentar a segurança no abastecimento energético ao nível nacional. Consiste numa escolha nacional para decidir o seu próprio cabaz energético. Assim, "Each national government or energy company within a nation decides what mix of energy will actually be utilized<sup>97</sup>". Cada Estado-membro é livre para formar o seu próprio cabaz energético, pelo que não existe uma regra restrita para este problema. No entanto, existem algumas metas especiais estabelecidas pela UE com vista a proteger a segurança no abastecimento da energia para a UE.

---

<sup>95</sup> Cfr. VINOIS, Jean-Arnold, *The Way towards an Energy Policy for Europe*, Berlin, 2006.

<sup>96</sup> Cfr. BELKIN, Paul, *The European Union's Energy Security Challenges*, 2008.

<sup>97</sup> Cfr. MORELLI, V. L., *European Union's Energy Security Challenges*, CRS Report for Congress, 2006.

As questões mais problemáticas no cabaz de energia são o uso de energia nuclear, as preocupações ambientais relativas ao uso de combustíveis fósseis (especialmente carvão) e a elevada dependência das importações.

A utilização da energia nuclear é considerada como um problema muito grande. Devido à sua estrutura livre de CO<sub>2</sub>, a energia nuclear é vista como contribuindo significativamente para a protecção do ambiente e é considerada bastante conveniente para lutar contra a mudança climática. No entanto, devido às preocupações associadas à segurança, não há ainda uma decisão tomada de forma concertada ao nível da UE sobre o uso da energia nuclear. Os Estados-membros são livres para adicionar ou não o poder nuclear no seu cabaz energético. No entanto, uma vez que decidem usá-lo, têm que respeitar algumas regras de protecção para reforçar a segurança. A este respeito, estas regras e condições correlacionadas estão resumidas na Comunicação da Comissão Europeia sobre o programa Nuclear. Neste documento, esta questão tem sido destacada como segue abaixo:“(…)...At the same time, nuclear safety, decommissioning nuclear reactors at the end of their active life, management, transport and final disposal of radioactive waste together with non-proliferation are important issues that must continue to be actively addressed<sup>98</sup>.”

Mas, também é importante salientar, ao determinar o cabaz de energia, há também preocupações crescentes em relação aos recursos energéticos que são prejudiciais para o ambiente. Especialmente, devido às emissões de dióxido de carbono extremamente elevadas, o carvão é o combustível mais prejudicial para o ambiente, enquanto o gás natural é considerado o menos nocivo. Assim, o gás natural começou a substituir o carvão em vários setores, pelo que, especialmente na geração de energia, a participação do gás natural tem vindo a aumentar enquanto a percentagem de carvão utilizado está a diminuir<sup>99</sup>.

Além disso, a utilização de GNL (Gás Natural Liquefeito) também tem vindo a assumir uma importância crescente na mistura de energia. O consumo de GNL na UE representa 8% do consumo total de GNL no mundo. O maior fornecedor de GNL é a Argélia, embora Omã, Qatar e o Egipto também produzam e exportem para a Europa. A utilização de GNL é muito importante porque os fornecedores podem atingir a outras áreas pelos terminais de GNL. Como se sabe, as condutas não podem ser construídas ao

---

<sup>98</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, Nuclear Illustrative Programme, Bruxelas, 2006.

<sup>99</sup> Cfr. Agência Europeia do Ambiente, <http://www.eea.europa.eu/pt>, consultado em 12/03/2011 às 14:30.

longo de distâncias excessivas e enfrentam sempre o risco de que o fornecimento daquele recurso possa ser interrompido por razões políticas ou técnicas. Um pouco por toda a Europa, existem diferentes projectos sobre a construção de novos terminais de GNL. Especialmente Espanha e Itália, os maiores exportadores de GNL, fazem esforços consideráveis para os novos terminais de GNL<sup>100</sup>.

A dependência de importação para os hidrocarbonetos é outro factor que afecta o cabaz energético. Devido à alta dependência das importações de combustíveis fósseis, os membros da UE começaram a procurar novas opções para diminuir a grande dependência que actualmente possuem relativamente ao exterior neste domínio do sector. Por isso, como são internamente produzíveis, as energias renováveis apareceram como uma alternativa conveniente para promover a segurança no fornecimento de energia.

Finalmente, e como os Estados- membros têm o direito de decidir como formar o seu cabaz energético, não há qualquer limitação rigorosa sobre o uso de que fazem dos combustíveis. No entanto, parece apresentar-se como melhor solução que os Estados- membros respeitassem as prioridades e as condições colocadas pela UE para apoiar a protecção ambiental e para melhorar a segurança no abastecimento energético. Por esta razão, embora a diversificação da matriz energética seja considerada uma competência de âmbito nacional, subsiste a perspectiva que defende a necessidade de existirem, ainda assim, algumas intervenções comunitárias para consolidar a estabilidade e prosperidade do sistema neste sector.

#### **4.1.2. DIÁLOGOS BILATERAIS E CONTRATOS DE LONGO PRAZO COM OS PAÍSES PRODUTORES**

Os diálogos energéticos bilaterais e os acordos de longo prazo são considerados hoje os principais instrumentos para promover a segurança no abastecimento energético. Os diálogos bilaterais exigem normalmente uma estreita relação entre os consumidores e os países produtores que são, na sua maioria, consolidados por acordos vinculativos através dos quais a maioria dos membros da UE reforçaram a sua segurança no abastecimento.

Estes acordos tendem a ser, na sua maioria, favoráveis aos fornecedores, porque eles têm a oportunidade de garantir a sua posição nos países consumidores através

---

<sup>100</sup> Cfr. *Op. Cit.* Nota 25.

daqueles. Basicamente, eles impõem aos consumidores compra do combustível de que necessitam para um período de longo prazo que eles próprios determinam. Além disso, no longo prazo, os países consumidores também podem beneficiar com estes contratos, na medida em que garantem o seu abastecimento energético e consolidam a sua segurança energética. No entanto, devido a razões políticas, este tipo de acordos de longo prazo também pode trazer desvantagens significativas para estes países na medida em que deste modo eles acabam por criar as bases que permitem que os países produtores possam intervir no mercado do país consumidor e, deste modo, para “obter” a maior parte do mercado da oferta total de energia e de usar a sua posição dominante como uma influência política.

Além disso, estes contratos são actualmente utilizados pelo cartel do gás russo, a Gazprom. De facto, os seus diálogos sobre energia com a Alemanha e a França baseiam-se nesses acordos de longo prazo. No que se refere ao mercado alemão de energia, em especial, a Gazprom assume uma posição de predominância inquestionável (e aparentemente também indispensável). Para preservar esta posição, a Gazprom considera estes contratos como instrumentos vitais e usa como ferramentas principais no país. O acordo assinado entre a Rússia e a Alemanha já foi ampliado até 2020 e essa expansão parece ser uma prova que demonstra como a posição da Gazprom foi reforçada no mercado alemão de energia<sup>101</sup>.

A Rússia tem também um diálogo sobre a energia com a França, assente igualmente nos contratos de longo prazo. De facto, a companhia de gás francesa, a Gaz de France e a Gazprom concordaram com a extensão dos seus contratos de longo prazo sobre o fornecimento de gás até 2030<sup>102</sup>. A expansão destes acordos parece demonstrar que os Estados preferem iniciar um diálogo bilateral com os seus fornecedores e beneficiar mutuamente deste tipo de relacionamento.

Outro diálogo energético próximo é o que se verifica existir entre o Reino Unido e a Noruega. A proximidade geográfica e o potencial de petróleo e de gás norueguês para o mercado britânico de energia são apontadas como as principais razões para esta estreita relação existente entre os dois países. Em 2005, o Tratado de Cooperação de Petróleo e Gás foi assinado tendo por base os compromissos assumidos por ambos os

---

<sup>101</sup> Cfr. KEFFERPUTZ, Roderick, *Gazprom's Changing Fortunes*, Center of European Policy Studies Bruxelas, 2009.

<sup>102</sup>Cfr. Global Research, Centre of Research of Globalization, <http://globalresearch.ca/index.php?context=advSearch>, consultado em 09/04/2011 às 12:45.

lados para um determinado período tendo em vista o fornecimento sustentável de petróleo e gás<sup>103</sup>.

O terceiro exemplo para este tipo de relações é o que existe entre a Argélia e Espanha, e também entre a Argélia e a Itália. Espanha e Itália importam grandes quantidades de gás natural e GNL da Argélia. Assim, e apenas para ilustrar essa realidade, a Sonatrach e Endessa, as empresas de energia da Argélia e da Espanha, concordaram com um contrato de fornecimento de longo prazo sobre a entrega de GNL. Este acordo é válido por um período de vinte anos. Assim, a maior parte da procura espanhola para o GNL será colmatada pela Argélia durante vinte anos<sup>104</sup>.

As várias relações bilaterais acima enunciadas, mostram as abordagens dos Estados-membros no que se refere às relações bilaterais entre países produtores e consumidores a escala nacional. No entanto, embora as relações bilaterais e contratos de longo prazo sejam considerados como medidas eficazes tomadas ao nível nacional para garantir a segurança no abastecimento energético, eles também se têm apresentado, simultaneamente como obstáculos significativos, que tenderão a dificultar uma abordagem comum para a questão energética no seio da União Europeia.

## **4.2. MEDIDAS AO NÍVEL DA COMUNIDADE**

### **4.2.1. DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ABASTECIMENTO E AS ROTAS DE TRÂNSITO**

Já atrás de salientou que a União Europeia tem vindo a enfrentar dificuldades acrescidas com a crescente procura de petróleo e gás. A sua capacidade de produção doméstica não consegue responder à procura crescente e assim, a União tem vindo a importar quantidades consideráveis de recursos externos. Como se destacou anteriormente, a UE é extremamente dependente do Médio Oriente em petróleo e da Rússia, no que se refere ao gás. Consequentemente, o volume de dependência a alguns fornecedores representa uma grande ameaça no que se refere a garantir a segurança no

---

<sup>103</sup> Cfr. GEDEN, O., MARCELIS, C., MUARE, M., *Perspectives for the European Union's External Energy Policy: Discourse, Ideas and Interest in Germany, the UK and France*. SWP Working Paper FG 1, Berlin, 2006.

<sup>104</sup> Cfr. *Op. Cit.* **Nota 25**.

abastecimento energético, muito embora ele oscile consoante os membros da UE a serem considerados na análise.

Alguns são totalmente dependentes de um único fornecedor. Para ilustrar este facto, é relevante destacar a situação da Estónia e da Finlândia. Estes membros são totalmente dependentes da Rússia no que se refere ao abastecimento de gás. Esta é uma situação bastante arriscada para a UE, não só porque a Rússia não é considerada totalmente “confiável”, mas também, porque os recursos russos estarão maduros e não serão capazes de atender à crescente procura de petróleo e gás num futuro próximo<sup>105</sup>. Por isso, a UE apoia uma política de diversificação para garantir o abastecimento de petróleo e gás a partir de diferentes fontes ao mesmo tempo que procura com essa estratégia contribuir para a segurança no abastecimento energético no seio da União Europeia<sup>106</sup>.

A Bacia do Cáspio e Ásia Central, a Região do Golfo Pérsico, Bacia do Mediterrâneo e Norte da África são novas alternativas para a UE diversificar os seus recursos energéticos e reduzir deste modo, pelo menos potencialmente, os riscos decorrentes da elevada dependência de poucos fornecedores<sup>107</sup>.

#### **4.2.1.1. BACIA DO CÁSPIO E ÁSIA CENTRAL**

A Bacia do Mar Cáspio<sup>108</sup> e a Ásia Central possuem muito petróleo e gás que são extremamente importantes para os Estados-membros da UE poderem diversificar os seus recursos energéticos e reforçarem a sua segurança no abastecimento energético<sup>109</sup>.

Apesar das suas vantagens geopolíticas e geoestratégicas esta região tem, no entanto, sérios problemas políticos e económicos. Desde o início do século XIX, os países do Sul do Cáucaso, em especial, foram confrontados com sérios problemas políticos. O domínio russo que durou mais de 40 anos e os problemas que então havia

---

<sup>105</sup> Cfr. *Op. Cit. Nota 25*.

<sup>106</sup> Cfr. *Op. Cit. Nota 70*.

<sup>107</sup> Cfr. Council Of European Energy Regulators, *The Regional Initiatives – a major step towards integrating Europe’s national energy markets*, Bruxelas, 2010.

<sup>108</sup> Cfr. MANNING, Robert A.; *The Myth of the Caspian Great Game and the “New Persian Gulf”*, The Brown Journal of World Affairs, Summer/Fall 2000 – Volume VII, Issue 2.

<sup>109</sup> Cfr. BOONSTRA, Jos, *The EU’s Interests in Central Asia: Integrating Energy, Security and Values Into Coherent Policy*, Working paper, N° 9, European Development Co-operation to 2020, Germany, 2011.

entre os Estados que constituíam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) são os principais motivos da depressão social e política na região<sup>110</sup>.

Além disso, a abordagem russa de teor monopolista parece ter sido a responsável pelas limitações do desenvolvimento tecnológico e das actividades de investigação de novos recursos energéticos. Por esta razão, durante o período da Guerra Fria (1945-1991), nem os países da região, nem a Rússia terão estado cientes da sua real capacidade de produção de gás e petróleo nestas áreas. No entanto, com a dissolução da URSS, os Estados constituintes da URSS ganharam a sua independência e tornam-se o único poder de reservas de energia. Assim, a fim de obter benefícios políticos e económicos, os novos Estados independentes terão considerado como prioritárias as suas políticas energéticas e, aceleraram as suas actividades de investigação com vista a identificar as novas reservas de petróleo e gás.

Em simultâneo, os consumidores ocidentais como os EUA e a UE começando nesta altura a diferenciar as suas prioridades de energia e concentraram-se na riqueza do petróleo e do gás na região.

Nesta região, Estados como o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão são forças motrizes do petróleo a nível global e também da produção de gás. A maioria destes recursos está localizada nestes países<sup>111</sup>. Destes países, o Azerbaijão tem seguido uma abordagem pró-ocidental e preferiu integrar os projetos dos EUA ou da UE. Ao contrário, o Turquemenistão e o Cazaquistão têm preservado as suas abordagens pró-Rússia e apoiaram a influência daquele país sobre a região. Estas políticas fragmentadas são, mais uma vez, de ter uma postura política coerente no que se refere às decisões a tomar quanto ao futuro destas reservas de energia.

No entanto, também existem abordagens fragmentadas entre os países consumidores. Neste contexto, consideramos ser relevante destacar que há uma concorrência agressiva entre os Estados Unidos, União Europeia, Rússia e China. Cada um destes diferentes actores tem interesses distintos em relação a esta região. Este estudo, que aqui apresentamos, os interesses dos EUA e as percepções da China,

---

<sup>110</sup> Cfr. ISMAILOV, Eldar, PAPAVAL, Vladimer, *The Heartland Theory and the Present-Day Geopolitical*

*Structure of Central Eurasia*, Rethinking Central Eurasia, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program – A Joint Transatlantic Research and Policy Center, <http://www.silkroadstudies.org/new/inside/publications/Rethinking.html>, consultado em 12/04/2011 às 23:05.

<sup>111</sup> Idem.

concentrando-se, sobretudo, na competição acelerada entre a UE e a Rússia relativamente ao domínio destes recursos. A Rússia, visa preservar a posição alcançada durante a Guerra Fria e por isso apresenta-se como o actor mais agressivo e competitivo. O seu domínio, especialmente sobre o petróleo e as reservas de gás do Mar Cáspio é estrategicamente assumido como dominante para manter e até mesmo para promover a sua posição política e económica no contexto internacional<sup>112</sup>.

Além da Rússia, estes recursos apresentam-se como de extrema importância também para a segurança energética da Europa. Como anteriormente mencionado, o objetivo principal da UE assenta na diversificação dos seus fornecedores para garantir a segurança no fornecimento da energia de que necessita para responder às exigências do consumo. A este respeito, especificamente para a União Europeia, as reservas do Mar Cáspio e da Ásia Central apresentam-se como opções mais seguras do que as reservas da Rússia e do Médio Oriente. A principal preocupação da UE relativamente à Rússia é que este país considera a sua posição sobre as reservas do Mar Cáspio como dominante, utilizando-a como arma política e económica para com os seus países vizinhos.

Assim, parece ser melhor opção recorrer à Geórgia e à Turquia como países de trânsito, em vez da Ucrânia e à Rússia. E esta perspectiva apresenta-se não apenas ao petróleo do Azerbaijão, mas também ao petróleo do Turquemenistão e Cazaquistão que têm que transitar através dos territórios da Geórgia e da Turquia. A este respeito, o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan<sup>113</sup> é um exemplo da aposta numa opção conducente a garantir uma transferência segura de petróleo do Cáucaso para a Europa. Devido às dificuldades geográficas e de longa distância entre as regiões tanto do Cáucaso como a Europa, os consumidores europeus não podem ter acesso directo a estas reservas. Por esta razão, o petróleo e o gás do Mar Cáspio têm sido, normalmente, transportados através das condutas seguras. Assim, a construção desenvolvida e o bom funcionamento do sistema de condutas que atravessa os países de trânsito classificadas como confiáveis e essencial<sup>114</sup>.

As relações entre os actores regionais e os membros da UE não são unilaterais. Há uma interdependência estratégica. Os Estados-membros da UE são dependentes de

---

<sup>112</sup> Cfr. MORADI, M, *Caspian Pipeline Politics and Iran-EU Relations*, UNISCI Discussion Papers. Institute for Political and International Studies, Tehran, 2006.

<sup>113</sup> Cfr. ROBERTS, John, *The Black Sea and European Energy Security*, In *Southeast European and Black Sea Studies*, Nova Iorque, Routledge, 2006.

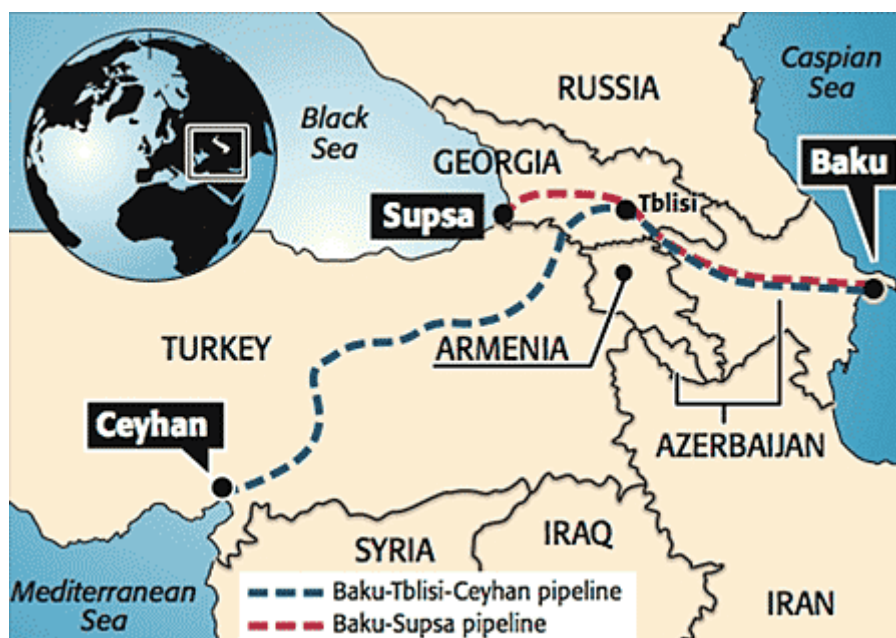
<sup>114</sup> Cfr. Op. cit. **Nota 3**.

terceiros para que esta região possa garantir um abastecimento energético seguro e protegido, mas alguns países da região do Cáucaso, por sua vez também são dependentes da UE para obtenção apoio político e económico. Uma vez que existem infinitos conflitos regionais suscitados por contínuas tentativas de controlo russo em curso nesta região, o reforço da segurança constitui a principal prioridade para os actores regionais. Por esta razão, os projectos relacionados entre a UE e EUA têm sido bem acolhidos pela maioria dos Estados na região. Os países da região consideram a UE como um fiador capaz de assegurar as reformas agrárias, políticas, económicas e a NATO, para garantir a sua segurança militar. No entanto, embora a maioria dos Estados daquela região concordem com estas perspectivas e abordagens pró-Occidente, há também alguns países que ainda são resistentes e mais conservadores em relação às iniciativas ocidentais.

À luz da relação que a UE tem com os países da região do Cáucaso, esta iniciou vários projetos para maximizar os benefícios a obter a partir das reservas de petróleo do Cáspio e Ásia Central.

#### 4.2.1.2. BAKU-TBILISI-CEYHAN (BTC)

Figura 1



FONTE: Money Week, 2012<sup>115</sup>

<sup>115</sup> Cfr. Money WEEK, <http://www.moneyweek.com/>, consultado a 23/03/2012 às 20:00.

O lançamento do *Pipeline* Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) é visto como um importante marco tanto para os atores regionais, Geórgia, Turquia e Azerbaijão como para os Estados-membros da UE, uma vez que este projeto permite diversificar os fornecedores de petróleo da UE e dos países de trânsito, a UE passa, assim, a ter a oportunidade de garantir a segurança no abastecimento de petróleo. De acordo com o itinerário deste sistema de *pipelines*, o seu ponto de partida é em Baku. Assim, o petróleo é transportado de Baku a Ceyhan, passando por Tbilisi. Em 2006, pela primeira vez, o petróleo foi entregue à Itália a partir de Ceyhan<sup>116</sup>. Assim, desde aquela época, o BTC já transportou petróleo do Azerbaijão para a Europa contribuindo deste modo para a diversificação dos fornecimentos de petróleo<sup>117</sup>.

O BTC tem efeitos multidimensionais sobre ambos os poderes regionais e os principais consumidores europeus. Na verdade, este projeto tem dois objetivos fundamentais. O principal é transferir o petróleo para a Europa através da Turquia, que já foi cumprido. O segundo é desenvolver esta região e, deste modo, contribuir para enfraquecer os problemas políticos, económicos e sociais da região. É claro que existe uma interdependência evidente entre os actores até porque não só para a UE, mas também para a maior parte dos Estados daquela região, o projeto trouxe benefícios significativos. Como referimos, a principal vantagem da UE é reduzir a elevada dependência de importações de petróleo do Médio Oriente e da Rússia, além de garantir a segurança no abastecimento de petróleo. Por isso, “The B.T.C. pipeline will account for only a small percentage of global oil, but the West considers a stable- and not Moscow-controlled- -supply to be worth the financial and political cost<sup>118</sup>.”

Este projecto trouxe, também, vantagens significativas para os actores regionais, em especial para o Azerbaijão e a Geórgia, que sofreram de disputas étnicas, problemas políticos e financeiro, na medida em quem na Geórgia, por exemplo, ele está a vários efeitos económicos importantes. O efeito económico deste oleoduto na Geórgia e no Azerbaijão é indispensável, assim, ele contribuiu para o seu Produto Interno Bruto (PIB), o nível de emprego, o orçamento nacional e a quantidade de investimento<sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> Cfr. *Op. cit. Nota 3*.

<sup>117</sup> Cfr. PASKUR, M., *The B.T.C. Pipeline and the Increasing Importance of Energy Supply Routes*, The Power and Interest News Report, Rome, 2006.

<sup>118</sup> Cfr. *Op. Cit. Nota 117*.

<sup>119</sup> Cfr. PAPAVAL, V., *The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Implications for Georgia. The Baku- Tbilisi Ceyhan-Pipeline: Oil Window to the West*, Sweden: A Joint Transatlantic Research Center, 2005.

Por outro lado, o desenvolvimento económico do país permite oportunidades para promover a estabilização social. Além disso, este projeto trouxe benefícios significativos também para o Azerbaijão. Deste modo, a estabilidade e a prosperidade destes países são considerados como sendo de grande importância para a UE. Na verdade a lógica é de simples compreensão: se a estabilidade nestes países puder ser consolidada, a segurança no abastecimento energético também será promovida e, até reforçada. Consequentemente, a BTC é um dos casos, cujo exemplo permite mostrar como um oleoduto pode ser usado também como um instrumento político e económico eficaz para o desenvolvimento do país fornecedor, de matéria-prima, mas também para os países de trânsito. Além do oleoduto BTC, há também novos projetos de gasodutos; Projecto Nabucco/ South Stream, o Interconector Turquia-Grécia-Itália, o Pipeline do Cáucaso Meridional.

#### 4.2.1.3. PROJECTO NABUCCO VS SOUTH STREAM

Figura 2 – Projecto Nabucco



Fonte: Transgaz, 2012<sup>120</sup>

Como já vimos, a Europa continua dependente do gás russo. Por outro lado, a Gazprom tem lucrado com a liberalização de mercado de gás da Europa. E assim a UE tem vindo a desenvolver uma estratégia com o objectivo de diminuir esta dependência.

<sup>120</sup> Cfr. Transgaz, <http://www.transgaz.ro/en/nabucco.php?poz=372>, consultado a 23/03/2012 às 20:00.

Assim, estão em construção dois *pipelines* distintos. O Projecto Nabucco, que foi projectado para diminuir a dependência europeia sobre o gás russo e consequentemente os negócios com a Rússia. No entanto, a resposta da Rússia ao Projecto Nabucco é a construção do South Stream<sup>121</sup>.

O gasoduto Nabucco não passará por território russo, mas atravessará a Turquia, passando pela Bulgária e a Roménia para chegar finalmente aos consumidores ocidentais, permitindo assim à UE uma maior diversificação no seu abastecimento de gás.

Os preparativos para o projecto Nabucco começaram em 2002 quando as companhias de gás austríaco e turca iniciaram negociações nesse sentido. Ainda nesse mesmo ano, a Hungria, a Roménia e a Bulgária assinaram um protocolo de intenções para a construção do Nabucco.

Em 2008, um primeiro contrato para fornecimento de gás do Azerbaijão para Bulgária através do gasoduto Nabucco foi assinado. Ao mesmo tempo, a empresa alemã RWE tornou-se accionista do consórcio.

O gasoduto Nabucco - *Nabucco Gas Pipeline GmbH*<sup>122</sup> – o objectivo do consórcio do gasoduto tem por base o contacto directo com empresas e operar num mercado económico autónomo, irá também promover, no seio da Comissão Europeia contactos para contratar empresas de transporte a manutenção directa com os transportes para operarem como entidade económica autónoma no mercado. Os objectivos da empresa alemã será realizar e promover estudos de engenharia e de consultoria e fazer lobby junto da UE para investimentos. A empresa irá coordenar as relações públicas e negociar contratos de transportes podendo até abrir filiais para melhor coordenar as suas actividades.

A construção do gasoduto está prevista em duas etapas. A primeira fase iniciou em 2011 com um traçado definido entre a capital turca Ancara e Baumgarten, na Áustria, a distância prevista corresponderá a 2000 km. A segunda fase da construção está prevista para 2014 e deverá estar concluída um ano depois, assegurando a ligação da Turquia à Geórgia.

---

<sup>121</sup> Cfr. South Stream, Europe's Energy Security, <http://south-stream.info/?L=1>, consultado 24/06/2011 às 12:30.

<sup>122</sup> Cfr. The Nabucco Pipeline Project, <http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en>, consultado em 26/06/2011, às 14:30.

O comprimento total deste gasoduto está estimado em cerca de 3300 km, a mesma que também terá a ligação entre o gasoduto Tabriz-Erzurum (fornecimento de gás iraniano) e com o gasoduto do Sul do Cáucaso (que vai fornecer gás do Azerbaijão e países da Ásia Central à Europa, como já vimos). Para além disto, ainda está em negociação a possibilidade de este gasoduto se ligar ao da Península Arábica e do Egipto.

Apesar de toda a euforia, alguns Estados que participam no projecto Nabucco reduziram a sua actividade depois de a Rússia ter anunciado que irá construir o pipeline rival – o South Stream.

As principais rotas de trânsito de gás russo para os seus clientes na Europa Ocidental e na Europa Central atravessam a Ucrânia e a Bielorrússia. Ao longo dos últimos anos, estes dois países parecem ter desempenhado um papel mais activo, tanto económico quanto politicamente, em relação ao gás russo procurando o facto de serem países de trânsito e assim promovendo os seus interesses.

Apesar dos países europeus terem uma relação de grande dependência face ao gás russo, a Rússia depende dos países de trânsito para o transporte do seu gás até à Europa. E isto viu-se aquando do corte de gás russo à Europa devido a conflitos entre a Rússia e a Ucrânia em 2006, quando a Rússia cortou o fornecimento de gás à Ucrânia<sup>123</sup>.

A construção do gasoduto South Stream representa um passo para a concretização do objectivo da Gazprom de diversificar as rotas de fornecimento de gás russo. A Gazprom e a ENI – empresa de gás italiana assinaram em 2007 um Memorando de Entendimento para a execução do Projecto South Stream.

A rota do projecto deste gasoduto vai da costa russa (Beregovaya ao sul de Novorossiysk), sob o Mar Negro para o porto búlgaro de Varna<sup>124</sup>. O comprimento total é de 900 km e a sua capacidade total será 30 centímetros Cúbicos<sup>125</sup>. Ainda estão em estudo duas rotas possíveis para o South Stream para o porto de Varna: um a noroeste e outro a sudeste.

---

<sup>123</sup> Cfr. BBC News, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7806870.stm>, consultado a 23/02/2012 às 12:00.

<sup>124</sup> Cfr. MILAN, Aleksić, *Nabucco vs. South Stream*, Russia and the EU: Uneasy Relations A Look From Belgium, Vytautas Magnus University Press, Kaunas, Lithuania 2010.

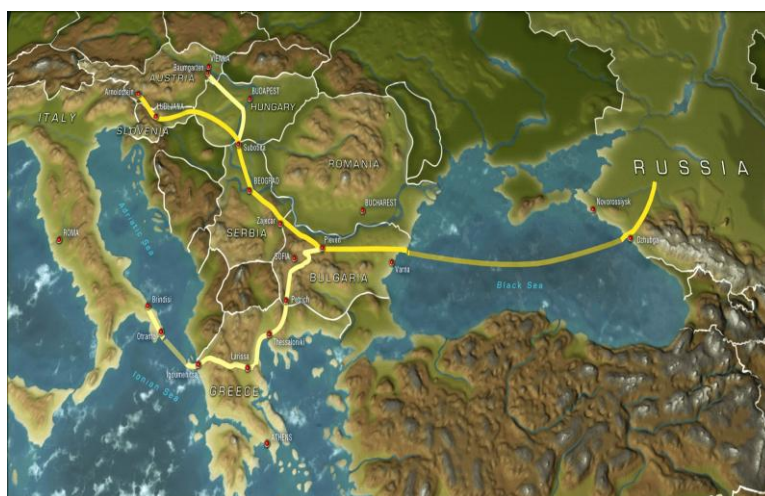
<sup>125</sup> Idem.

Como o objectivo da construção do South Stream é garantir o fornecimento de gás à Europa Ocidental e Central as secções de chegadas têm que terminar nestes territórios. Prevê-se assim, que a secção sudeste atravessará a Grécia a Bulgária e o sul de Itália. A Grécia propôs esta extensão argumentando que a mesma pode fornecer o gasoduto Turquia -Grécia-Itália. A noroeste, o gasoduto atravessaria a Bulgária ou a Roménia e ainda a Hungria em direcção à Áustria e ao norte de Itália.

A conclusão da construção está prevista para 2015, quando a capacidade de armazenamento do gasoduto esteja nos 65 centímetros cúbicos. No final de Abril de 2008, a Rússia assinou um acordo intergovernamental de cooperação com a Grécia para a construção da parte sul do gasoduto<sup>126</sup>.

A Europa continuará, assim, dependente do gás russo por muito tempo apesar da construção do Nabucco. Mas, a grande questão parece residir em perceber se possível a construção do Nabucco sem a cooperação Russa.

Figura 3- South Stream



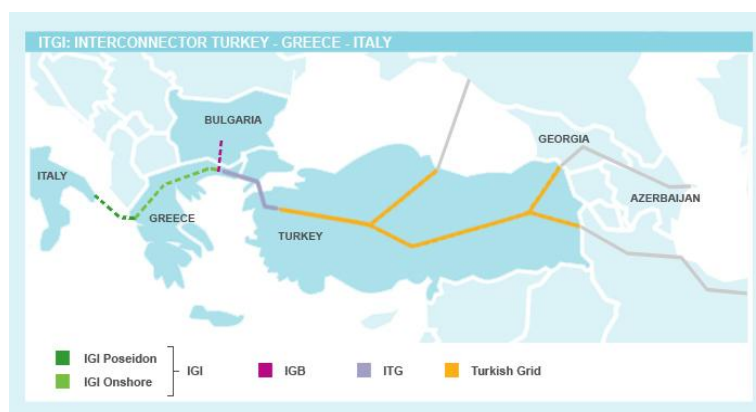
Fonte: South Stream, Energising Europe, 2012<sup>127</sup>

<sup>126</sup> Idem ibidem.

<sup>127</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 119.

#### 4.2.1.4. INTERCONECTOR TURQUIA-GRÉCIA-ITÁLIA

Figura 4



Fonte: Edison Corporate, 2012<sup>128</sup>

A Interligação Turquia-Grécia-Itália também é uma importante iniciativa para diversificar os recursos energéticos e para garantir a segurança no abastecimento energético na UE.

Na verdade, esta interligação é apenas uma parte do projecto de gasoduto que construir entre o Médio Oriente, os países fornecedores de gás natural do Mar Cáspio e os consumidores europeus. Essencialmente, este projeto é composto por duas partes principais. A primeira parte, designada de Gasoduto Turquia-Grécia teve início em 2003. O objetivo principal deste projecto é garantir a participação da Turquia e da Grécia no transporte seguro de gás natural a partir do Médio Oriente e a região do Cáspio através da Turquia para a Grécia e depois para a Itália<sup>129</sup>.

Este projeto é considerado de interesse estratégico para a Turquia e para a Grécia. De acordo com as expectativas, esta iniciativa servirá os interesses fundamentais de ambos os lados. Neste contexto, parece-nos relevante destacar que a Grécia tem como objetivos principais diversificar os seus fornecedores e os países de trânsito, assim como garantir a segurança do seu abastecimento energético. Por outro lado, o principal objetivo da Turquia é reforçar a sua posição como país de trânsito entre o Oriente e o Ocidente<sup>130</sup>.

<sup>128</sup> Cfr. Edison Corporate, <http://edison.timeo.biz/en/investor-relations/index.shtml>, consultado a 24/07/2012 às 13:00.

<sup>129</sup> Cfr. ADAMS, T., EMERSON, Michael, MEE, Laurence David, PAPANIKOLAOU, Yannis, VAHL, Marius, Europe's Black Sea Dimension, Centre for European Policy Studies and International Center for Black Sea Studies, 2002.

<sup>130</sup> Cfr. TSOMBANOPOULOS, V., *The Turkey-Greece Interconnection and the Arising prospects*, Greece, 2007.

Este gasoduto entre a Turquia e a UE é apenas a primeira parte deste projeto. A segunda parte irá ligar esta interligação à Itália, especialmente para poder aumentar os fornecimentos de gás necessário a este país. Prevê-se que a extensão deste gasoduto para Otranto se concretize entre 2010 e 2015<sup>131</sup>.

Estes dois projectos, integrados, terão, certamente efeitos benéficos na segurança energética europeia. Uma vez que o gás fornecido passará primeiro pela Turquia e, em seguida, pela Grécia, parte significativa dos possíveis riscos possíveis de destruição, de perturbações, e instabilidade tenderá a ser minimizado, uma vez que estes territórios não apresentam convulsões sociais. Finalmente, num futuro que se espera próximo, se as expectativas forem concretizadas, esta iniciativa poderá revelar-se uma medida eficaz para melhorar a segurança no abastecimento energético na UE.

#### 4.2.1.5. O PIPELINE DO CÁUCASO MERIDIONAL (BAKU-TBILISI-ERZURUM PIPELINE)

Figura 5



Fonte: Natural Gas Europe, 2012<sup>132</sup>

O gasoduto do Cáucaso Meridional que é também designado de Pipeline Baku-Tbilisi-Erzurum é considerado um dos projetos de gasodutos eficientes lançados pelos parceiros ocidentais, empresas como a BP –Reino Unido, Total-França e Statoil –

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Cfr. Natural Gas Europe, <http://www.naturalgaseurope.com/turkish-energy-security-in-the-spotlight>, consultado a 22/06/2012 às 12:00.

Noruega<sup>133</sup>. Tal como o Projeto Nabucco, este é considerado como uma das principais iniciativas condicentes à redução da dependência das reservas de gás natural russo e uma garantia adicional para o acesso seguro às grandes reservas de gás do Mar Cáspio<sup>134</sup>.

O objetivo principal deste gasoduto é transportar o gás turco para os mercados europeus passando por Tbilisi e Erzurum. Se este objetivo vier a ser concretizado, a posição dominante da Rússia será enfraquecida na região e a segurança energética europeia tenderá a sair reforçada<sup>135</sup>.

Os objetivos do Turquemenistão e Azerbaijão são vistos como os principais obstáculos ao sucesso deste projecto. Devido aos problemas existentes entre estas duas potências regionais, os actores políticos como o Turquemenistão não integram este projecto. Finalmente, se esse obstáculo for superado o recurso energético desta região será transportado para a Europa, pelo que nesse caso, este projecto irá tornar-se um sério desafio para a Rússia. Em qualquer caso, esta será também uma opção relevante para a UE para a diversificação dos seus fornecedores, para diminuir as ameaças e para garantir a segurança no seu abastecimento energético.

#### 4.2.1.6. A REGIÃO DO GOLFO

As reservas de petróleo e de gás natural dos países do Golfo Pérsico são estratégica e geograficamente importantes para os consumidores, quer da região quer para os ocidentais. Os principais países fornecedores na região são o Bahrain, o Irão, o Iraque, o Kuwait, o Qatar, Omã, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. De acordo com os últimos dados, estes países possuem em conjunto 57% do petróleo mundial e 45% das reservas mundiais de gás natural<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup>Cfr. Heydar Aliyev Heritage , International On-line Library <http://library.aliyevheritage.org/en/6223906.html>, consulta em 23/02/2012 Às 12:00.

<sup>134</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 3.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup>Cfr. Energy Information Administration, <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=TC&trk=p1> , consultado em 05/01/2012 às 23:34.

Entre eles, o Bahrain, bem como o Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos são também membros do Conselho de Cooperação do Golfo<sup>137</sup> (CCG), que assume um papel de considerável relevância para os consumidores europeus. A maioria das reservas destes países permite que a UE possa diversificar os seus fornecedores pelo que o seu objectivo é desenvolver as suas relações com os membros desta organização para garantir preços razoáveis de petróleo bem como, para fortalecer as infra-estruturas de transporte entre as duas regiões e promover o diálogo energético com base na transparência e confiabilidade<sup>138</sup>.

Para além dos países membros do CCG, o Irão tem também uma posição relevante no panorama futuro da segurança europeia no que se refere ao fornecimento de energia. Devido às suas grandes reservas de petróleo, o Irão é o quarto maior produtor de petróleo e também país exportador. Além disso, também possui as segundas maiores reservas de gás natural do mundo<sup>139</sup>.

No entanto, e apesar das grandes reservas de petróleo e gás daquele país, não há um diálogo activo sobre a energia entre a UE e o Irão. Basicamente, o regime político do Irão parece ser a principal razão para este obstáculo. Assim, para parar com a disputa com os Estados Unidos, as suas atitudes pró-Rússia e os seus esforços nucleares impedem o lançamento de um diálogo mais forte com a UE. De entre as razões já apontadas, a oposição dos Estados Unidos em relação ao Irão é visto como o principal desafio para ambos os lados desta complexa equação. Este tipo de oposição impede que seja iniciado um projecto de um oleoduto que seja capaz de garantir de forma eficiente o transporte de energia iraniana aos mercados europeus. No entanto, embora a elevada tensão política existente entre EUA e Irão, a União Europeia continua a procurar preparar o caminho para que um diálogo sobre a energia seja possível no futuro. O status de observador que o Irão detém no âmbito do Tratado da Carta de Energia - Energy Charter Treaty (*ECT*) - parece instituir uma prova destes esforços<sup>140</sup>.

É óbvio que, se a estabilidade política for alcançada tanto no domínio da sua política interna como nas relações com os consumidores ocidentais, o Irão pode vir a ser um actor considerado eficiente para a segurança energética da UE.

---

<sup>137</sup>Cfr. Estados-Membros: Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait, The Cooperation for The Arab States of The Gulf ,<http://www.gcc.sg.org/eng/index895b.html?action=Sec-Show&ID=3>, consultado em 02/02/2012 Às 13:45.

<sup>138</sup>Cfr. *Op. cit.* **Nota 3.**

<sup>139</sup>Cfr. *Op. cit.* **Nota 3.**

<sup>140</sup>Idem.

## 5. NORTE DE ÁFRICA: A ALTERNATIVA ENERGÉTICA?

*The Euro-Mediterranean region can and should play an important role in the field of energy. This region has a great potential: energy is a sector in which we can make a real breakthrough, thus bringing a new impetus to the overall cooperation*<sup>141</sup>.

Para a Europa, África nunca foi um continente esquecido. A história, a memória e a proximidade geográfica mantiveram os olhos da Europa no sul, mesmo quando terminou a Guerra Fria e o interesse geral nos assuntos africanos esmoreceu. Apesar de o interesse se estender a todo o continente africano, o norte de África teve sempre uma importância premente na agenda europeia, dada a sua imediata proximidade geográfica. Parte integrante da chamada Bacia do Mediterrâneo, o norte de África é um espaço caracterizado por problemas sérios e complexos, nomeadamente devido às elevadas taxas de desemprego, à degradação do nível de vida das populações, ao excessivo peso do sector público na economia, à insegurança e à falta de liberdade de expressão.

As relações comunitárias com esta região remontam aos anos 70 do século XX, quando se estabeleceram os acordos bilaterais de cooperação ou de associação (com primazia para aqueles de natureza comercial ou financeira), que pretendiam o

---

<sup>141</sup> Cfr. PIEBALGS, Andri, *Future of Euro-Mediterranean Energy Relation*, [http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7607\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7607_en.htm), consultado a 23/01/2012 às 12:00.

financiamento de projectos de desenvolvimento e actividades de cooperação económica. A partir de 1992, a política comunitária para o Mediterrâneo, no qual está incluído parte o Norte de África, passou a ser financiada pelo orçamento comunitário e por empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento. Dois anos depois, em 1994 e no âmbito da reunião do Conselho Europeu em Corfu decidiram-se que esta instituição, juntamente com a Comissão Europeia, avaliaria a política global da UE na zona do Mediterrâneo e pensaria em eventuais iniciativas destinadas a reforçar essa política a curto e médio prazo. Não ficou de fora, também, a possibilidade de se convocar uma conferência destinada a debater estas questões em concreto<sup>142</sup>. E foi precisamente na Conferência euro-mediterrânica de Barcelona, em Novembro de 1995, no âmbito da presidência espanhola da UE, que as relações entre a Europa e o Mediterrâneo sofreriam uma mudança fundamental, passando de um relacionamento puramente bilateral para uma verdadeira parceria. Esta Conferência estabeleceu três objectivos fundamentais: 1) Definição de um espaço comum de paz e estabilidade que salvaguardasse a defesa dos direitos humanos, o Estado de direito, as boas relações de vizinhança, a luta contra o terrorismo, o crime organizado e o narcotráfico; 2) a criação de um espaço de prosperidade através de uma parceria económica e financeira, e o estabelecimento gradual de uma zona de comércio livre; 3) a aproximação das sociedades através de parcerias sociais, culturais e humanas, com o intuito de encorajar o entendimento entre culturas e promover o intercâmbio cultural<sup>143</sup>.

A necessidade de reexaminar as relações euro-mediterrânicas, de colmatar as falhas do Processo de Barcelona<sup>144</sup> e estabelecer orientações claras para reforçar as relações multilaterais resultou na adopção, em 2008, do projecto “Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo”. Este projecto prevê o relançamento (uma vez que esta parceria teve início em 1995) da parceria euro-mediterrânica e a complementaridade da cooperação existente, designadamente através de um maior empenhamento político a nível regional. Neste sentido, foi assinada em Paris, uma declaração conjunta que contempla cinco objectivos: 1) Desenvolvimento das relações entre a União Europeia e os países mediterrânicos, nomeadamente ao nível da

---

<sup>142</sup> Cfr. MONTEIRO, R. L. *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

<sup>143</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 53**.

<sup>144</sup> Cfr. Official website of the European Union, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_relations/relations\\_with\\_third\\_countries/mediterranean\\_partner\\_countries/rx0001\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/rx0001_pt.htm), consultada em 23/02/2012 às 14:00.

cooperação; 2) Reforço das relações entre os países mediterrânicos; 3) Favorecimento da paz e estabilidade, através da prevenção e resolução de conflitos; 4) Estímulo de um maior empenhamento e diálogo político; 5) Estabelecimento de uma zona de comércio livre<sup>145</sup>.

É neste amplo quadro de cooperação que se têm desenvolvido as parcerias energéticas entre a União Europeia e os produtores de petróleo e gás natural do Norte de África, nomeadamente a Argélia, o Egipto e a Líbia (estatuto de observador na Parceria Euro-Mediterrânica<sup>146</sup>). Esta aproximação euro-mediterrânica veio permitir também a criação de condições mais propícias para a realização de investimentos na área da energia, tornando o Norte de África mais atractivo para as companhias energéticas. Numa perspectiva europeia, esta colaboração reveste-se de particular importância devido às vastas reservas de gás e petróleo natural existentes na região, reservas que, como já salientamos, podem garantir uma fracção dos abastecimentos necessários para colmatar as necessidades energéticas da União<sup>147</sup>. Em 2007, a UE contou com o Norte de África para o fornecimento de 12,7% do petróleo (Líbia, 10,1%; Argélia, 2,12%; Egipto, 0,46%) e 22,1% do gás natural (Argélia, 16,9%; Líbia, 3,3%; Egipto, 1,9%)<sup>148</sup>. Contudo, para melhor entender a situação de cada país produtor daquela região e mais, especificamente o seu *status quo* político e uma articulação com a sua ‘performance’ energética, optou-se por apresentar de forma individualizada.

## 5.1. ARGÉLIA

### 5.1.1. POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS

O Presidente é a figura central na política argelina. Depois do golpe de 1965, o seu líder, Houari Boumediène, tornou-se presidente e serviu até ao ano da sua morte, em 1978. Chadli Bendjedid, também militar, assumiu a presidência até ser deposto pelos seus militares, em 1992, numa clara acção com intuito de impedir a chegada dos radicais islâmicos da FIS (Front Islamique du Salut) ao poder. A instabilidade no país

---

<sup>145</sup>Idem.

<sup>146</sup>Idem ibidem.

<sup>147</sup> Cfr. KAGIANNAS, ASKOUNIS, ANAGNOSTOPOULOS, & PSARRAS, *Energy Policy assessment of the Euro-Mediterranean cooperation*. Energy Conversion and Management, 2003.

<sup>148</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

reinou até à eleição presidencial, em 1999, do antigo ministro dos negócios estrangeiros Abdelaziz Bouteflika, um civil com um passado militar. Bouteflika foi reeleito por duas vezes, graças à manutenção da estabilidade política. Desde 2005 que circulam rumores acerca da condição de saúde do presidente, que ainda é o mesmo. No entanto, ainda nenhuma figura foi apontada como possível sucessor. Muitos analistas defendem que os militares vão desempenhar um papel determinante na escolha do próximo Presidente<sup>149</sup>.

No plano externo, Bouteflika contribuiu para que a Argélia reemergisse como um actor regional relevante. De facto, ele é visto como tendo fomentado e mantido boas relações com os países vizinhos, embora persistam desentendimentos com Marrocos devido à questão do Saarah Ocidental. As relações com a França, ex-colonizador, permanecem complexas e imprevisíveis<sup>150</sup>, embora se verifique uma estreita colaboração em matérias importantes, como o combate ao terrorismo<sup>151</sup>.

### 5.1.2. ENERGIA

Em 2009, a Argélia detinha 12,2 mil milhões de barris (mm/b) de reservas provadas de petróleo<sup>152</sup>, colocando o país na quarta posição do *ranking* no grupo de países africanos, depois da Líbia (44,3 mm/b), Nigéria (37,2 mm/b) e Angola (13,5 mm/b). O país produz petróleo desde 1956, ano em que foram descobertas as reservas em Hassi Messaoud, e o seu produto, pobre em enxofre, é considerado de alta qualidade e muito apreciado nos mercados. Cerca de 75% da sua produção petrolífera é exportada para a União Europeia e para a América do Norte, através de terminais costeiros<sup>153</sup>.

Relativamente ao gás natural, a Argélia possuía, em 2009, 4,5 triliões de metros cúbicos (tm c) de reservas provadas, atrás da Nigéria (5,25 de triliões de metros cúbicos)<sup>154</sup>. Cerca de um quarto dessas reservas encontram-se concentradas no campo Hassi R'Mel, onde foi instalada, em 1964, a refinaria Arzew GL4Z, com uma capacidade para processar 1,5 mil milhões de metros cúbicos anuais (mm/c).

---

<sup>149</sup> Cfr. MIGDALOVITZ, C., *Algeria: Current Issues*. Washington: Congressional Research Service, 2010.

<sup>150</sup> Cfr. CIA, World Factbook. Central Intelligence Agency, 2010.

<sup>151</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 53**.

<sup>152</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2**.

<sup>153</sup> Cfr. WORLD ENERGY COUNCIL, *Survey of Energy Resources 2007 - Crude Oil and Natural Gas Liquids*, World Energy Council, 2007.

<sup>154</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2**.

Posteriormente foram construídas refinarias de maior capacidade, como a Arzew GL1Z (11,2 mil milhões de metros cúbicos anuais) ou a Arzew GL2Z (10,9 mil milhões de metros cúbicos anuais)<sup>155</sup>.

Parte substancial da sua produção de gás natural liquefeito tem como destino a Europa, nomeadamente Espanha, França e Itália. O mesmo sucede com o gás natural (em estado gasoso, quando ainda não foi processado para o estado líquido<sup>156</sup>), que viaja através de dois pipelines: 1) Trans-Mediterranean, que liga Hassi R'Mel, via Tunísia, até à Sicília, Itália; 2) Magherb-Europe, que liga Hassi R'Mel, via Marrocos, com Cordoba, Espanha. Brevemente espera-se que venham a estar operacionais mais dois gasodutos, designadamente o Medgaz (Hassi R'Mel – Almeria, Espanha) e o GALSI (Hassi R'Mel – Sardenha, Itália), que acrescentarão, em conjunto, uma capacidade adicional estimada entre 16 e 20 mil milhões de metros cúbicos anuais (mm/c). Ambos representam um investimento na ordem dos 2500 milhões de euros, dividido por empresas energéticas estatais e privadas, como a Sonatrach ou a CEPSA<sup>157</sup>.

A Sonatrach, empresa estatal argelina fundada em 1963, domina actualmente o panorama energético do país, embora as empresas privadas estejam fortemente implantadas. O Estado argelino tem-se mostrado bastante receptivo aos investimentos estrangeiros na área da energia, criando incentivos para encorajar as empresas a operar em áreas anteriormente dominadas pela Sonatrach. Assim, a Argélia tem conseguido atrair um amplo leque de empresas estrangeiras, que ajudam a evitar uma dependência elevada das grandes companhias internacionais.

## 5.2. *EGIPTO*

### 5.2.1. **POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS**

Desde a revolução de 1952, o Egito é oficialmente reconhecido como uma República. Apesar do regime político conter alguns aspectos democráticos, a maioria dos observadores continua a descrever o Egito como um regime autoritário dominado

---

<sup>155</sup>Cfr. REUTERS, *Table - Gas liquefaction terminal project*, <http://uk.reuters.com/article/2007/09/24/Ing-liquefaction-idUKL2886631920070924>, consulto em 28/01/2011 às 14:00.

<sup>156</sup> Cfr. Gasnet, [http://www.gasnet.com.br/novo\\_gasnatural/gas\\_completo.asp](http://www.gasnet.com.br/novo_gasnatural/gas_completo.asp), consultado em 23/03/2012 às 23:45.

<sup>157</sup>Cfr. *Op. cit.* **Nota 147.**

por uma figura central, apoiada pelo Partido Nacional Democrático e pelas Forças Armadas. Desde a liderança de Hosni Mubarak, o Egito tem vindo a manter boas relações com o Ocidente (apoiou os EUA na Guerra do Golfo, em 1991) e com Israel, embora muitos observadores o acusem de manter uma ‘paz fria’ com o país vizinho. Ainda assim, Mubarak realizou diversas tentativas para fomentar as conversações de paz entre Israel e os palestinianos<sup>158</sup>.

No plano interno, permanecem os conflitos entre as forças radicais islâmicas e as autoridades egípcias, conflito que conheceu particular intensidade no período de 1992 e 1997. Permanecem, também, as perseguições políticas à oposição e os atentados às liberdades individuais. Nos últimos anos, o regime egípcio tem vindo a exercer o seu poder de forma mais violenta, especialmente junto da oposição política. Outros acreditam que o Egito está a enviar uma mensagem à comunidade internacional, particularmente aos EUA (que têm pressionado para a introdução de reformas políticas profundas), a fim de demonstrar que não é influenciável<sup>159</sup>. Porém, nas últimas duas décadas no seio do Egito assistiu-se ao desenvolvimento de uma sociedade civil vibrante e politicamente consciente que iniciou o seu processo de democratização em 2011, assim como ocorreu em grande parte do mundo árabe, com a chamada Primavera Árabe<sup>160</sup>.

Relativamente à ligação deste país com a União Europeia, o primeiro acordo comercial assinado parece remontar a 1976. Nos últimos anos, o comércio bilateral entre o Egito e a UE diminuiu cerca de 1%, embora a União permaneça como o seu principal parceiro comercial, com um volume de trocas a rondar os 18,7 mil milhões de euros. O Egito tem realizado esforços para cumprir as exigências de Bruxelas, nomeadamente através de uma maior regulamentação no sector da alimentação, aumento da fiscalização e cumprimento das regras de concorrência<sup>161</sup>. Tem também seguido recomendações por parte da UE, em áreas diversas como o combate ao crime e ao tráfico de droga, para além de receber apoios financeiros para projectos de valorização, como a reforma dos transportes.

---

<sup>158</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 147**.

<sup>159</sup> Cfr. SHARP, J. M., *Egypt: Background and US Relation*. Washington: Congressional Research Service, 2007.

<sup>160</sup> Cfr. *The Economist*, <http://www.economist.com/topics/arab-spring>, consulta a 23/03/2012 às 23:00.

<sup>161</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 35**.

## 5.2.2. ENERGIA

Em 2011, o Egito possuía 4,4 mil milhões de barris (mm/b) de reservas provadas de petróleo<sup>162</sup>, que colocaram o país no sexto lugar do *ranking* dos países africanos, depois da Líbia (44,3 mm/b), Nigéria (37,2 mm/b), Angola (13,5 mm/b), Argélia (12,2 mm/b) e Sudão (6,7 mm/b). Parte significativa das suas reservas está localizada nas águas costeiras. Apesar de terem sido encontradas novas jazidas, a produção de petróleo tem vindo a decrescer nos últimos anos, uma vez que produtores independentes como Apache e Seagull Energy, têm produzido petróleo a parti do Golfo no Suez em especial no Deserto Ocidental e no Alto Egito<sup>163</sup>, ao contrário do consumo interno, que tem vindo a registar um aumento progressivo. Todavia, as importações de petróleo deverão continuar a crescer, uma vez que o Egito possui uma grande capacidade refinadora<sup>164</sup>.

Relativamente ao gás natural, o Egito detinha em 2010 2,1 triliões de metros cúbicos (tm c) de reservas provadas, atrás da Nigéria (5,25 tm c) e da Argélia (4,5 tm c)<sup>165</sup>. Grande parte das reservas encontram-se localizadas junto ao Golfo do Suez e no Deserto Ocidental, onde estão instaladas as grandes refinarias (Egyptian LNG1 Idku ou Segas), com uma capacidade total a rondar os 16,3 mil milhões de metros cúbicos anuais. Nos últimos anos o Egito tem registado um aumento na produção de gás natural, fruto dos grandes investimentos realizados por empresas estrangeiras. BP, BG, ENI ou Shell são exemplos de companhias estrangeiras envolvidas na extracção e produção de gás natural egípcio. Devido às recentes descobertas de jazidas, estima-se que o Egito se torne no maior fornecedor deste hidrocarboneto na região da Bacia do Mediterrâneo<sup>166</sup>.

A exportação realiza-se maioritariamente através do gasoduto Árabe, que une o Egito à Jordânia e à Síria. Em 2008, a Turquia e a Síria assinaram um acordo para ligar este gasoduto à rede turca, de forma a, em 2011, pudesse alcançar a Áustria, via

---

<sup>162</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

<sup>163</sup> Cfr. Egypt oil and gas Web portal, [http://www.egyptoil-gas.com/read\\_article\\_issues.php?AID=234](http://www.egyptoil-gas.com/read_article_issues.php?AID=234), consultado a 23/01/2012 às 10:00.

<sup>164</sup> Cfr. Energy Information Administration, *Egypt Energy Data, Statistics and Analysis - Oil, Gas, Electricity, Coal*, 2011.

<sup>165</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

<sup>166</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 53.**

Bulgária, Roménia e Hungria. Até o projecto ser concluído, o gás natural liquefeito chega à Europa através de navios.

### 5.3. **LÍBIA**

#### 5.3.1. **POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS**

O sistema político líbio, implementado em 1977, caracteriza-se por uma grande complexidade, na forma de uma ‘Jamairia’ ou ‘Estado de Massas’. A base do regime é a ‘Terceira Teoria Universal’, uma corrente ideológica que combina socialismo, islamismo e populismo, segundo as teorias de Muammar al Qadhafi, a figura central da vida política líbia até à sua morte em 2011. O ‘líder supremo da revolução’ exerceu o seu poder através de diversos comités revolucionários, cujos membros eram por ele comandados. Esses comités, além de desempenharem funções de polícia política, exercem um controlo apertado sobre as Forças Armadas, órgãos de comunicação e instituições governamentais. Segundo os observadores, Qadhafi exerceu o seu poder de forma indirecta, “by carefully balancing and manipulating complex patronage networks, traditional tribal structures, and byzantine layers of national, regional, and local governance<sup>167</sup>”. Durante as últimas quatro décadas, o regime tem forçado o seu poder com precisão, esmagando tentativas de golpes palacianos, eliminando fisicamente os dissidentes e opositores políticos e patrocinando movimentos terroristas para combater os inimigos externos da Líbia. Na realidade, a oposição líbia circunscreve-se a pequenos grupos de inspiração islâmica que não chegam a constituir uma verdadeira ameaça ao regime<sup>168</sup>.

No plano externo, a Líbia apoiou o radicalismo árabe, adoptando uma política de confrontação com o Ocidente e de aproximação com a União Soviética. O suposto patrocínio líbio a grupos terroristas levou ao levantamento de embargos à venda de petróleo e à imposição de longas sanções económicas. A moderação do regime conduziu, em 1999, à suspensão das sanções, permitindo a retoma do crescimento

---

<sup>167</sup> Cfr. BLANCHARD, C. M., *Lybia: Background and US Relations*, Washington: Congressional Research Service, 2010.

<sup>168</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 167.**

económico e a captação de investimento estrangeiro. A retirada definitiva das sanções, em 2003, estimulou ainda mais a economia. Presentemente, a Líbia é considerada uma potência regional activa, quer política quer económica, estando inclusive a desenvolver projectos nos sectores do turismo, da banca e do petróleo. Paralelamente tem iniciado parcerias com países vizinhos, em áreas do combate ao tráfico de droga, à disseminação do terrorismo e da imigração ilegal<sup>169</sup>.

A União Europeia é o principal parceiro da Líbia, tanto em importações como exportações. Em 2008, a União possuía um défice comercial substancial com este país, totalizando cerca de 28,4 mil milhões de euros<sup>170</sup>.

### 5.3.2. ENERGIA

Os 44,3 mil milhões de barris (mm/b) de reservas provadas<sup>171</sup> de petróleo<sup>172</sup> fazem da Líbia o país mais rico em petróleo do continente africano. A maioria das reservas conhecidas localizam-se no norte do país, embora se encontrem algumas jazidas ao largo da costa, perto da Tunísia. O crude produzido é geralmente leve e pobre em enxofre. Até 2013, a Líbia pretende aumentar a produção de petróleo de 1,8 para três milhões de barris por dia. Para isso, a National Oil Company (NOC) estima ser necessário um investimento na ordem dos 400 mil milhões de dólares<sup>173</sup> em infraestruturas para se conseguir armazenar toda esta quantidade de petróleo.

No que toca ao gás natural, a Líbia conta com 1,54 triliões de metros cúbicos (tm c) de reservas provadas, atrás da Nigéria (5,25 tm c), da Argélia (4,5 tm c) e do Egipto (2,19 tm c)<sup>174</sup>. As suas reservas encontram-se localizadas um pouco por todo o território, inclusivé em águas costeiras. Apesar de querer aumentar a sua produção de

---

<sup>169</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Libya Strategy Paper & National Indicative Programme 2011 - 2013*, European Commission, 2011.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Cfr. “Reservas provadas de petróleo são um conceito que determinam o quanto de produto ainda está disponível para exploração levando-se em conta a tecnologia existente, a viabilidade financeira e o marco regulatório de cada país” in Petrobras, <http://www.petrobras.com.br/pt/>, consultado e 23/02/2012 às 12:00.

<sup>172</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

<sup>173</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Communication from the Commission to the European Council and the European Parliament - An Energy Policy for Europe [SEC(2007) 12]*. Brussels: European Commission, 2007.

<sup>174</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

gás, de 15,2 para 52 (mm/c) até 2030, a Líbia conta apenas com uma refinaria (Marsa el Brega) com uma capacidade a rondar os mil milhões de metros cúbicos anuais<sup>175</sup>. Para alcançar este objectivo, o país abriu as portas ao investimento estrangeiro, o que tem suscitado a chegada de novas companhias, como a Agip, BG, Chevron, ENI, ExxonMobil ou Gazprom. Presentemente, a maioria do gás é exportado para a Europa através do gasoduto *Green Stream* (construído graças a uma joint venture entre a ENI e a ONI). Operacional desde 2004, o pipeline liga a localidade líbia de Mellitah à Sicília.

Presentemente, o norte de África é uma região exportadora de energia, designadamente de hidrocarbonetos, como o petróleo e o gás natural. Constitui uma excepção no Mediterrâneo, uma vez que a maioria dos países circundantes são, importadores de energia (casos do Chipre, da Tunísia ou da Turquia). Contudo, a avaliar pelo desenvolvimento económico e pelo crescimento populacional registado tanto nesta região como no restante Mediterrâneo, muitos analistas temem que a produção de energia se torne insuficiente para manter a exportação<sup>176</sup> que neste momento se verifica. A produção e o consumo de gás natural servem de explicação a tal receio. O consumo deste hidrocarboneto vai chegar a novos mercados, como a Jordânia ou Israel. Nestes, a procura do gás vai exceder a produção e as importações vão sofrer um aumento. A razão principal está na escolha do gás natural como gerador de electricidade, não só pela maior eficiência e economia, mas também por libertar menos emissões de CO<sub>2</sub>. Por outro lado, muitos observadores acreditam que o aumento na produção de petróleo e gás natural registado no Norte de África são bons indicadores. Ou seja, que não existem indícios que possam sustentar de modo credível o temor de que venha a concretizar-se uma quebra de fornecimento de energia naquela região. Além disso, estão projectados investimentos avultados para aumentar a produção de gás natural e de petróleo naquela região.

## **6. PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA COMUM NA UNIÃO EUROPEIA**

### ***6.1. PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÓMICA DO SECTOR ENERGÉTICO NA UNIÃO EUROPEIA***

---

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 35.

*A União dispõe dos instrumentos necessários. É o segundo maior mercado mundial de energia, com mais de 450 milhões de consumidores. Actuando em conjunto, tem força para proteger e afirmar os seus interesses. Tem não só a dimensão mas também o alcance político para fazer face à nova paisagem energética. (...) Se a UE apoiar uma nova política comum (...) poderá liderar a procura de soluções a nível mundial.<sup>177</sup>*

Um breve olhar aos números é o bastante para confirmar esta realidade. Em 2007, a União Europeia foi responsável pela produção de apenas 46,9% do seu consumo total de energia que alcançou números significativos dos quais: energia nuclear (28%), combustíveis sólidos (21,4%), gás (19,4%), energias renováveis (15,2%), petróleo (14,2%) e desperdícios industriais (0,3%)<sup>178</sup>. As reservas do Mar do Norte, até agora responsáveis por uma parte significativa da produção de petróleo na Europa, encontram-se em franco declínio. Em declínio encontram-se também as reservas de gás do Reino Unido, um dos mais importantes produtores deste hidrocarboneto, hoje com reservas inferiores aos níveis 1989<sup>179</sup>. O mesmo sucede com o petróleo. Apenas a Noruega, um país extra-comunitário, regista um aumento na produção de gás natural<sup>180</sup>.

Esta limitação na produção de energia é motivo de preocupação, uma vez que, ao necessitar de recorrer a importações de produtos energéticos, alguns deles provenientes de regiões ameaçadas pela insegurança e instabilidade política<sup>181</sup>, a União corre sérios riscos políticos e económicos. Uma vez mais, os números são apresentados como reveladores. Em 2007, o petróleo (41,9%) foi a fonte mais solicitada, seguida pelo gás (23,2%), electricidade (21,1%), energias alternativas (5,5%), combustíveis sólidos (4,7%) e derivados de desperdícios industriais (3,7%)<sup>182</sup>. Estes dados mostram fundamentalmente que o *mix* energético europeu é dominado pelos combustíveis fósseis

---

<sup>177</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

<sup>178</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

<sup>179</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 2.**

<sup>180</sup> *Idem.*

<sup>181</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

<sup>182</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

(cerca de 70%) – um cenário que se deverá manter nos próximos anos, embora com um ligeiro aumento no consumo do gás e um recuo na utilização de petróleo e dos combustíveis fósseis<sup>183</sup>. Ainda assim, as estimativas apontam para que a Europa continue a privilegiar a utilização do petróleo, em longa medida devido aos transportes, sector que em 2007 foi responsável por 32,6% do consumo de toda a energia da União<sup>184</sup>. Isto significa que o hiato entre a produção e o consumo vai continuar a ser preenchido por importações, apesar de muitos analistas defenderem que a região do Ártico poderá constituir uma atenuante a médio/longo prazo<sup>185</sup>. A Comissão Europeia estima que em 2030 as importações de petróleo, actualmente asseguradas sobretudo pela Rússia (34%), Noruega (15,5%), Líbia (10,2%) e Arábia Saudita (7,2%), atinjam os 93% do consumo total<sup>186</sup>.

O gás natural é, por sua vez, a segunda fonte de energia mais comum na União Europeia, com um *share* de 23,2% no *mix* energético<sup>187</sup>. O facto de ser um combustível menos poluente, em comparação com petróleo e ao carvão, mais barato que as energias renováveis e mais flexível que a energia nuclear<sup>188</sup>, explica a sua profunda penetração e aceitação no mercado. Com apenas 1,3% das reservas mundiais de gás natural<sup>189</sup>, a Comissão Europeia estima que, até 2030, as importações aumentem de 57% para 84%, tornando a UE no maior importador de gás natural do mundo<sup>190</sup>. Presentemente, o fornecimento é assegurado pela Rússia (40,8%), Noruega (26,7%) e Argélia (16,9%)<sup>191</sup>.

Relativamente ao carvão, o cenário é idêntico. A União Europeia detém apenas 3,6% das reservas mundiais comprovadas, concentradas principalmente na Polónia e na República Checa, mas também existentes na Alemanha, Hungria e Reino Unido, embora em quantidade inferiores<sup>192</sup>. Apesar do consumo ter diminuído nas duas últimas décadas, fruto dos custos de exploração e da crescente consciencialização ambiental, é

---

<sup>183</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 54.**

<sup>184</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

<sup>185</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 53.**

<sup>186</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 1; EUROPEAN COMMISSION, *Communication from the Commission to the European Council and the European Parliament - An Energy Policy for Europe [SEC(2007) 12]*. Brussels: European Commission, 2007.

<sup>187</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

<sup>188</sup> Cfr. WOOD, S., *Europe's Energy Politics. Journal of Contemporary European Studies*, Vol. 18, N.º 3, Setembro, 2010.

<sup>189</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 25.**

<sup>190</sup> Cfr. Energy Charter, <http://www.encharter.org/index.php?id=4>, consultado em 24/02/2012 às 17:00.

<sup>191</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

<sup>192</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 25.**

esperado que as importações de carvão atinjam os 58%<sup>193</sup>. Actualmente, a Rússia (26,2%), África do Sul (21,5%), Austrália (13,6%), Colômbia (13,5%) e Estados Unidos da América (9,7%) são os grandes fornecedores de carvão.

No capítulo da energia nuclear, a União Europeia apresenta-se como o maior consumidor mundial, com um *share* de 33,2%<sup>194</sup>. Actualmente, cerca de um terço da electricidade e 15% da energia consumida na UE. Provém do nuclear, uma das maiores fontes de energia que não é emissora de dióxido de carbono. O nuclear oferece menos vulnerabilidade às variações de preços dos combustíveis que a produção a partir do carvão ou gás, dado que o urânio representa uma parte limitada do custo total da produção nuclear e provém de fontes suficientes para muitas décadas, além de estar amplamente distribuído em todo o globo<sup>195</sup>. Apesar das sérias preocupações com a utilização da energia nuclear, designadamente com a segurança da operação, muitos países estão a optar por prolongar a vida útil das suas centrais, como a Alemanha, Itália ou Reino Unido. A sua utilização explica-se também pelo baixo custo operacional, embora o preço para a construção de novas centrais seja particularmente elevado.

Por fim, a União Europeia tem apostado fortemente nas energias renováveis (através da utilização dos recursos hídricos, vento, biomassa, sol e calor), tanto no plano económico como político. Em 1997, a União começou a trabalhar para uma meta de 12% de energia a partir de fontes renováveis para o seu cabaz energético, tendo posteriormente aumentado essa meta para os 21%, a atingir até 2010<sup>196</sup>. Contudo, em 2010, a electricidade gerada por fontes renováveis não foi além dos 15,6%, o que demonstra que há, ainda, um longo caminho por percorrer<sup>197</sup>. Uma das principais razões para não se alcançarem as metas fixadas parece ser o elevado custo associado à criação de condições para a existência das fontes de energia renováveis (implementação, subsídios, etc) quando comparadas com as actuais fontes de energia tradicionais, como o petróleo ou o gás.

Este breve olhar sobre cabaz energético mostra que a União Europeia vai continuar a depender fundamentalmente das importações para garantir a satisfação das suas necessidades energéticas. Para contrariar esta tendência, a Comissão Europeia

---

<sup>193</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 22.**

<sup>194</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 25.**

<sup>195</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *Registration of Crude Oil Imports and Deliveries in the European Union*. Brussels: Directorate-General for Energy, 2007.

<sup>196</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 195.**

<sup>197</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

apresentou o esboço de uma política energética comum que assenta em três vertentes: combater as alterações climáticas, limitar a vulnerabilidade externa da União face às importações de hidrocarbonetos e promover o crescimento e o emprego fornecendo energia segura e a preços acessíveis<sup>198</sup>. Para tal, estabeleceu um plano ambicioso: a eficiência energética terá que aumentar 20%; as emissões de dióxido de carbono terão que diminuir 20% e o peso das energias renováveis no cabaz energético terá que atingir os 20%. Porém, o ritmo de aplicação de medidas com vista ao cumprimento destas metas tem sido diferente. Mais: é importante salientar que a dependência externa varia de país para país. Se a Grã-Bretanha ou a Dinamarca são praticamente auto-suficientes e até países exportadores de energia, outros como a Irlanda ou o Luxemburgo são excessivamente dependentes da importação de energia. Isto significa também diferentes abordagens à política energética. De facto, muitos países estão renitentes em ceder competências (ou, por outras palavras, soberania) na área energética, favorecendo as relações bilaterais ou as relações especiais, muitas vezes à custa de interesses e sobretudo necessidades de outros Estados-membros, o que tem vindo a prejudicar a credibilidade da política energética europeia.

## **6.2. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

A eficiência energética é uma forma eficaz de garantir a segurança do abastecimento energético (reduzindo o consumo de energias não renováveis<sup>199</sup>) e de proteção ambiental. Basicamente, pretende-se diminuir o consumo de petróleo e de gás natural para maximizar a economia de energia no seio da União. Assim, uma vez que visa diminuir o consumo global de energia primária na UE e aumentar a economia de energia, isto irá contribuir directamente, para diminuir a elevada dependência das importações, ao mesmo tempo que se espera que se venha a contribuir para promover a prosperidade e a competição na sociedade europeia. Além disso, tem também um papel significativo para a proteção ambiental. Uma vez que, devido ao declínio no consumo dos combustíveis fósseis, se espera que as emissões de CO2 venham a diminuir

---

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Cfr. Official website of the European Union, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/energy\\_efficiency/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/energy_efficiency/index_pt.htm), consultado a 23/01/2012 às 11:30.

aproximando-se de modo do cumprimento dos compromissos estabelecidos no Protocolo de Kyoto serão respeitados<sup>200</sup>.

No entanto, a ideia-chave da eficiência energética é a poupança de energia. Por isso e para consolidar esta iniciativa, a Comissão Europeia estabeleceu uma meta para reduzir o actual consumo de energia, considerado excessivo. À luz desse esforço, a Comissão recomenda vivamente aos seus membros a diminuição do seu consumo em cerca de 20% até 2020<sup>201</sup>.

Para poder melhorar a eficiência energética na União, tornar-se pertinente analisar os setores de acordo com os respectivos consumos. Desde o início da década de 1990, o sector dos transportes teve a maior participação no consumo total de energia. Em especial, aponta-se o consumo excessivo de petróleo como a principal ameaça. Também é relevante destacar que a melhoria das condições de vida, o aumento do número de carros, a promoção do mercado interno e tecnológico, assim como da evolução de infra-estruturas nesse setor são as principais razões apontadas como capazes de justificar este *status quo*<sup>202</sup>.

Tal como sucede com o sector dos transportes, também as famílias consomem grande quantidade de energia nomeadamente para climatização e bem-estar. Durante o verão, a parte sul da Europa e durante o inverno, a parte norte da Europa tornam-se os maiores consumidores de energia na Europa<sup>203</sup>.

Como se referiu anteriormente, a eficiência energética é vista como uma solução relevante na medida em que é considerada como capaz de minimizar os obstáculos que hoje ameaçam a segurança no abastecimento energético. É óbvio que, caso diminua o consumo de energia doméstica, a dependência de importações de recursos externos também diminuirá. Assim, será melhor se tal solução for reforçada ao nível de toda a comunidade globalmente considerada e não apenas ao nível nacional. Portanto, aumentará o potencial de eficiência desta medida se as autoridades da UE definirem uma estratégia capaz de promover a eficiência energética e de garantir a segurança no abastecimento energético.

---

<sup>200</sup> Cf. Official website of the European Union, [http://ec.europa.eu/energy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/energy/index_en.htm) , consultado em 23/07/2011 às 12:49.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Cfr. European Environment Agency, <http://www.eea.europa.eu/data-and-maps>, consultado em 23/07/2011 às 12:49.

<sup>203</sup> Idem.

Torna-se no entanto importante salientar, para esclarecer esta questão e informar os consumidores europeus, a Comissão Europeia publicou o Livro Verde sobre a Eficiência Energética<sup>204</sup>, que centra a sua atenção em algumas medidas consideradas como passíveis de eficácia energética. Neste sentido, em primeiro lugar é assumido que, a UE deve centrar-se sobre o papel da pesquisa e desenvolvimento tendo em vista desenvolver tecnologias relacionadas com o aumento da eficiência do sector de energia. Com particular destaque para os sectores de transportes e para a realidade das famílias, a pesquisa e o desenvolvimento são assumidos como factores de importância considerável. Além disso, também existem planos específicos de acção para cada Estado-membro.

Nesta publicação a que temos vindo a fazer referência, estes planos de acção são considerados como uma das principais ferramentas a ter em linha de conta para melhorar a economia de energia na União Europeia. Os planos de acção à escala nacional são considerados como instrumentos vitais para que os Estados consumidores possam identificar e gerir as suas prioridades. Assim, é essencial que os Estados-membros possam definir a eficiência energética como uma das principais prioridades nos seus planos de acção. Para tornar mais eficientes esses planos, todos e cada um daqueles actores também terá que definir metas relativas ao progresso.

Para além dos esforços anteriormente sublinhados, outra medida importante a ser considerada é a implementação de uma política fiscal comum<sup>205</sup>. O imposto pode ser usado como um elemento facilitador ou um instrumento de dissuasão para a UE garantir a eficiência energética ao nível da comunidade. Assim, esta política pode ser eficiente se os impostos adicionais forem aplicados aos produtos energéticos que contrariam as metas estabelecidas para alcançar e assegurar a eficiência energética. Por outro lado, os produtos de energia, que servem para acentuar as prioridades definidas como conducentes à poupança de energia devem ser livres de impostos. Nestes casos, eventualmente, a procura de produtos livres de impostos de energia irá produzir um aumento da eficiência energética e esta será, assim, promovida, ainda que indirectamente<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> Cfr. Comissão Europeia, *Livro Verde sobre Eficiência Energética*, Bruxelas, 2005.

<sup>205</sup> Cfr. Official website of the European Union, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/environment/tackling\\_climate\\_change/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/environment/tackling_climate_change/index_pt.htm), consultado a23/04/2011 às 12:00.

<sup>206</sup> Idem.

Além destas medidas, as ajudas financeiras dos Estados-membros, as instituições da UE e os fundos conexos da UE também têm importância crucial na concretização estratégica conducente a uma melhoria das iniciativas de apoio à eficiência energética na União Europeia. Tal como o Livro Verde sobre a Eficiência Energética, a Comissão Europeia também propôs algumas novas medidas no seu documento de Plano de Acção para a Eficiência Energética<sup>207</sup>. De acordo com esta comunicação, algumas medidas terão que ser tomadas para limitar o consumo excessivo de petróleo e os efeitos sobretudo nos sectores dos transportes e da construção. No primeiro, os desenvolvimentos consecutivos no domínio de alta tecnologia têm importância crucial para assegurar a promoção da eficiência energética. Além disso, estes desenvolvimentos pavimentam, especialmente, o caminho para a produção de novos tipos de automóveis e outros veículos muito menos poluentes<sup>208</sup>.

Assim, “The Commission will continue its efforts to develop markets for cleaner, smarter, safer and energy-efficient vehicles through public-procurement and awareness-raising”<sup>209</sup>. Para além do sector dos transportes, o segundo sector sofre com o alto elevado consumo de petróleo. A este respeito, a Comissão Europeia definiu uma meta de 40 megaton de energia, de petróleo equivalente, para a poupança de energia até 2020<sup>210</sup>. Além disso, a UE também se concentrou na construção de novos tipos de edifícios visando com esta iniciativa assegurar o consumo de energia possível. Se esta iniciativa for bem-sucedida a construção deste tipo de casas vai aumentar na Europa, especialmente até 2015<sup>211</sup>.

Assim, a eficiência energética é vista como com maior impacto na prevenção do crescente consumo de energia, assim como para fazer face aos desafios no abastecimento de energia do mercado europeu. Por este motivo, espera-se que a União Europeia e os seus Estados-membros saibam todas as indicações e concretizam pelo menos a maior parte das medidas identificadas neste domínio para contribuir para a protecção ambiental e para, assim, garantir também a ambicionada segurança no abastecimento energético.

---

<sup>207</sup> Cfr. Plano de Acção para a Eficiência Energética, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/energy\\_efficiency/127064\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/energy_efficiency/127064_pt.htm), consultado em 23/05/2011 às 12:45.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 202.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Idem ibidem.

### 6.3. O USO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A energia renovável tem vindo a assumir um ímpeto cada vez maior no seio da UE. A frágil situação energética Europeia, o elevado nível de dependência de gás e de petróleo, a volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis nos mercados energéticos europeus e internacionais, as preocupações relativas ao uso de energia nuclear e os compromissos previstos no âmbito do Protocolo de Kyoto fizeram aumentar a relevância dada ao uso das energias renováveis na União Europeia. Assim, para diminuir todas estas dificuldades, os Estados-membros têm manifestado, pelo menos, teoricamente do ponto de vista do discurso político uma tendência crescente para defender a aposta e utilização da energia renovável.

Desde a última década, a Comissão Europeia lançou várias iniciativas para promoção do uso de energias renováveis no seio da União Europeia. A este respeito, em 1997, a primeira meta definida pela Comissão foi a de aumentar a quota das energias renováveis em 12% até 2010<sup>212</sup> que por sinal foi atingido<sup>213</sup>. Na verdade, embora a Comissão prossiga uma política “constitutiva”, definindo metas a alcançar, os diversos interesses e prioridades dos seus Estados-membros acabem por complicar este processo e tornar consideravelmente difícil alcançar sequer, uma meta comum.

Para além deste facto, a falta de regras juridicamente vinculativas também enfraqueceu e continua a enfraqueceras iniciativas comunitárias nesta matéria. Assim, considera-se desejável, as regras da comunidade possam ter repercussões no seio dos Estados-membros no sentido de aqueles poderem reorientar uma parte das suas políticas nacionais de energia. Assim, e com ênfase especial, nos setores dos transportes e no sector doméstico, considera-se que seria importante que fossem as normas comunitárias com carácter vinculativo devido ao elevado consumo de energia<sup>214</sup> a ser aplicadas. No entanto, e apesar destes obstáculos, a Comissão continua a concentrar-se sobre esta questão e a lançar novas iniciativas. Os Estados-membros parecem concordar: aumentar a quota das energias renováveis para 20% do valor total do consumo de energia até 2020<sup>215</sup>.

---

<sup>212</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 46.

<sup>213</sup> Cfr. EurObserv'ER, <http://www.eurobserv-er.org/>, consultado a 23/12/2011 às 12:00.

<sup>214</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 46.

<sup>215</sup> *Idem.*

Cada Estado-membro tem um cabaz diferente de produção de energia e diferentes capacidades de investir nas tecnologias relacionadas. Portanto, este está a ser um processo difícil para quase todos os Estados-membros no que se refere à reorganização do seu cabaz energético para poderem cumprir com sucesso esta meta que entretanto foi estabelecida.

A energia renovável também pode representar a existência de vantagens consideráveis no que se refere ao suprimento de energia da UE, na sua segurança e também na protecção ambiental. Para garantir a protecção ambiental, a principal medida a ser tomada é a de impedir a procura excessiva de combustíveis fósseis e para encorajar em alternativa a opção por fontes de energia isentas de CO<sub>2</sub><sup>216</sup>. Assim, apostar nas energias renováveis é visto como uma opção relevante. Basicamente, a energia eólica, hídrica, solar e de biomassa são consideradas como desprovidas de gases nocivos para além de se considerar que são capazes de proteger o equilíbrio ambiental e prevenir os efeitos negativos das mudanças climáticas, na medida em que não são tão poluentes e são produzidas por recursos naturais e com a ajuda do homem.

Tal como a preocupação com a protecção ambiental, o uso de energias renováveis tem sido visto e defendido como assumindo uma importância crucial em tudo o que se refere ao aumento da segurança no abastecimento energético. Basicamente, como as energias renováveis são produzidas domesticamente, têm potencial para diminuir a elevada dependência de importações nomeadamente se forem capaz de substituir o petróleo e o gás natural.

Devido às emissões de carbono resultantes do uso do carvão e da elevada dependência das importações de o gás, as energias renováveis representam muito mais vantagens para consolidar a segurança no abastecimento energético. A este respeito, cada Estado-membro criou a sua própria meta para determinar a quota das energias renováveis na sua produção de electricidade.

Sob estas circunstâncias, o papel das energias renováveis tenderá a crescer e a substituir os combustíveis fósseis de forma mais séria, no consumo total.

Para além da produção de electricidade, a energia renovável também é importante para o sector dos transportes. Como já tivemos a oportunidade de salientar, o consumo

---

<sup>216</sup> Cfr. EUROEPAN COMMISSION, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/renewable\\_energy/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/renewable_energy/index_pt.htm), consultado em 24/03/2011 às 14:45

excessivo de petróleo nos sectores dos transportes tenderá a maximizar a vulnerabilidade da UE. Para evitar os efeitos nefastos desta situação, a Comissão tem vindo a recomendar a utilização de biocombustíveis em vez de gasolina e diesel. Assim, a promoção dos biocombustíveis no seio dos Estados-membros tem vindo a ser incentivada por se considerar ser uma alternativa credível e viável<sup>217</sup>. De acordo com este novo passo, os biocombustíveis constituirão já cerca de 5,75% do consumo total de gasolina e de gasóleo no sector dos transportes<sup>218</sup>.

Assim, parece claro que é geralmente aceite que também se considera que, conseqüentemente, o uso das energias renováveis tem efeitos benéficos significativos no sentido de garantir a segurança no abastecimento energético. Além disso, tem um papel crucial no que se refere à contribuição que representa para diminuir a dependência das importações especialmente de petróleo e gás. Por esta razão, todos os esforços e iniciativas de apoio à utilização de energias renováveis são vistos como devendo ser significativas e objectivamente melhoradas e reforçadas<sup>219</sup>.

#### **6.4. O MERCADO INTERNO DA ELECTRICIDADE E DO GÁS**

O mercado interno de gás e electricidade é na verdade um elemento complementar do mercado interno europeu. Em geral, considera-se que a plena integração da UE só pode ser alcançada se todos os setores forem integrados entre si. Torna-se de fácil percepção e entendimento o facto de que para que seja plena essa integração, a criação de um mercado de gás e electricidade que funcione bem é essencial.

A este respeito, as directivas do gás e da electricidade, adoptadas em 1996 e 1998 são consideradas como os primeiros passos para a criação de um mercado interno de energia. O principal objectivo definido nessas directivas foi a criação de um mercado interno de energia e de gás totalmente liberalizado tendo por base a garantia da promoção da eficiência energética e da concorrência. Em adição a este passo inicial, outros foram ainda dados, por serem vistos como necessários para desenvolver e concretizar esta iniciativa. Assim, estas duas directivas foram seguidas por outras duas da electricidade e do gás adoptadas em 2003 com o objetivo principal de garantir a abertura e a total liberalização do mercado.

---

<sup>217</sup> Cfr. Conselho Europeu, *Projecto Europa 2030, Desafios e Oportunidades*, Luxemburgo, 2010.

<sup>218</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 46.**

<sup>219</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 217.**

Estas directivas estabeleceram que até Julho de 2004, (no sector industrial), e até 2007 todos os clientes teriam que ser capazes de escolher os seus fornecedores no mercado<sup>220</sup>. Em suma, estes são os dois parâmetros considerados essenciais e necessários para criar um mercado energético interno “perfeitamente” integrado. Na verdade, tendo o direito de escolher os fornecedores podem evitar as grandes normas discriminatórias, como exemplo oferecer aos consumidores uma escolha verdadeira a preços equitativos e concorrenciais, incentivar a produção de energia limpa e reforçar a segurança do aprovisionamento<sup>221</sup>, enquanto promove a abertura e liberalização do mercado. Para este efeito, é um facto determinante ter presente que um mercado tão competitivo evita a estrutura monopolista do mercado enquanto contribui em simultâneo para a segurança no abastecimento energético da UE.

Como foi mencionado acima, um mercado de energia totalmente integrado e liberalizado requer novos investimentos em infra-estruturas. Devido às preocupações com manifesto destaque para queles que se relacionam com as questões da segurança, a melhoria nas infra-estruturas é essencial. De facto, se o mercado interno da energia é baseado num bom funcionamento e na existência, por isso, de infra-estruturas reforçadas, a maioria das interrupções tenderá a ser minimizada, os benefícios tenderão a ser maximizados e a segurança do abastecimento energético sairá reforçado<sup>222</sup>. Para isto ser, no entanto, bem sucedido, as principais prioridades para melhorar as infra-estruturas terão que ser orientadas estrategicamente para o gás e a electricidade são definidos em conformidade com os objectivos definidos;

“i) Identifying the most significant missing infrastructure up to 2013 and ensuring pan-European political support to fill the gaps. Appointing four European cocoordinators to pursue the four of the most important priority projects: the Power-Link between Germany, Poland and Lithuania; connections to offshore wind power in Northern Europe; electricity interconnections between France and Spain; and the Nabucco pipeline, bringing gas from the Caspian to central Europe.

---

<sup>220</sup>Cfr. *Op. cit.* **Nota 216.**

<sup>221</sup>Cfr. Official website of the European Union, *Perspectivas para o mercado interno do gás e da electricidade*, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/internal\\_energy\\_market/127075\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/internal_energy_market/127075_pt.htm), consultado a 23/12/2011 às 10:00.

<sup>222</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 46.**

- ii) Agreeing a maximum of 5 years within which planning and approval procedures must be completed for projects that are defined as being "of European interest" under Trans-European Energy Guidelines.
- iii) Examining the need to increase funding for the Energy Trans-European networks, particularly to facilitate the integration of renewable electricity into the grid.
- iv) Establishing a new Community mechanism and structure for Transmission System Operators (TSOs), responsible for co-ordinate network planning<sup>223</sup>.

Parece-nos ser relevante destacar, que chegados a este ponto da nossa reflexão, o principal benefício destas Redes Transeuropeias de Energia (RTE-E) parece consistir na minimização dos riscos de interrupção, integrando todas as redes locais de electricidade e gás existentes ao nível comunitário. Para ser bem -sucedido, a RTE-E necessita de diferentes objetivos e pontos de referência para o gás e para os setores de energia eléctrica. No sector do gás, a RTE-E tem como objectivo primordial a integração das regiões isoladas no sector do gás europeu, para melhorar as infra-estruturas dos oleodutos e de estender a entrega do gás natural a outras áreas da UE.

Por outro lado, no sector da electricidade, a RTE-E centra-se essencialmente na interligação das redes eléctricas entre os Estados-membros, bem como sobre a extensão dessas redes para fora da Europa, para assim designados países terceiros<sup>224</sup>.

Finalmente, considera-se que a criação de um bom funcionamento e a total liberalização interna do mercado do gás e da electricidade pode ter contribuições significativas para reforçar a segurança no abastecimento energético. No entanto, também se torna claro, que é um instrumento eficaz para evitar dois desafios importantes que são a dependência de poucos fornecedores e o risco de interrupção de fornecimento. Uma vez que um mercado competitivo e liberalizado do gás e da electricidade evita a estrutura monopolista, permitindo que as empresas menores de energia integrem o mercado interno da energia, e que assim, os consumidores ganham a oportunidade de diversificar os seus fornecedores e encontrar recursos energéticos mais seguros e opções mais razoáveis. Além disso, como o mercado interno da energia favorece consideravelmente novos investimentos em infra-estruturas, as possíveis

---

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 216.**

perturbações decorrentes de problemas técnicos e as deficiências de infra-estruturas poderão ser evitadas.

Em conclusão, o mercado interno de gás e de electricidade tem um papel crucial para aumentar a segurança no abastecimento energético. Portanto, todas as medidas possíveis devem ser tomadas para completar o processo de liberalização do mercado e aumentar a sua eficiência.

#### **6.5. CAPACIDADES DE ARMAZENAMENTO E STOCKS DE EMERGÊNCIA**

Como é bem conhecido, a UE procurou diferentes modos, para garantir a segurança no abastecimento energético e para assegurar a situação energética da UE no futuro. É relevante destacar que das principais medidas mencionadas acima, a diversificação das fontes de energia, das vias de energia e do cabaz energético, assim como, a melhoria da eficiência energética e com a utilização de energias renováveis, a implementação de um mercado interno liberalizado e seguro de gás e electricidade são considerados suficientes para garantir a segurança no abastecimento energético a longo prazo.

No entanto, a UE também precisa de outras medidas de curto prazo para assegurar a estabilidade no mercado e para garantir a segurança do fornecimento de energia durante uma crise inesperada. A este respeito, a criação de um mecanismo de stock de gás e de petróleo pode ser uma maneira eficaz de proteger de possíveis efeitos de uma crise energética no curto prazo a segurança no abastecimento energético.

Naturalmente, tal mecanismo de acções tem um potencial significativo para apoiar e melhorar a frágil situação energética da UE. Como é mencionado anteriormente, a elevada dependência de fornecedores instáveis e pouco fiáveis aumenta o risco do abastecimento ser interrompido. Portanto, uma capacidade de armazenamento suficiente é um dos elementos considerados possíveis para prevenir os fortes efeitos de uma crise.

Assim, a questão da capacidade de armazenamento tem um ímpeto cada vez maior na UE. Os Estados-membros começam a perceber a importância de tais medidas de curto prazo para a sua segurança. Infelizmente, a UE não tem ainda uma política de armazenamento devidamente articulada, eficiente e eficaz. Na verdade ele parece apresentar-se como um mecanismo de acção mais coordenado com os stocks de petróleo

do que com as reservas de gás. E o facto é que pelo menos, todos os Estados-membros têm a obrigação legal disto acontecer.

De acordo com esta obrigação, os Estados-membros estão obrigados a ter reservas de petróleo pelo menos para 90 dias, como já mencionado. Os objectivos destas reservas de petróleo são para garantir a segurança dos fornecimentos de petróleo, aumentando a coordenação entre os Estados-membros, evitando que todos os possíveis danos decorrentes de uma crise energética, possam na verdade proteger e reforçar a estabilidade e a confiabilidade do mercado de petróleo<sup>225</sup>.

Como é evidente, a estabilidade de reservas de petróleo são muito importantes para proteger a UE a partir dos resultados negativos de uma eventual crise energética. Especialmente, quando há uma interrupção física ou uma interrupção técnica, os países consumidores podem facilmente lidar com a interrupção no que se refere ao fornecimento. Neste caso, os Estados membros podem aceder à sua oferta de petróleo através seus dos stocks. Assim, graças a este armazenamento, a estabilidade do mercado de energia e a segurança do abastecimento de petróleo pode ser melhorada. Para ser mais eficiente, a capacidade de reservas de petróleo na UE tem vindo a ser desenvolvida.

Hoje, podem atender às necessidades por 120 dias<sup>226</sup>. Este é um desenvolvimento sério e importante na política de armazenamento. Este desenvolvimento na capacidade de armazenamento de petróleo comprova que os Estados-membros começaram a levar a sério as preocupações relacionadas com uma crise de energia inesperada e com os rendimentos efectivos da capacidade de armazenamento.

Ao contrário da capacidade de armazenamento de petróleo, não há uma exigência juridicamente vinculativa para estabelecer reservas de gás permanentes e obrigatórias nos Estados-membros. Cada Estado-membro tem capacidades de ações bastante diferentes em relação ao gás. De acordo com os últimos dados da Comissão Europeia, a Áustria possui a maior capacidade de stocks de gás entre os membros da UE. A par da Áustria, a Alemanha, a França e a Itália que são dos outros Estados-membros que têm também, por seu lado, grandes e desenvolvidos mecanismos de

---

<sup>225</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 216**

<sup>226</sup> Cfr.

EUROEPAN

COMMISSION,

[ec.europa.eu/energy/international/bilateral\\_cooperation/russia/russia\\_en.htm](http://ec.europa.eu/energy/international/bilateral_cooperation/russia/russia_en.htm), Consultado em 25/09/2012 às 17h40.

emergência para o gás. Além destes membros, a Finlândia, a Irlanda e a Suécia têm sofrido com a falta de uma capacidade de armazenamento de gás.

Esta diferença óbvia entre os Estados-membros tem aparecido como um grande desafio para garantir a segurança no abastecimento energético não só a nível nacional mas também ao nível da comunidade. Para evitar todos os possíveis riscos e ameaças, uma coordenação entre os Estados-membros torna-se extremamente necessária. A interacção e a cooperação devem ser reforçadas entre eles. Para este efeito, os países que possuem grandes reservas de gás devem ajudar e fornecer assistência aos países que têm stocks limitados sempre que necessário.

Infelizmente, nem sempre é possível garantir esta cooperação reforçada. Como é bem conhecido, os Estados consumidores geralmente preservam a sua situação vantajosa devido às preocupações crescentes neste assunto. Assim, a maioria dos membros que possuem grande capacidade de armazenamento de gás estão relutantes em compartilhar as suas acções com outros membros<sup>227</sup>.

Finalmente, tanto o petróleo como o gás são instrumentos bastante eficazes para garantir os suprimentos de energia sustentável, especialmente, em situações inesperadas. Para ser bem-sucedido, seria melhor se um mecanismo de vinculação fosse lançado para regular a capacidade de armazenamento de gás entre os Estados-membros. Em conclusão, uma iniciativa obrigatória e vinculativa promoveria consideravelmente a eficiência deste mecanismo e reforçaria a sustentabilidade de um abastecimento de energia mais seguro.

#### **6.6. *POLÍTICA ENERGÉTICA EXTERNA***

Como é discutido nos capítulos anteriores, os desafios em direcção à segurança no abastecimento energético não são nem simples nem fáceis. Todos estes desafios requerem medidas sérias para evitar os seus efeitos negativos e destrutivos. Especificamente, uma reforçada e bem coordenada política externa é extremamente importante para evitar estas ameaças.

Além disso, a diplomacia é um dos principais instrumentos de política para resolver os problemas e promover as interacções entre os actores políticos nas Relações

---

<sup>227</sup>Idem.

Internacionais. Assim, para reforçar a sustentabilidade das fontes de energia, e para consolidar a estabilidade no mercado de energia a longo prazo, a diplomacia deve ser levada em consideração como uma ferramenta eficiente. Especificamente, ter uma abordagem comum para os fornecedores e estabelecer diálogos fiáveis e transparentes são essenciais para criar uma política energética externa<sup>228</sup>.

Além disso, é relevante destacar que as principais noções de tal política são a transparência e a confiabilidade. Sem garantia de relações transparentes e fiáveis, a UE não pode lançar uma política energética externa entre os seus membros e terceiros. A este respeito, a UE determinou que deve gastar muito mais em esforços para desenvolver esta política com foco sobre os fornecedores e nas políticas em direcção ao Mar Negro, Ásia Central, Rússia e a outros países vizinhos, como o Médio Oriente, China, Noruega e Estados Unidos. Como destacado nas secções anteriores, entre estas áreas, o Mar Negro e da Ásia Central são as principais prioridades para a UE diversificar os fornecedores e países de trânsito. Para o efeito, é bastante útil para além de necessário desenvolver uma política energética externa, especialmente, em favor das áreas mencionadas. À luz destes objectivos, a Comissão Europeia estabeleceu alguns princípios para promover uma política energética externa. Estes são;

“i) The EC and its Member States should be a key driver in the design of international agreements, including the future of the Energy Charter Treaty and the post-2012 climate regime.;

ii) EU energy relations with its neighbors are fundamental to European security and stability. The EU should aim to build up a wide network of countries around the EU, acting on the basis of shared rules or principles derived from the EU energy policy.

iii) To enhance relations with our external energy suppliers, further developing comprehensive partnerships based on mutual interest, transparency, predictability and reciprocity.

iv) To continue to develop closer energy relations with other major consumers, in particular through IEA and G8 or through intensified bilateral cooperation.

---

<sup>228</sup> Cfr. Consilium, <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/st09971.pt06.pdf>, consultado em 23/02/2011 às 16:40.

v) Develop the use of financial instruments, via enhanced co-operation with the EIB and EBRD and the establishment of a Neighborhood Investment Fund, to enhance the EU's energy security.

vi) To improve the conditions for investments in international projects, working for example to secure a clearly defined and transparent legal framework and appointing European coordinators to represent EU interests in key international projects.

vii) Promote non proliferation, nuclear safety and security, in particular through a reinforced cooperation with the International Atomic Energy Agency<sup>229</sup>”.

Se estes objectivos forem implementados, haverá uma política energética externa ao nível da comunidade que terá três principais contribuições para a segurança no abastecimento energético. Em primeiro lugar, uma política energética externa irá consolidar a estabilidade no mercado de energia e evitará que os consumidores sofram com mudanças de preços acentuadas. Esta política também irá melhorar, ao mesmo tempo, novas iniciativas comuns que servirão os interesses de ambas as partes. Especialmente, a construção dos novos gasodutos ou terminais de GNL serão resultados positivamente significativos desta política. Finalmente, irá incentivar os Estados-membros a adoptarem uma abordagem comum para lidar com os resultados de crises energéticas graves<sup>230</sup>.

Entre os Estados-membros, apesar das abordagens fragmentadas em direcção à política energética comum, quase todas elas suportam uma política energética externa para garantir a sua segurança energética. Especialmente os grandes Estados-membros, Alemanha, Reino Unido e Polónia, encorajam fortemente e apoiam uma política energética externa<sup>231</sup>.

Finalmente, uma política energética externa é extremamente recomendável para aumentar os diálogos sobre energia com os países produtores e de trânsito para evitar os possíveis danos de uma crise de energia e promover a segurança energética. Em conclusão, um sistema de rede que funcione bem com terceiros, e um diálogo reforçado

---

<sup>229</sup>Cfr. EUROEPAN COMMISSION, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/european\\_energy\\_policy/127067\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/european_energy_policy/127067_en.htm), consultado a 12/01/2012 às 23:00.

<sup>230</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 1.**

<sup>231</sup> Idem.

com base numa política energética externa comum irá minimizar os efeitos negativos na segurança do abastecimento energético no seio da União Europeia.

### **6.7. POLÍTICA ENERGÉTICA COMUM**

Cada um dos 27 Estados-membros da UE tem a sua agenda política no que toca às questões energéticas, pelo que a definição das prioridades diferem entre uns e outros. Estas prioridades assentam no facto de cada Estado-membro está preocupado em garantir a sua “sobrevivência” mas, o facto é que as políticas fragmentadas e os diferentes objectivos criam obstáculos para a implementação de políticas comuns em termos de eficácia especialmente em áreas que têm grande importância no seio da UE. Num destes sectores é de facto o energético. Por isso, as implicações a ela associada na política e na economia têm feito aumentar a sua importância nas agendas dos Estados-membros da UE.

A energia é considerada pela maioria dos Estados-membros da UE como umas das prioridades nacionais. A maioria destes Estados consideram-na como uma questão política, económica e de segurança. Desta feita, cada um destes Estados recusa perder a sua soberania, pelo que recusa envolver-se em qualquer compromisso sério que possa prejudicar os seus interesses futuros, e também a possível transferência de poder para organismos supranacionais. Neste ponto, a principal oposição parece estar relacionada com a possibilidade de uma autoridade supranacional e, sobretudo porque está destinada a criação de uma política energética comum.

Esta situação revelou-se mais problemática aquando do quarto e quinto alargamentos. Em cada alargamento da UE, os interesses nacionais e as abordagens para novas iniciativas são diversificadas por forma de multiplicidade de realidades a serem consideradas para integração numa mesma unidade organizacional. Os interesses comuns acabaram, assim, por ser totalmente eliminados em algumas áreas. Como já foi anteriormente referido, a energia é considerada como uma ferramenta crucial, capaz de criar condições para que um país possa ser um líder mundial com impacto no sector político e económico. Por isso, ambições deste teor acabaram por conduzir a uma agressiva competição entre países consumidores e países produtores pelo que ignoraram a importância dos interesses comuns, que é relegado para segundo plano, chegando mesmo a cair no “esquecimento”. Ou seja, a tendência crescente para a protecção dos

interesses nacionais, a ignorância dos interesses comuns, a oposição a uma autoridade supranacional e a diversidade óbvia de interesses nacionais evita conseguir a vicissitude formalmente ambicionada “to speak with one voice<sup>232</sup>”. Na verdade, esta expressão traduz a situação que, a concretizar-se seria um caminho eficaz para fornecer uma melhor compreensão para a questão energética e até possivelmente para todas as questões discutidas no seio da UE. Difícil parece ser efectivamente, criar condições intrínsecas de uma total coerência no seio da UE. Devido às razões acima expostas, essa coerência não pode ser total e perfeitamente estabelecida e enquanto os Estados-membros não podem falar a uma só voz. A ideia de um domínio supranacional não sucede sobre as políticas nacionais de energia parece ser o principal obstáculo para a concretização desta aparente e formalmente tão desejada coerência. Os Estados-membros, como já referimos, não querem resvalar para um plano secundário, ainda que pontualmente o interesse associado das suas políticas nacionais<sup>233</sup>. Por esta razão, não existe consenso para a criação de uma política energética comum e de todo a uma só voz.

É claro que todos os Estados-membros têm por sua vez uma perspectiva muito própria quanto às abordagens possíveis sobre a política energética comum. Alguns deles são fortemente contra e assumem uma oposição mais moderada. No entanto, e infelizmente, a maioria dos Estados-membros parece ser totalmente contra uma política energética comum. Como já foi anteriormente referido, parecem estar dispostos a não aceitar a existência de uma autoridade supranacional no sector energético.

Os Estados-membros e os grupos de interesse parecem assumir, assim, o papel de principais actores no processo de decisão neste sector. No entanto, apesar dos objectivos prosseguidos se apresentarem como semelhantes, os seus focos são ligeiramente diferentes. Assim, enquanto os Estados-membros têm apostado na defesa da sua soberania e das respectivas políticas nacionais como principal instrumento de exercício de autoridade. Os grupos de interesse<sup>234</sup>, orientam a sua acção para a defesa

---

<sup>232</sup> Cfr. EUROPEAN COMMISSION, *What is at stake- Background Document :Annex to the Green Paper A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy*, Brussels, 2006.

<sup>233</sup> Cfr. MATLARY, J.H., *Energy Policy in the European Union. Towards a Common Energy Policy*, Hampshire, Macmillan, 1997.

<sup>234</sup> Para a operacionalização deste conceito, consideramos a proposta de PASQUINO, Gianfranco, “grupod de Pressão”, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, in *Dicionário de Política*, 12ª edição, Dinalivro, Brasília, 2004, “(...) qualquer grupo que, à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes conivididas.” p. 562.

dos seus interesses económicos e consequentes benefícios, constituindo-se em verdadeiros lobbies<sup>235</sup> políticos. Para além disto a maioria das empresas de energia são unificadas e estabeleceram estruturas de grande escala sob a forma de federações. São disso exemplos: a Eurogas, é uma organização sem fins lucrativos, composta por 50 membros de 27 países entre os quais 33 empresas de gás natural, 15 federações de empresas de gás natural, e 2 organizações internacionais e tem como objectivos promover os interesses dos seus sócios, empresas, federações e associações nacionais envolvidas no fornecimento, comercialização e distribuição de gás natural e actividades afins, tais como armazenamento e gás natural liquefeito<sup>236</sup>; a European Petroleum Industry Association (EUROPIA<sup>237</sup>), esta associação representa as refinarias europeias cujo objectivo principal é contribuir de forma construtiva e pró-activa para o desenvolvimento de políticas que salvaguardem a fabricação, fornecimento e utilização de produtos petrolíferos, através de conselhos às instituições como, por exemplo a UE. Eles têm poder suficiente para contribuir para o processo decisório, especialmente sobre o sector energético, influenciam o seu governo nacional de acordo com os seus benefícios, moldando os interesses nacionais e em consequência a política da UE<sup>238</sup>.

Assim, parece ser claro que não só os interesses nacionais de cada Estado individualmente considerado que conta, mas também os interesses de grupos específicos que acabam por afectar as iniciativas e decisões políticas da UE. A criação de uma política energética comum apresenta-se como uma das áreas em que parecem ser mais incisivos. Por esta razão, apesar dos esforços da Comissão Europeia para instalar uma política energética comum, quase todas as iniciativas acabaram por falhar. Entre os diversos esforços da Comissão, o que mais significado parece ter foi o Tratado de Maastricht. Neste Tratado procurou-se consagrar um capítulo específico em matéria de uma política comum energética. No entanto, esta proposta não obteve sucesso. E terá falhado porque enfrentou uma forte oposição da parte de Estados-membros<sup>239</sup>. No entanto, foi considerada como sendo bastante importante porque representou uma clara iniciativa com o objectivo de transferir uma parte importante de competências da esfera de soberania dos Estados para a UE.

---

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> Cfr. Eurogas, <http://www.eurogas.org/>, consultado a 5/03/2012 às 23:00.

<sup>237</sup> Cfr. EUROPIA, <http://www.europia.com/Content/Default.asp>, consultado a 5/03/2012 às 23:30.

<sup>238</sup> Cfr. *Op. cit.* Nota 233.

<sup>239</sup> Idem.

Apesar dos reveses nesta matéria, os esforços no sentido de criar uma política energética comum continuaram. Alguns dos Estados-membros insistiram nesta questão uma vez que entenderam que a segurança no fornecimento da energia é uma questão que pode ser perfeitamente assegurada através de uma política comum. A meta dos 20% de consumo de energia renovável proposto pela Comissão Europeia, tornou-se uma questão controversa por causa das preocupações de alguns países membros. A Comissão propôs este objectivo para o consumo total de energia até 2020<sup>240</sup>. No entanto, esta é uma meta considerada grave e prejudicial para alguns Estados-membros. Mas, o que verdadeiramente sucedeu foi que a maioria dos estados-membros reagiu de forma agressiva a esta proposta por causa das suas prioridades nacionais. O aumento da quota nacional de produção de electricidade através de energias renováveis tenderá a aumentar, o que parece ameaçar a produção de electricidade através da energia nuclear e do carvão que alguns Estados-membros, como por exemplo e principalmente a França, a Finlândia, a Hungria, a República Checa e a Polónia<sup>241</sup>.

Esta situação de oposição generalizada a uma proposta para uma política comum parece constituir um exemplo perfeito para demonstrar porque é que a UE tem tido tanta dificuldade em avançar para uma política energética comum. Infelizmente, os factos parecem apontar para uma realidade que, de facto, é apresentada como bastante prejudicial para a União e também para a segurança no abastecimento energético em particular. O facto é que se os Estados-membros não levam em consideração as propostas até aqui apresentadas pela da Comissão Europeia, não se avançará uma abordagem comum nesta questão, e a dependência da importação não será diminuída para além de que também a segurança no abastecimento não será garantida.

---

<sup>240</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 70.**

<sup>241</sup> Cfr. *Op. cit.* **Nota 74.**

## CONCLUSÃO

Desde os anos '90 do século XX, a União Europeia tem sido um dos principais actores políticos e económicos no mundo, recorrendo ao seu *soft power* para procurar assegurar a estabilidade, transparência e segurança. Assim, todos e quaisquer que sejam os riscos e ameaças consideradas mais susceptíveis de causar crises na UE são vistas como grandes desafios à sua segurança. Dessa forma, a questão do fornecimento energético assume uma relevância significativa para a UE em geral. Neste sentido, é importante destacar que a existência de novas tecnologias apesar das vantagens que a elas possam ser associadas, também suscita, por outro lado, o aumento do consumo de energia.

A nova paisagem energética do século XXI é hoje percebida como aquela em que as regiões económicas mundiais dependem umas das outras contribuindo este *status quo* para garantir a segurança energética com condições económicas estáveis. Com recursos energéticos escassos, especificamente 1,3%<sup>242</sup> das reservas mundiais de gás e somente 0,5%<sup>243</sup> das reservas provadas de petróleo, a União Europeia continuará, muito provavelmente, a necessitar de importar produtos energéticos para satisfazer as suas crescentes necessidades.

Apesar de ter em mãos um plano energético ambicioso, o cenário nos próximos anos deverá permanecer inalterado, uma vez que as estratégias apresentadas são de longo prazo e dependem do desenvolvimento de novas tecnologias e investimentos avultados (energias alternativas). A ausência de uma política comum energética no seio da UE agrava este quadro geral, já que impede a criação de um verdadeiro mercado aberto e competitivo, transparente e dinâmico, que limite o poder dos monopólios, crie

---

<sup>242</sup> Cfr. Op. cit. **Nota 2**.

<sup>243</sup> *Idem*.

novas alternativas para os abastecimentos de energia, diminua a dependência de um único fornecedor, defenda os consumidores (particulares e industriais) e ofereça preços mais justos e competitivos. Além disso, impede que a Europa fale a ‘uma só voz’ perante os crescentes desafios energéticos, nomeadamente o que se refere ao aumento da pressão sobre o consumo dos recursos globais.

De acordo com uma procura crescente de recursos naturais, os fornecedores externos tornaram-se fundamentais para uma cooperação energética entre os Estados-membros da UE. É de notar que existem alguns Estados no seio da UE que são muito dependentes da Rússia e da OPEP para se abastecerem tanto de gás natural como de petróleo. Esta dependência – principalmente dos países da Europa Central e de Leste que estão muito dependentes da vontade russa - não é de todo saudável, e terá sido ainda mais agravada pelo facto de estes países terem sido alvo de problemas, tanto de natureza política como económica com os países fornecedores. De facto, devido à sua posição dominante no mercado internacional de energia, estes fornecedores têm a capacidade de afectar e condicionar a situação geral dos consumidores procurando, por exemplo, possíveis mudanças nos preços, ou promovendo e alimentando disputas entre países vizinhos, que são susceptíveis de causar uma ruptura no abastecimento energético da UE. Exemplos relevantes deste tipo foram a crise do petróleo nos anos ‘70 do século passado, que terá sido originada pelo embargo dos países membros da OPEP e Golfo Pérsico à distribuição de petróleo para os Estados Unidos e países da Europa; e em 2009<sup>244</sup> quando a Rússia cortou o abastecimento de gás à Europa através da Ucrânia. O que se verificou com estas crises foi que os países europeus são, de facto, dependentes de alguns (poucos) fornecedores.

No entanto, para além destes desafios, há também alguns problemas de infraestruturas que ameaçam a segurança no aprovisionamento energético: a ausência dos investimentos necessários para desenvolver infra-estruturas energéticas e as lacunas existentes na rede de interconexão de gás e electricidade são alguns dos outros problemas fundamentais desta equação, já de si extremamente complexa.

---

<sup>244</sup> Cfr. Público, <http://www.publico.pt/Mundo/ucrania-corte-no-abastecimento-de-gas-russo-leva-indignacao-e-preocupacao-as-ruas-de-kiev-1354736>, consultado em 23/04/2012 às 18:45.

Para além dos desafios indicados acima, um outro igualmente importante para a segurança no aprovisionamento energético e que tem que ser considerado consiste na inexistência de uma política energética comum no seio da União Europeia. Os interesses e as prioridades de cada Estado-membro à escala nacional impedem que se desenvolva uma política energética comum no seio daquele actor, que ambiciona falar “a uma só voz”. Torna-se, necessário tomar medidas tanto a nível comunitário como a nível nacional e multilateral, para que bem coordenadas possam vir a contribuir e permitir a diversificação do cabaz energético da UE a longo prazo, expandindo o número de fornecedores e as rotas de trânsito, procurando promover, deste modo, também, a eficácia energética.

Uma política de diversificação torna-se igualmente importante para assegurar e ou reforçar a segurança no abastecimento energético europeu. Estando a UE muito dependente dos recursos naturais tanto da Rússia como da OPEP torna-se necessário diversificar os fornecedores e as rotas de trânsito de modo a reduzir uma excessiva dependência e os riscos a ela associados. O Mar Cáspio, os países da Ásia Central, do Mediterrâneo e do Norte de África perfilam-se, neste contexto, como os principais fornecedores alternativos. A UE tem na região do Ártico também uma alternativa no que diz respeito aos seus fornecedores. Em 2008 e em Junho de 2012 a UE anunciou a sua intenção de seguir uma abordagem abrangente com três objectivos principais na região do Ártico: proteger o ambiente do Ártico em cooperação com a sua população; promover a sua utilização sustentável dos recursos naturais e fomentar a cooperação internacional para assim a UE ter uma estratégia abrangente nesta região<sup>245</sup>. No que se refere à questão da diversificação de rotas de trânsito temos que ter presente e considerar a importância crescente da Turquia.

No entanto, a UE também tem que se preocupar em promover a eficiência energética, com o objectivo de diminuir o consumo e aumentar a poupança, pois se for possível alcançar um ponto de equilíbrio, o total de energia consumida e o nível de dependência diminuirão, logo a segurança no abastecimento inversamente tenderá a sair reforçada no sentido positivo.

---

<sup>245</sup> Cfr. COMITÉ ECONÓMICO e SOCIAL EUROPEU, *Uma política da UE para o Ártico para atender aos interesses globais emergentes na região – O ponto de vista da sociedade civil*, Bruxelas, 2013.

É importante salientar que as medidas apontadas só eram eficientes e eficazes, se todos os Estados-membros as implementarem. Assim, a coordenação e a coerência são também recomendadas para que num futuro próximo a política energética comum possa ser introduzida, para que todos os Estados-membros possam vir dispor de capacidade efectiva de armazenar petróleo e gás em quantidade suficiente para suprirem as suas necessidades.

Se todos conseguirem atingir uma capacidade de armazenamento igual, a diferença entre eles vai ser diminuta no caso de se verificar uma saturação resultante de uma situação de crise imprevista e, conseqüentemente, em face de uma situação eventual de ruptura de abastecimento, será possível minimizar os efeitos nefastos. Por esta razão, e para que tais medidas sejam mais eficazes e seguras, os Estados-membros terão que enfrentar a existência de obrigações legais relativamente à regulação destas questões para garantir, assim, a segurança no abastecimento energético.

Em qualquer caso, e no que diz respeito aos fornecedores, é expectável que a Rússia vai continuar a desempenhar um papel preponderante na equação energética europeia, não só pela sua grande riqueza em recursos daquela natureza, como também pela proximidade geográfica do espaço territorial da UE. Além disso, a Europa não está interessada em excluir a Rússia como parceira na energia – nem poderia fazê-lo. Está, sim, interessada em atenuar o peso dos abastecimentos russos no cabaz energético europeu, com vista à diversificação daqueles, conseqüentemente, na redução da influência política e económica russa no espaço europeu. É neste âmbito que o Norte de África, enquanto grande produtor de hidrocarbonetos, poderá vir a ter uma palavra a dizer.

A Argélia, o Egipto e a Líbia, os grandes produtores de energia da região do Norte de África, possuem um conjunto de características que os tornam parceiros energéticos atractivos para a União Europeia.

Em primeiro lugar, detêm vastas reservas de hidrocarbonetos, designadamente petróleo e gás natural. Em conjunto, este trio possui 4,5% das reservas mundiais de petróleo e 4,4% das reservas mundiais de gás natural. A produção destes dois recursos energéticos pesa 4,9% (petróleo) e 5,4% (gás natural) no total mundial, o que indicia um bom aparelho refinador (com baixos custos de produção).

Em segundo lugar, estão geograficamente próximos da Europa, o que permite custos de transporte relativamente baixos (no caso do petróleo e do gás natural liquefeito) e facilidade na construção de novos *pipelines* (no caso do gás natural). Actualmente, o Norte de África está ligado à Europa por três gasodutos e, futuramente, contará com duas novas ligações. Além disso, também permite equacionar receber os abastecimentos originários da Nigéria (país rico em recursos energéticos).

Em terceiro lugar, a região mantém uma relação estreita com a União Europeia, quer no plano político, quer no plano comercial. Presentemente, a UE é a parceria comercial mais valiosa daqueles os três países, tendo também uma relação política muito próxima, graças aos progressos do Processo de Barcelona, nomeadamente no que se refere à actuação e trabalho da União do Mediterrâneo (a Líbia permanece, ainda, com o estatuto de observador).

Em quarto lugar, qualquer um daqueles países é relativamente receptivo ao investimento estrangeiro, facto bem evidenciado pela presença de diversas companhias europeias a operar na região e pela existência de diversos projectos financiados por fundos comunitários.

Isto significa que existe sustentabilidade numa eventual parceria energética mais aprofundada entre a União Europeia e o Norte de África, o que poderá possibilitar uma redução considerável na dependência dos abastecimentos russos. Ao diversificar o aprovisionamento via Norte de África, a UE poderá conseguir aliviar parcialmente o peso que os abastecimentos russos representam no consumo europeu, garantindo assim uma maior segurança energética.

Contudo, a Argélia, o Egipto e a Líbia não constituem uma alternativa viável e fiável ao aprovisionamento energético da UE por uma razão fundamental: não usufruem da estabilidade política necessária para serem consideradas fontes seguras de aprovisionamento. Por isso, Bruxelas terá que estreitar ainda mais as relações com a região e promover o seu desenvolvimento, através de um maior aprofundamento da parceria euro-mediterrânica e de um maior apoio no plano político e financeiro, que trará benefícios para ambas as partes.

Em suma, para a UE, a segurança no abastecimento energético é, de facto, uma das prioridades vitais, uma vez que os Estados-membros não conseguem por si só

garantir as suas necessidades energéticas. Desta forma, é assim necessário alternativas no que diz respeito aos países fornecedores e de trânsito, na medida em que o abastecimento energético não sofra problemas.

Para que seja possível uma Europa ainda mais consolidada e fortalecida, os Estados-membros têm que estar assim, plenamente cientes da sua frágil situação energética, adoptando medidas eficazes para lidarem com os desafios que, nessa matéria, possam surgir futuramente. Uma outra opção está intimamente ligada com a diversificação, não só quanto aos seus fornecedores, mas também à utilização de novas fontes de energia, neste caso, energias renováveis. Este esforço tem que ser feito primeiro por cada país individualmente e depois estender-se a um nível macro. Deste modo, é possível que a UE venha a aproximar-se do seu objectivo de “falar a uma só voz” no que toca a esta questão do abastecimento energético mais adequado e diversificado.

## BIBLIOGRAFIA

- **ADAMS T.**, EMERSON, Michael, MEE, Laurence David, PAPANIKOLAOU, Yannis, VAHL, Marius. 2002. *Europe's Black Sea Dimension*, Centre for European Policy Studies and International Center for Black Sea Studies, Athens, Greece.
- **Agência Europeia do Ambiente**, <http://www.eea.europa.eu/pt>.
- **BAHGAT**, G. 2009. The geopolitics of energy: Europe and North Africa. *The Journal of North African Studies* , Abingdon, Oxon OX14 4SB, UK 39-49.
- **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. 2001. *A Fórmula do Poder*, ISCSP, Lisboa.
- **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. 2011. *A Matriz do Poder*, Ed. MGI, Lisboa,
- **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. 2012. *A PESC, A PESD, A PCSD e a definição Estratégia da UE para o Ártico*, Revista Debater a Europa, Europe-Direct, Aveiro.
- **BALMACEDA**, M. M. 2002. *EU Energy Policy and Future European Energy Markets: Consequences for the Central and East European States*, Forschungsschwerpunkt Konflikt und Kooperationsstrukturen in Osteuropa an der Universität Mannheim, Mannheim.
- **BARTON**, B., REDGEWELL, A., RONNEL, A., & ZILLMAN, D. 2004. *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford University Press, Oxford.
- **BELGRAVE**, R. 1987. *Energy Security to 2000*, Aldershot, Gower.
- **BELKIN**, Paul. 2008. *The European Union's Energy Security Challenges*, Crs Report for Congress, Washington.
- **BENC**, Vladimir, BILCÍV, Vladimír, KLITSOUNOVA, Elena, LISONOVÁ, Zuzana, Najšlová, Lucia, SOLONENKO, Iryna, ZAGORSKI, Andrei. 2009.

*Seraching for new moment in EU-Russia relations* , Agenda, Tools, and Institutions, Bratislava.

- **BLANCHARD**, C. M. 2010. *Lybia: Background and US Relations*, Washington: Congressional Research Service.
- **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola, **PASQUINO**, Gianfranco. 2004. *Dicionário de Política*, 12ª edição, Dinalivro, Brasília.
- **BOONSTRA**, Jos. 2001. *The EU's Interests in Central Asia: Integrating Energy, Security and Values Into Coherent Policy*, Working paper, N° 9, European Development Co-oporation to 2020, Germany
- **BP**, *BP Statistical Review of World Energy June 2011*.
- **BP**, *BP Statistical Review of World Energy June 2012*.
- **BUCKLEY**, N. 2007. *Rosneft to get new offshore fields*, Financial Times.
- **CELIKPALA**, Mitat. 2010. *Security in the Black Sea Region, Policy Report II*, Germany.
- **CIA**. 2010. *World Factbook*. Central Intelligence Agency, 2010
- **Clingendael Institute**. 2004, *Study on energy supply security and geopolitics*, Final Report, Netherlands.
- **Comissão Europeia**. 2001. *Greenpaper: towards a European strategy for the security of energy supply*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- **Comissão Europeia**. 2006. *European Neighbourhood and Partnership Instrument, Ukraine – Country Strategy Paper 2007-2013*, Brussels.

- **Comissão Europeia.** 2006. *Nuclear Illustrative Programme*, Brussels.
- **Comissão Europeia.** 2006. *Transport, Telecommunications and Energy*, Brussels.
- **Comissão Europeia.** 2007. *An Energy Policy For Europe*, Brussels.
- **Comissão Europeia.** 2007. *Communication from the Commission to the European Council and the European Parliament - An Energy Policy for Europe [SEC(2007) 12]*. Brussels.
- **Comissão Europeia.** 2007. *Registration of Crude Oil Imports and Deliveries in the European Union*. Brussels: Directorate-General for Energy.
- **Comissão Europeia.** 2008. *Towards a Secure Sustainable and Competitive European Energy Network Oil Infrastructures*. An assessment of the existing and planned oil infrastructures within and towards the EU.
- **Comissão Europeia.** 2010. *EU energy and transport in figures - Statistical Pocketbook 2010*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- **Comissão Europeia.** 2011. *EU-RUSSIA Energy Dialogue , 12th Progress Report*, Brussels.
- **Comissão Europeia.** 2011. *Libya Strategy Paper & National Indicative Programme 2011 – 2013*, Brussels.
- **Conselho Europeu.** 2010. *Projecto Europa 2030,Desafios e Oportunidades*, Luxemburgo.
- **Comité Económico e Social Europeu.** 2013. *Uma política da UE para o Ártico para atender aos interesses globais emergentes na região – O ponto de vista da sociedade civil*, Bruxelas.

- **Consilium.** <http://www.consilium.europa.eu/homepage?lang=pt>
- **COSTA, C. G.** 2004. *Economia e Política da Construção Europeia - Os desafios do processo de integração.* Lisboa: Terramar.
- **Council Of European Energy Regulators.** 2010. *The Regional Initiatives – a major step towards integrating Europe’s national energy markets* , Brussels.
- Decree of the President of Russian Federation of June 4. 2008. N889. [www.kremlin.ru/transcripts/4697](http://www.kremlin.ru/transcripts/4697).
- **DEMPSAY. J.** 2006. *Russia gets through on Energy Sales to Europe*, International Herald Tribune Europe, New York.
- **DEUS, Ruth Elisa Correia da Costa.** 2008. *Cooperação Internacional*, Edição de autor, texto policopiado, Lisboa. [Tese de Mestrado em Relações Internacionais].
- **Edison Coporate,** <http://www.edison.it/en/company/>.
- **Egenhover, C. & Legge, T.** 2001. *Security of energy supply a question for policy or the markets?.* CEPS Task Force Reports. Center for European Studies, Brussels.
- **EIA,** [www.eia.doe.gov / EUEM / cabs / Ucrânia / NaturalGas.html](http://www.eia.doe.gov/EUEM/cabs/Ucrânia/NaturalGas.html).
- **Energising Europe,** <http://www.south-stream-offshore.com/gas-pipeline/energising-europe/>.
- **Energy Charter,** <http://www.encharter.org/index.php?id=4>.
- **Energy Information Administration,** <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=TC&trk=p1>.
- **Energy Information Administration.** 2011. *Egypt Energy Data, Statistics and Analysis - Oil, Gas, Electricity, Coal.*

- **Eurogas**, <http://www.eurogas.org/>.
- **EUROPEAN COMMISSION**. 2010. *EU energy and transport in figures - Statistical Pocketbook 2010*. Luxembourg, Publications Office of the European Union, Brussels.
- **European Commission Directorate General for Energy and Transport**. 2002. *European Energy Infrastructure: Fighting Congestion and Building Links*, Luxembourg.
- **European Commission Directorate General for Energy and Transport**. 2003. *Energy Infrastructures: Increasing the Security of Supply in the Union*, Memo, Brussels.
- **European Commission Directorate General for Energy and Transport** (2006). *TEN-E Guidelines Specify a European wide energy transmission network*, Brussels.
- **European Environment Agency**, <http://www.eea.europa.eu/data-and-maps>.
- **EUROPIA**, <http://www.europia.com/Content/Default.asp>.
- **FONSECA**, Pedro Miguel Moreira da. 2011. *Segurança Energética e Segurança Climática*, Edição de autor, texto policopiado, Lisboa. [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Ciência Política].
- **FONSECA**, Pedro Miguel Moreira da. 2003. *Para uma Geopolítica do Petróleo*, Edição de autor, texto policopiado, Lisboa. [Tese de Mestrado em Ciência Política].
- **Friends of the Earth Europe**, <http://www.foeeurope.org/search/foee/nuclear%20energy>,
- **Gazprom**, <http://www.gazprom.com/>.
- **GEDEN**, O., **MARCELIS**, C., **MUARE**, M. 2006. *Perspectives for the European Union's External Energy Policy: Discourse, Ideas and Interest in Germany, the UK and France*. SWP Working Paper FG 1, Berlin.

- **Global Change Research Institute**, <http://www.globalchange.umd.edu/> .
- **Global Research, Centre of Research of Globalization**, <http://globalresearch.ca/index.php?context=advSearch> .
- **GOMES**, J. F. 2001. “Energia e Democracia”. In L. A. RAMOS, & J. M. RIBEIRO, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- **GRACE**, John D. 2005. *Russian Oil Supply. Performance and Prospects*. Oxford Institute For Energy Studies, Oxford.
- **GRANT**, C., BAR YSCH, K. 2003. *The EU-Russia Energy Dialogue*. Briefing Note, Center For European Reform, London.
- **GUEDES**, Armando Marques. 2009. *A Guerra dos Cinco Dias*, Prefácio, Lisboa.
- **HEDENUS**, F., AZAR, C., & JOHANSSON, D. J. 2010. *Energy Security policies in EU-25 - The expected cost of oil supply disruptions*, Energy Policy 38, 1241-1250.
- **International Energy Agency**. 2007. *Stocks in IEA member countries since 1984. A Response System for Oil Supply Emergencies*, Paris.
- **International Energy Agency**, [http://www.iea.org/subjectqueries/keyresult.asp?KEYWORD\\_ID=4103](http://www.iea.org/subjectqueries/keyresult.asp?KEYWORD_ID=4103).
- **ISMAILOV**, Eldar, PAPAVAL, Vladimer. 2010. *The Heartland Theory and the Present-Day Geopolitical Structure of Central Eurasia*, Rethinking Central Eurasia, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program – A Joint Transatlantic Research and Policy Center, <http://www.silkroadstudies.org/new/inside/publications/Rethinking.html>
- **KAGIANNAS**, ASKOUNIS, ANAGNOSTOPOULOS, & PSARRAS. 2003. *Energy Policy assessment of the Euro-Mediterranean cooperation*. Energy Conversion and Management.

- **KEFFERPUTZ**, Roderick. 2009. *Gazprom's Changing Fortunes*, Center of European Policy Studies Brussels.
- **KERNOHAN**, D., **VINOROUK**, E. 2004. *The EU-Russia WTO deal: Balancing mid-term and longer-term growth prospects?* CEPS, Brussels.
- **KHRISTRNKO**, V. e **LAMOUREUX**, F. 2004. 7th Progress Report. European Union- Russia Energy Dialogue, Moscow/Brussels.
- **LARA**, António de Sousa. 1987. *A subversão do Estado*, ISCSP-UTL, Lisboa.
- **LARA**, António de Sousa. 2004. *Ciência Política-Estudo da Ordem e da Subversão*, Pedro Ferreira-Editor, Sintra.
- **LARA**, António de Sousa (coord.). 2012. *Caos Urbano*, PACTOR-Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, Lisboa.
- **MANNING**, Robert A. 2000. *The Myth of the Caspian Great Game and the "New Persian Gulf"*, The Brown Journal of World Affairs, Summer/Fall 2000 – Volume VII, Issue 2.
- **MATLARY**, J.H. 1997. *Energy Policy in the European Union. Towards a Common Energy Policy*, Hampshire: Macmillan.
- **MIGDALOVITZ**, C. 2010. *Algeria: Current Issues*. Washington: Congressional Research Service.
- **Money Week**, <http://www.moneyweek.com/> .
- **MONTEIRO**, R. L. 2001. *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- **MORADI**, M., 2006. *Caspian Pipeline Politics and Iran-EU Relations*, UNISCI Discussion Papers. Institute for Political and International Studies, Tehran.
- **MOREIRA**, Adriano. 1996. *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra.

- **MOREIRA**, Carlos Diogo. 2007. *Teorias e Práticas de Investigação*, UTL-ISCSP, Lisboa.
- **MOREIRA**, Adriano. 2011. *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 7ª edição.
- **MORELLI**, V. L. 2005. *European Union's Energy Security Challenges*, CRS Report for 2005 South Stream, Europe's Energy Security, <http://south-stream.info/?L=1>.
- **Nações Unidas**, <http://www.un.org/en/>.
- **Natural Gas Europe**, <http://www.naturalgaseurope.com/>.
- **OPEP**, in [http://www.opec.org/opec\\_web/en](http://www.opec.org/opec_web/en).
- **Organization for Security and Co-operation in Europe**. 2011. *Integrating Global Energy Markets – Providing Energy Security*, Ashgabat.
- **PAMIR**, N. 2005. *Energy (In) Security and The Most Recent Lesson: The Russia-Ukraine Gas Crisis*, Center for European Strategic Studies, Ankara.
- **PAPAVA**, V. 2004. *The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Implications for Georgia*. *The Baku- Tbilisi Ceyhan-Pipeline*, Oil Window to the West, A Joint Transatlantic Research Center, Sweeden.
- **Parlamento Europeu**, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A7-2011-0226&language=PT> .
- **PASKUR**, M. 2006. *The B.T.C. Pipeline and the Increasing Importance of Energy Supply Routes*, The Power and Interest News Report, Rome.
- **PIEBALGS**, A. 2006. *EU and Russian Energy Strategies*. EU-Russia Energy Dialogue Conference, Moscow.
- **PIEBALGS**, Andri. 2007. *Future of Euro-Mediterranean Energy Relation*, [http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7607\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7607_en.htm).

- **Plano de Acção para a Eficiência Energética**, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/energy\\_efficiency/127064\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/energy_efficiency/127064_pt.htm)
- **Público**, Gleb Garanich, *Ucrânia: corte no abastecimento de gás russo leva indignação e preocupação às ruas de Kiev in* <http://www.publico.pt/Mundo/ucrania-corte-no-abastecimento-de-gas-russo-leva-indignacao-e-preocupacao-as-ruas-de-kiev-1354736>.
- **REUTERS**, *Table - Gas liquefaction terminal project*, <http://uk.reuters.com/article/2007/09/24/Ing-liquefaction-idUKL2886631920070924>
- **ROBERTS**, J. 2004. *The Turkish gate: Energy transit and security Issues. Turkish Political Quarterly*. Volume 3. Number 4.
- **ROBERTS**, John. 2006. *The Black Sea and European Energy Security*, In *Southeast European and Black Sea Studies*, Nova Iorque, Routledge.
- **SCHUETTE**, R . 2004. *EU-Russia Relations: Interests and Values-A European Perspective*. Carnegie Papers, Number 54, Washington.
- **SHARP**, J. M. 2007. *Egypt: Background and US Relation*. Washington: Congressional Research Service.
- **SHI**, Chunyang. 2009. *Perspective on Natural Gas Crisis between Russia and Ukraine*, China.
- **SILVA**, Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e. 2002. *Dos Desertos ao Petróleo*, Edição de autor, texto policopiado, Lisboa. [Tese de Mestrado em Relações Internacionais].
- **TASSINARI**, Fabrizio. 2006. *A Synergy for Black Sea Regional Cooperation: Guidelines for an EU Initiative, n° 105*; CEPS, Brussels.
- **The Economist**, <http://www.economist.com/topics/arab-spring>.
- **The Nabucco Pipeline Project**, <http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en>.

- **THORNTON**, Judith. 2009. *The Impact of Nationalization and Insecure Property Rights on Oil and Gas Developments in Russia's Asia Pacific*, University of Washington, Washington.
- **Transgaz**, <http://www.transgaz.ro/> .
- **TSOMBANOPOULOS**, V. 2007. *The Turkey-Greece Interconnection and the Arising prospects*, Greece.
- **UMBACH**, F. 2010. Global energy security and the implications for the EU. *Energy Policy* n.º 38 , 1229-1240.
- **United States Geological Survey**, <http://www.usgs.gov/newsroom/>.
- **VINOIS**, Jean-Arnold. 2006. *The Way towards an Energy Policy for Europe*, Berlin.
- **WOOD**, S. 2010. *Europe's Energy Politics*, in Journal of Contemporary European Studies, Vol. 18, N.º 3, Setembro.
- **WORLD ENERGY COUNCIL**. 2007. *Survey of Energy Resources 2007 - Crude Oil and Natural Gas Liquids*, World Energy Council.
- **YERGIN**, D. 2006. *Ensuring Energy Security*. Foreign Affairs, Março/Abril.